

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 422, DE 2020
(Do Poder Executivo)
MSC 106/2020
OF 110/2020

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.869, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Brejo Santo , Estado do Ceará.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1. Portaria nº 737, de 6 de maio de 2015 – Associação de Comunicação Comunitária Tucumaense, no município de Tucumã - PA;
2. Portaria nº 2.969, de 30 de julho de 2015 – Associação de Moradores do Bairro Bento Marques-COHAB, no município de Tarauacá - AC;
3. Portaria nº 6.177, de 1º de dezembro de 2015 – Associação Cultural Comunitária Gaivota, no município de Ubatuba - SP;
4. Portaria nº 6.687, de 6 de janeiro de 2016 – Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis, no município de Lebon Régis - SC;
5. Portaria nº 6.692, de 6 de janeiro de 2016 – Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu (AMBEP), no município de Pacaembu - SP;
6. Portaria nº 75, de 1º de fevereiro de 2016 – Rádio Comunitária Venturosa FM, no município de Venturosa - PE;
7. Portaria nº 82, de 1º de fevereiro de 2016 – Associação Assistencial Cultural Irmã Eliza, no município de Coronel Ezequiel - RN;
8. Portaria nº 149, de 1º de fevereiro de 2016 – Associação Comunitária Rádio Educativa Cidade FM, no município de Batayporã - MS;
9. Portaria nº 176, de 1º de fevereiro de 2016 – Associação Rádio Comunitária Madre FM, no município de Madre de Deus - BA;
10. Portaria nº 522, de 9 de maio de 2016 – Conselho Comunitário de Radiodifusão de Poço Fundo, no município de Poço Fundo - MG;
11. Portaria nº 536, de 9 de maio de 2016 – Associação de Moradores do Bairro Rosário, no município de Nazareno - MG;
12. Portaria nº 547, de 9 de maio de 2016 – Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa, no município de Capivari - SP;
13. Portaria nº 775, de 9 de maio de 2016 – Associação Cultural Educacional e Ambiental de Coari, no município de Coari - AM;

14. Portaria nº 785, de 9 de maio de 2016 – Associação São José Operário, no município de Matão - SP;

15. Portaria nº 792, de 9 de maio de 2016 – Associação Comunitária Rádio Clube FM a Voz de Nazaré, no município de Manacapuru - AM;

16. Portaria nº 1.953, de 10 de maio de 2016 – Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Santana da Vargem, no município de Santana da Vargem - MG;

17. Portaria nº 574, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Radiodifusão em Raposos, no município de Raposos - MG;

18. Portaria nº 587, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária Voz Serrana, no município de Correia Pinto - SC;

19. Portaria nº 1.106, de 7 de junho de 2017 – Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Monte Santo de Minas, no município de Monte Santo de Minas - MG;

20. Portaria nº 1.110, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária Beneficente Serra Redondense, no município de Serra Redonda - PB;

21. Portaria nº 1.824, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Antônio Dias, no município de Antônio Dias - MG;

22. Portaria nº 1.869, de 7 de junho de 2017 – Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo, no município de Brejo Santo - CE;

23. Portaria nº 1.911, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária Educacional e Cultural de Abreu e Lima - ACECAL, no município de Abreu e Lima - PE;

24. Portaria nº 1.930, de 7 de junho de 2017 – Associação Cultural Buíque FM, no município de Buíque - PE;

25. Portaria nº 1.996, de 7 de junho de 2017 – Associação Palmeirense de Defesa da Comunidade, no município de Palmeira dos Índios - AL;

26. Portaria nº 2.181, de 7 de junho de 2017 – Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Campo Grande Recife PE ARCAMG – Tropical FM, no município de Recife - PE;

27. Portaria nº 2.186, de 7 de junho de 2017 – Associação Cultural Comunitária, no município de Duartina - SP;

28. Portaria nº 2.619, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Comunicação Educativa - ACCE, no município de Lambari - MG;

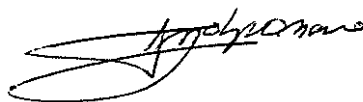
29. Portaria nº 3.003, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Junqueirópolis, no município de Junqueirópolis - SP;

30. Portaria nº 3.170, de 28 de setembro de 2017 – Associação Loyola de Radiodifusão Comunitária, no município de Belo Horizonte - MG;

31. Portaria nº 3.278, de 28 de setembro de 2017 – Associação de Desenvolvimento Econômico e Social de Cândido Sales, no município de Cândido Sales - BA;

32. Portaria nº 6.741, de 16 de janeiro de 2018 – Associação do Bairro Santo Antônio, no município de Santa Cruz da Vitória - BA;
33. Portaria nº 7.224, de 16 de janeiro de 2018 – Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Mirabela, no município de Mirabela - MG;
34. Portaria nº 7.233, de 16 de janeiro de 2018 – Associação Comunitária Anunciação de Santa Bárbara D'Oeste, no município de Santa Bárbara D'Oeste - SP;
35. Portaria nº 7.580, de 9 de fevereiro de 2018 – Associação dos Moradores do Bairro Morada do Sol, no município de Capitão Enéas - MG;
36. Portaria nº 7.581, de 9 de fevereiro de 2018 – Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Imprensa FM, no município de Monteiro - PB;
37. Portaria nº 1.696, de 4 de abril de 2018 – Associação de Difusão Artística e Cultural de Ouvidor - GO, no município de Ouvidor - GO;
38. Portaria nº 3.195, de 5 de julho de 2018 – Fundação Iguatu para o Desenvolvimento e Assistência Social (FIDA), no município de Iguatu - CE;
39. Portaria nº 5.177, de 8 de novembro de 2018 – Associação Comunitária Dehoniana, no município de Pindaré Mirim - MA; e
40. Portaria nº 5.959, de 22 de novembro de 2018 – Associação Cultural, Educacional e Ecológica de Capanema, no município de Capanema - PR.

Brasília, 18 de março de 2020.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. Capanema', written over a horizontal line.

Brasília, 27 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.002998/2014-11, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo, inscrita no CNPJ nº 01.917.206/0001-43, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 23 de agosto de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo, estado do Ceará, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3529/2016/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1869, de 07 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2017.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 1869/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53650.000848/1999 e nº 53900.002998/2014-11, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/06/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1791282** e o código CRC **F536CB17**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36053/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.002998/2014-11.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 30/09/2019, às 17:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4684780** e o código CRC **9CD3EF77**.

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA
COMUNIDADE DE BREJO SANTO**, inscrita no CNPJ nº 01.917.206/0001-43,
com sede na Rua Heráclito Alves de Moura nº 199, 1º andar, na cidade de BREJO
SANTO, Estado do Ceará, CEP 63.260-000, entidade sem fins lucrativos,
legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 1690,
publicada no Diário Oficial da União de 04 de setembro de 2002 e Decreto
Legislativo nº 632/2004, publicado no Diário Oficial da União datado de 23 de
agosto de 2004, vem, respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a
renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em
atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como apresentar a
documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela
Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da
União.

Brejo Santo, CE, 17 de abril de 2014.


**Associação de Desenvolvimento Comunitário da
Comunidade de Brejo Santo**

Nome do Presidente da Associação: FRANCISCO JOSÉ PEREIRA
CPF: 045.952.463-15

RECEBIDO
Em 28 05 2014 horas

Pedro Souza Donini
Engenheiro Eletrônico
DRMC - 04 / Matrícula nº 98800

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.917.206/0001-43	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO		DATA DE ABERTURA 21/04/1997
MATRIZ	CADASTRAL		
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R HERACLITO ALVES DE MOURA	NÚMERO 199	COMPLEMENTO 1 ANDAR	
CEP 63.260-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BREJO SANTO	UF CE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **23/04/2014** às **09:04:13** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO.

Capítulo I DA ASSOCIAÇÃO E SEUS FINS

Art.1-A Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo, criada em 21 de abril de 1997, nesta cidade de Brejo Santo - Ceará é uma Associação civil, de caráter privado, instrutiva, educativa, cultural, agrícola, e social constituída de ilimitado número de associados, pessoas físicas ou jurídicas e, terá duração por tempo indeterminado.

Art.2-A Associação Comunitária, não possui qualquer ligação de ordem político-partidária, religiosa e filosófica; é uma entidade filantrópica, não podendo portanto, renumerar membros de sua Diretoria, auferir lucros ou distribuir dividendos entre seus participantes.

Art.3-Constituem objetivos fundamentais da Associação:

- a)-dar as camadas mais carentes da comunidade condições de acesso à educação, através da criação e manutenção de Núcleos de Educação para Cidadania;*
- b)-publicações de estudos e pesquisas sociais, bem como, análise da realidade local, regional e nacional;*
- c)-promover cursos de extensão cultural, de atualização e aperfeiçoamento para alunos e professores;*
- d)-implantação e manutenção de hortas comunitárias, acompanhada de uma orientação alimentar e nutricional em caráter dietoterápico;*
- e)-propugnar pela igualdade de direitos e deveres para todos, sem distinção de raça, cor, sexo, posição social, convicção política ou religiosa;*
- f)-distribuição de bolsas de estudos, medicamentos e outros com a população carente do município;*
- g)-criar e manter veículos de comunicação comunitária.*

Capítulo II DOS SÓCIOS, SEUS DEVERES E DIREITOS

Art.4-A Associação Comunitária, compor-se-á das seguintes categorias de sócios:



Está Conforme o Original, com

a)-FUNDADORES-As pessoas que assinarem a Ata de criação da Associação;

b)-EFETIVOS-Todas as pessoas que, espontaneamente, desejarem contribuir moral e materialmente para a Associação;

c)-COLABORADORES- Os filhos da comunidade, que não residem no município, mas que queiram contribuir para a prosperidade e o prestígio cada vez maior da Associação Comunitária ;

d)-HONORÁRIOS-Todas as pessoas que hajam prestado relevantes serviços ou benefícios à Associação, que mereçam distinção por parte da Diretoria da Associação

Parágrafo I- Os sócios fundadores se equiparam, para todos os direitos e obrigações estatutárias, aos sócios efetivos;

Parágrafo II- Todos os sócios serão inscritos no livro competente observando-se a sua categoria respectiva.

Art.5- Aos sócios efetivos competem apresentar à Diretoria da Associação, proposta escrita com os nomes das pessoas que queiram filiar-se a Associação.

Parágrafo Único- A Diretoria, depois de receber a proposta e examinar, julgará da conviniência ou não de aceitar o proposto como sócio, podendo, a critério da maioria, entregá-la a uma comissão especial, para emitir parecer antes de julgá-la.

Art.6- São direitos e deveres dos sócios efetivos:

I-votar e ser votado para cargos da Diretoria;

II-tomar parte nas reuniões da Diretoria, com direito a palavra, sem direito a voto nas deliberações ;

III-tomar parte nas Assembléias Gerais, com direito a palavra e a voto ;

IV-pagar uma contribuição mensal ou anual, a critério da Diretoria, fixada no início de cada ano ; e

V-gozar de abatimentos sucessivos e proporcionais, até a gratuidade nas matrículas dos filhos, em estabelecimentos de ensino, mantidos pela Associação Comunitária, dentro das condições financeiras e com a aprovação da Diretoria.

Parágrafo Único-O Sócio é responsável por seus atos e quando estes forem prejudiciais à Associação Comunitária, fica sujeito às penalidades aplicadas pela Diretoria da Associação, conforme for a gravidade da falta cometida :

a)-Advertência pública ou privada

b)-Suspensão dos direitos sociais ; e

c)-Eliminação do quadro de sócio.



Está Conforme o Original, com
fez autenticado de acordo com
Art. 79, V, Lei 8.55/54 Dou

Capítulo III DA DIRETORIA

Art. 7- A Diretoria da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo, será formada pelos seguintes cargos, num total de 11 (onze) membros:

- a)-Um Presidente
- b)-Um Vice-Presidente
- c)-Um 1o. Secretário
- d)-Um 2o. Secretário
- e)-Um 1o. Tesoureiro
- f)-Um 2o. Tesoureiro
- g)-Três Coordenadores
- h)-Dois Suplentes

Parágrafo Primeiro- Todos os membros da Diretoria, poderão re-eleger-se uma única vez;

Parágrafo Segundo- A Diretoria, somente poderá deliberar com a presença de no mínimo 2/3 (dois terço) de seus membros.

Art. 8- Compete ao Presidente :

a)-abrir, presidir e encerrar as reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais;

b)-visar a competencia dos livros sociais da Diretoria e da Associação Comunitária;

c)-autorizar as despesas necessárias ao bom funcionamento da Associação, ficando-lhe vetado contrair e conceder empréstimos, avalizar em nome da Associação, sob pena de destituição do cargo e outras sanções previstas em Lei;

d)-representar a Associação em juízo;

e)-contratar técnicos, quando autorizado pela Diretoria, para um melhor desenvolvimento do projeto/programa; e

f)-visar juntamente com o Tesoureiro, os cheques e documentos financeiros de interesse da Associação.

Art. 9- Compete ao Vice-Presidente :

a)-substituir temporariamente o presidente, em faltas ou impedimentos e definitivamente em caso de desistência, abandono de cargo, demissão ou morte do mesmo; e

b)-ajudar o presidente em suas funções.

Obatombau



Está Conforme o Original, com
for autenticado de acordo com
a Lei 79, N.º 8335/94. DO
19/07/12

Art.10- Compete ao 1o.Secretário :

a)-substituir em ordem o vice-presidente , o presidente , nas faltas ou impedimento temporários dos mesmos ;

b)-redigir as correspondências da Associação ; e

c)-Secretariar as sessões e as Assembleias Gerais.

Art.11- Compete ao 2o.Secretário :

a)-substituir o 1o.Secretário , em suas faltas ;

b)-organizar o livro de inscrição dos sócios e manter em perfeito serviço de informação entre eles ; e

c)-organizar e manter o arquivo da Associação

Art.12- Compete ao 1o.Tesoureiro :

a)-arrecadar a renda da Associação , e depositá-la em estabelecimento bancário ,designado pela Diretoria ,quando o valor do saldo fôr superior a um salário mínimo;

b)-efetuar os pagamentos autorizados pela Presidente e pela Diretoria da Associação;

c)-assinar , juntamente com o Presidente , os cheques da Associação e outros documentos financeiros de interesse da Associação;

d)-apresentar o balancete mensal até o decimo dia útil do mês seguinte , o balancete geral , no mês de janeiro ,em Assembleia Geral Anual.

Art.13- Compete ao 2o.Tesoureiro :

a)-auxiliar o 1o. de Tesoureiro , no desempenho das funções ;

b)-organizar o controle de pagamento dos sócios ;

c)-promover campanhas de arrecadação de verbas ; e

d)-efetuar a cobrança dos sócios em atraso;

Art.14- São atribuições dos Coordenadores :

a)-coordenar os projetos desenvolvidos pela Associação ;

b)-elaborar convênio com entidades existentes no município , no estado , no país e no exterior .

Art.15-Compete aos Suplentes :

a)-Substituir temporariamente ou definitivamente os cargos vagos obedecendo a sequencia de substituição;

b)-coordenar projetos/programas ,quando convocados pelo Presidente da Associação.

Capítulo IV
DO CONSELHO FISCAL

Obsequioso

Art.16-Compete ao Conselho Fiscal da Associação :

- a)-examinar em qualquer tempo os documentos contábeis desta Associação Comunitária ;*
- b)-emitir parecer sobre o balanço contábil ,anualmente apresentado em Assembléia Geral ;*
- c)-emitir parecer sobre a aceitação de doações e legados que criem obrigações financeiras para a Associação ;*
- d)-emitir parecer sobre projetos da Diretoria ,que envolvam a utilização dos Fundos Patrimoniais .*

Art.17- O Conselho Fiscal , será composto por 03(Três) Conselheiros eleitos em Assembléia Geral , com mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro -Alem dos 03(três) membros ,serão eleitos 02 (dois) suplentes ,que assumirão o mandato no caso de impedimento definitivo dos membros efetivos .

Parágrafo Segundo-Em caso de renuncia da maioria dos Conselheiros ou da totalidade deles , a Assembléia Geral ,especialmente convocada para tal fim , elegerá os novos membros ou a totalidade do Conselho.

Parágrafo Terceiro-Os Conselheiros elegerão entre si , na primeira reunião convocada pelo Presidente da Associação para tal fim , um Presidente e um Secretário.

Art.18- Compete ao Presidente do Conselho Fiscal:

- a)-convocar e presidir as reuniões do Conselho Fiscal ;*
- b)-assinar juntamente com o Secretário a documentação e a correspondência do Conselho Fiscal .*

Art.19- Compete ao Secretário do Conselho :

- a)-secretariar as reuniões do Conselho ;*
- b)-preparar e assinar com o Presidente as reuniões do Conselho.*

Art.20-As decisões do Conselho Fiscal ,serão sempre por maioria simples de seus membros.

Capitulo V
DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Art.21- As Assembléias Gerais ,serão de três espécies :

a)-ORDINÁRIAS-realizadas ,obrigatoriamente ,no mês de janeiro de cada ano , para promover o Relatório da Diretoria da Associação , apresentado pelo Presidente e , o Balancete Anual ,apresentado pelo 1o.Tesoureiro ;

b)-EXTRAORDINÁRIAS-As que se realizarão com uma Convocação de no minimo 24(vinte e quatro)horas de antecedencia ,e neste caso ,ocorrerão em qualquer época para o que poderão ser convocada pela Diretoria ,ou pela metade dos sócios efetivos ; e

Obsequioso

c)-ELEITORAIS-realizadas de 02(dois) em 02 (dois) anos no mês de Dezembro , no segundo domingo , com fim especial de proceder a eleição para a renovação dos quadros dirigentes da Associação.

Parágrafo Primeiro-As Assembléias , sómente poderão funcionar com a presença de no minimo 2/3 (dois terço) dos sócios efetivos ,devidamente quites com a Associação;

Parágrafo Segundo-Se não houver número suficiente para a Assembléia funcionar em primeira convocação , o Presidente ,convocará outra reunião com um prazo de 24 (vinte e quatro) horas , a qual funcionará com qualquer número de sócios ;

Parágrafo Terceiro-As Convocações das Assembléias Gerais ,serão feitas por EDITAIS , de iniciativa do Presidente ,da Diretoria em conjunto ,ou de metade dos sócios efetivos dando-se ampla divulgação ; e

Parágrafo Quarto-As Assembléias Gerais , representam o mais alto poder de decisão da Associação.

Capítulo VI

DOS RECURSOS DA ASSOCIAÇÃO

Art.22-Os Recursos Financeiros da Associação , serão provenientes de :

- a)-Dotação que a qualquer título lhe sejam destinados nos Orçamento da União , Estado ou Municípios;
- b)-Doações ou contribuições de qualquer pessoa física ou jurídica;
- c)-Contribuição de seus associados;
- d)-Convênios;
- e)-Promoções socio-culturais;
- f)-Renda de aplicações de bens .

Capítulo VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITORIAS

Art.23- A posse dos Membros da Diretoria , realizar-se no primeiro domingo , após as eleições.

Art.24-Os sócios não responderão solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Associação.

Art.25-Os casos omissos neste Estatuto ,serão resolvidos através de Resoluções Complementares ,aprovada por 2/3(dois terço) dos membros da Diretoria.



Está Conforme o Original, conferi autentico de acordo com Art 79, V, Lei 8.157/91.

Handwritten signature: O. Sampaio

Art.26- A Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo-Ceará, funcionará a rua Heraclito Alves de Moura, 199, 1o. Andar, nesta cidade de Brejo Santo-Ce.

Art.27- Este Estatuto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrárias.

Brejo Santo-Ceará, em 21 de Abril de 1997

Leonardo Barbosa de Souza.
Presidente

Francisco Pereira
Secretário

Obra

Para uso em Cartório.

CARTORIO MATIAS
2º Ofício - Brejo Santo - Ceará
Fone: 531-0144

Reconheço verdadeira(s) a(s) firma(s)

supra de Leonardo Barbosa de Souza e Francisco Pereira

Em testemunho da da verdade.

Brejo Santo, 23 de junho de 1997

Maria Brasil Sampaio

- (x) Maria Brasil Sampaio - 2ª. Tabeliã Pública
() João Bosco Brasil Sampaio - Substituto
() Rita Félix de Moura Esc. Compromissada

VÁLIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE



VÁLIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE

CERTIDÃO

CERTIFICO que o (a) presente Estatuto da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo

foi registrado (a) no Livro 1-3 de Registro de Pessoas Jurídicas deste Cartório do 2º Ofício, às fls. 297/401, sob o nº de ordem 297, nesta data e foram feitas as devidas anotações.

O Certificado é verdade. Dou fé.

Brejo Santo, Ce, 23 de junho de 1997

Maria Brasil Sampaio

Maria Brasil Sampaio
Of. do Registro de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica

Está Conforme o Original, com
feri autentico de acordo com o

CARTORIO MATIAS
2º OFÍCIO -
BREJO SANTO - CEARÁ
Tabeliã
MARIA BRASIL SAMPAIO
Substituto
JOÃO BOSCO BRASIL SAMPAIO



Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo

Rua Heráclito Alves Moura, Nº 199, 1º Andar- 63.260-000

Ata de reunião da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo, para ELEIÇÃO E POSSE dos Membros da Diretoria desta Associação para o período 2013 e 2014 e da outras providencias.

Aos 09 (nove) dias do mês de Dezembro de 2012, as 09:00 horas, na sede desta Associação, localizada a rua Heráclito Alves de Moura, Nº 199, 1º Andar, nesta cidade de Brejo Santo, estiveram reunidos, os Senhores e Senhoras MEMBROS desta Associação conforme determina o seu Estatuto, a seguir assinados:

- 01-Francisco José Pereira _____
- 02-Erinaldo Feitosa Araújo _____
- 03-Maria Alves Dos Santos Maria Alves dos Santos
- 04-Marinês Pereira Araújo Marinês Pereira Araújo
- 05-Roberta Alves Pereira Roberta Alves Pereira
- 06-Ivanilda Pereira Ivanilda Pereira
- 07-José Pereira da Silva José Pereira da Silva
- 08-Maria Josefa Pereira Maria Josefa Pereira
- 09-Ana Furtado de Andrade Ana Furtado de Andrade
- 10-José Pereira Filho José Pereira Filho
- 11-Maria Deusilene Dos Santos Maria Deusilene dos Santos
- 12-Francisca Alves Pereira Francisca Alves Pereira
- 13-Francisca Maria do Nascimento Francisca Maria do Nascimento
- 14-Marcos Novais Marcos Novais



1º

OFÍCIO



1º

OFÍCIO



Está Conforme o Original, con-
feri autêntico de acordo com o

15-Paulo Renato Alves Pereira

Paulo Renato Alves Pereira



16-Mayke Pereira

Mayke Pereira

17- Maria Aelinalda Nunes da Silva

Maria Aelinalda Nunes da Silva

18-Aldenio Leite Moreira Neto

Aldenio Leite Moreira Neto

19-Francisca Figueiredo Lopes

Francisca Figueiredo Lopes

20-Francisca Vanessa Alves de Moura

Francisca Vanessa Alves de Moura

21- Pedro Alan Barbosa

Pedro Alan Barbosa

22- Maria De Fátima Inácio Cruz

Maria de Fátima Inácio Cruz

23 - Ana Paula Viana Moraes

Ana Paula Viana Moraes

24 - José Nilton Mendes da Silva

José Nilton Mendes da Silva

25 - Ana Carla Alves Pereira

Ana Carla Alves Pereira



Após o cântico do Hino Nacional Brasileiro, por todos os presentes, o Sr. Presidente FRANCISCO JOSÉ PEREIRA, determinou a mim Maria Josefa Pereira, que procedesse a assinatura dos Senhores e Senhoras aqui presentes. Após a verificação de quorum, o Sr. Presidente, declarou instalada a Assembléia Geral Eleitoral, e determinou que fosse feita a leitura dos Artigos 25º, 21º, 16º e 7º do ESTATUTO desta Associação. Em seguida o Sr. Presidente fez uma breve explanação sobre esse momento de mudanças no quadro administrativo da Associação e concluiu desejando boa sorte, um bom trabalho a nova Diretoria. Em seguida o Sr. Presidente passou os trabalhos ao Presidente da Comissão Eleitoral o Sr. Erinaldo Feitosa Araújo, para que encaminhasse o processo eleitoral. Ao assumir os trabalhos o Sr. Presidente da Comissão Eleitoral Erinaldo Feitosa Araújo, comunicou que apenas uma ÚNICA CHAPA solicitou registro dentro das normas estabelecidas pelo Estatuto desta Associação e pela Portaria Nº 001/12, a qual está assim constituída:

CHAPA ÚNICA
Diretoria Administrativa
Presidente:.....**FRANCISCO JOSÉ PEREIRA**
Vice-Presidente:.....**ERINALDO FEITOSA DE ARAUJO**
1º Secretário:.....**FRANCISCA FIGUEIREDO LOPES**
2º Secretário:.....**ALDENIO LEITE MOREIRA NETO**
1º Tesoureiro:.....**FRANCISCA MARIA DO NASCIMENTO**
2º Tesoureiro:.....**MARIA AELINALDA NUNES DA SILVA**
1º Coordenador:.....**MARIA ALVES DOS SANTOS**
2º Coordenador:.....**FRANCISCA VANESSA ALVES MOURA**
3º Coordenador:.....**PEDRO ALAN BARBOSA**
1º Suplente:.....**ANA FURTADO DE ANDRADE**
2º Suplente:.....**MARCOS NOVAIS**
CONSELHO FISCAL

VALIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE

Reconheço verdadeira (a) a(s) firma(s)
Francisca Figueiredo Lopes
Erinaldo Feitosa de Araujo
Maria Josefa Pereira
Francisca Vanessa Alves de Moura
Pedro Alan Barbosa
Ana Furtado de Andrade
Marcos Novais

Em testemunho da Verdade.
Játi - CE. de 29 MAI 2013 /20

() Wilton da Silva Brito - Tabelião Oficial e Notário do
1º Ofício da Comarca de Játi - CE
() Maria Audemira Bezerra Brito - Esc. Substituta
() Wilton da Silva Brito Junior - Escrevente

Cartório Silva Játi-CE
Fone (88) 3575-1163



Está Conforme o Original
feri autenticidade de acordo

Presidente:.....**ANA PAULA VIANA MORAIS**
Secretário:.....**MARIA DEUSILENE DOS SANTOS**
Membro:
Suplentes:
1º Suplente: José Nilton Mendes da Silva
2º Suplente: Maria De Fátima Inácio Cazuza
3º Suplente: Pedro Alan Barbosa

Após a apresentação da CHAPA ÚNICA, o Sr. Presidente da Comissão Eleitoral, determinou a Sta. Roberta Alves Pereira – Secretária da Comissão Eleitoral, que com base na Portaria de Nº 002/12, procedesse a chamada dos Sócios constantes na referida Portaria, esclareceu ainda o Sr. Presidente que o Sócio deverá marcar um X em dos quadros, votando SIM ou NÃO ou NULO marcando um X nos dois quadros existentes na Chapa ou simplesmente em BRANCO, dobrando a Chapa e a colocando na Urna. Após o ultimo votante, o Sr. Presidente da Comissão Eleitoral, convidou os Senhores Maria Alves Dos Santos e José Pereira Filho para servir como ESCRUTINADORES. Após um breve intervalo, o Sr. Presidente da Comissão Eleitoral, determinou que fosse constada a seguinte informação:

Numero de Votantes:.....25

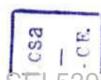
Numero de Votos Validos:....25

Votos dado a Chapa:.....25

Votos em Branco:..... **NÃO HOUVE**

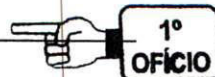
Votos Nulos:..... **NÃO HOUVE**

Em seguida,o Sr. Presidente da Comissão Eleitoral, convidou todos os Membros da Chapa Eleita, a frente e foram declarados ELEITOS E EMPOSSADOS, para os ano de 2013 e 2014. Após o cântico do Hino Nacional, o Sr. Presidente eleito FRANCISCO JOSÉ PEREIRA, assumiu os trabalhos e falou das Diretrizes Gerais da Associação para o ano de 2013, destacando a realização do I Fórum da Radio Comunitário Padre Pedro, a ser realizado em Setembro de 2013, e terá a participação de ouvintes das Comunidades rurais e da sede, alem dos apoiadores culturais e de entidades convidadas; falou tambem da busca de novos Projetos em parcerias com órgãos dos Governos Municipal e Estadual, e concluiu agradecendo a confiança recebida de todos os sócios. Em seguida facultou a palavra a quem dela quisesse faz uso. Solicitou a palavra o ex-presidente desta Associação Sr. Francisco José Pereira, o qual parabenizou os eleitos e colocou-se a deposição da nova Diretoria para a realização de qualquer projeto, concluindo o Sr. Francisco José Pereira, falou da satisfação de todo trabalho realizado a frente desta Associação, entre eles a criação da radio Comunitária Padre Pedro. Em Seguida o Sr. Presidente da Associação Paulo Renato Alves Pereira, facultou a palavra a quem dela quisesse fazer uso, como ninguém mais solicitou a palavra, o Sr. FRANCISCO JOSÉ PEREIRA comunicou aos Membros da Diretoria que dia 04 de Janeiro de 2013, será a



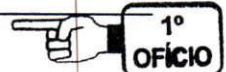
primeira reunião e discussão das Diretrizes Gerais da Associação. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, declarou encerrado os trabalhos, da qual para constar foi lavrada a presente ATA que após lida e achada conforme será assinada por todos os presentes. Eu, ROBERTA ALVES PEREIRA, secretariei a presente reunião que vai ao final assinada por mim e pelo Sr. Presidente FRANCISCO JOSÉ PEREIRA.

Secretária: Roberta Alves Pereira
ROBERTA ALVES PEREIRA



1º
OFÍCIO

Presidente: Francisco José Pereira
FRANCISCO JOSÉ PEREIRA



1º
OFÍCIO



VALIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE

VALIDO SOMENTE COM O SELO
DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO SILVA JATI-CE
Fone (88) 3575-1163

Reconheço verdadeira (s) a (s) firma (s)

Roberta Alves Pereira
Francisco José Pereira

Em testemunho, da Verdade.

Jati - CE, de 29 MAI 2013 /20

() Wilton da Silva Brito - Tabelião Oficial e Notário do
1º Ofício da Comarca de Jati - CE
() Maria Audemira Bezerra Brito - Esc. Substituta
() Wilton da Silva Brito Junior - Escrevente

05.455.357/0001-88

CARTÓRIO SILVA

Largo Luiz Bezerra, 115

CENTRO - CEP 63.275-370

JATI - CE

CERTIDÃO

CERTIFICO que, (o)s presente Ata de Anulação
de Desmembramento Comunitário da
Comunidade de Brejo Santo-CE.

foi registrado(a) no Livro B703

do Títulos e Documentos

deste Cartório do 1º Ofício, às fls. 202/2034, sob

o N° de ordem 1113, nesta data e foram feitas

as devidas anotações. Protocolo. 1204.

O Certificado é verdade. Dou fé.

Jati - CE, de 29 de Maio de 2013.



Wilton da Silva Brito
Tabelião Oficial e Notário do
1º Ofício da Comarca Jati - CE

(88) 3575-1163 Jati - CE

Wilton da Silva Brito

Oficial do Registro Civil

Maria Audemira Bezerra Brito
Escrevente Substituta

Wilton da Silva Brito Junior
Escrevente

VALIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE




Está Conforme o Original, con-
feri autentico de acordo com o
Art 7º, do Lei 8.255/94. Dou fé
15/04/16

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011.

Brejo Santo, CE, 17 de abril de 2014.

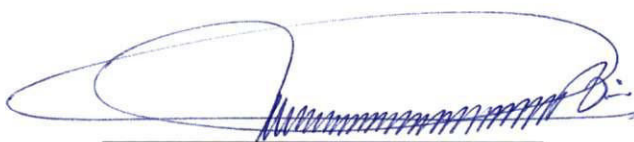


**Associação de Desenvolvimento Comunitário da
Comunidade de Brejo Santo**
Francisco José Pereira
Presidente

DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, FRANCISCO JOSÉ PEREIRA, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO**, com sede na Rua Heráclito Alves de Moura nº 199, 1º andar, na cidade de BREJO SANTO, Estado do Ceará, CEP 63.260-000, declaro que a emissora de radiodifusão comunitária encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Brejo Santo, CE, 17 de abril de 2014.



**Associação de Desenvolvimento Comunitário da
Comunidade de Brejo Santo**
Francisco José Pereira
Presidente

Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo
Rua Heráclito Alves Moura, Nº 199, 1º Andar- 63.260-000

CONSELHO COMUNITÁRIO DE COMUNICAÇÃO

**Ata de Reunião do Conselho Comunitário de Comunicação do
período de JANEIRO A MARÇO DE 2014.**

Aos 30 (trinta) dias do mês de Março de 2014, as 09:00 horas, na rua Heráclito Alves Moura, Nº 199, 1º Andar, Centro, nesta cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, estiveram reunidos os Senhores membros deste Conselho Comunitário de Comunicação, a seguir relacionados e ao final assinados:

01-FRANCISCO ANASTACIO DE SOUSA

02-CICERO ANTONIO DE SOUSA

03-PAULO ROBERTO CAVALCANTE DOS SANTOS

04-FRANCISCO CLEIDSON GONÇALVES DOS SANTOS

05-EXPEDITO GOMES DOS SANTOS

06-JOSÉ CARDOSO OLIVEIRA FILHO

07-FRANCISCO KLEBER DA SILVA FEITOSA

Após a verificação de quorum, o Sr. PAULO ROBERTO CAVALCANTE DOS SANTOS, Diretor Geral, agradeceu a presença de todos e em seguida determinou a mim EXPEDITO GOMES DOS SANTOS, Secretário Geral deste Conselho, que distribuisse a Programação da Radio Comunitária Padre Pedro FM, para análise, sugestões e mudanças que os Senhores e Senhoras Conselheiros acharem necessárias, dentro do compromisso desta Emissora de Radio Comunitária assumiu de cumprir fielmente as determinações estabelecidas nas Resoluções e Normais da legislação de radiodifusão comunitária. Após um breve intervalo, o Sr. Diretor facultou a palavra a quem dela desejasse fazer uso. Solicitou a palavra o Sr. Francisco Anastacio de Sousa, Conselheiro 2º representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entidade que possui mais mil associados, e de acordo com a Resolução 004/10, artigo 10 Item II, tem direito a dois representantes, o qual saudou a todos o presente e falou da alegre e satisfação em participar desde Conselho, mais um ano, juntamente com os Senhores e Senhoras; no que se refere a Programação da Radio Padre Pedro FM, a qual vem ouvindo, varias vezes durante o dia e também a noite, a principio estou gostando, estar dentro dos padrões da radiodifusão comunitária, quero apenas solicitar que além dos programas sobre saúde, como o Pergunte ao Doutor, bem interessante esse programa, outros programas na área de agricultura também fosse levado ao Ar; ouvi muita gente ligando para radio, participando, era isso, e muito obrigado. Em

seguida solicitou a palavra o Sr. Conselheiro FRANCISCO CLEIDSON GONÇALVES DOS SANTOS, representante da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, o qual também falou da satisfação em participar mais um ano, desde Conselho e sobre a programação da radio falou que tem ouvindo a radio sempre pela manha bem cedo e a tardinha e que tem gostado muito e que por enquanto estar ótima e que estar de acordo e encerrou dizendo que na próxima reunião poderá trazer alguma coisa nova. Em seguida, o Sr. Paulo Roberto Cavalcante dos Santos, Diretor deste Conselho, comunicou que a palavra continua facultada. Solicitou a palavra o Sr. Conselheiro Francisco Kleber da Silva Feitosa, representante da Loja Maçônica Cavaleiros da Harmonia Nº 59- Oriente de Brejo Santo, o qual falou que a programação da Radio Padre Pedro FM estar dentro das Normais estabelecidas pela legislação em vigor e que apenas gostaria que fosse dedicado um tempo além da questão da Ecologia e a reciclagem de plásticos também falar mais do meio ambiente, nos cuidados que deveremos ter, que também continue dedicado um espaço de tempo para a questão da violência contra a mulher, no mais estar ótima a programação, sempre ouço a rádio principalmente aos sábados e domingos, e obrigado. Em seguida, solicitou a palavra o Sr. Conselheiro FRANCISCO KLEBER DA SILVA FEITOSA, representa a Loja maçônica Cavaleiros da Harmonia numero 59 do oriente de Brejo Santo, o qual solicitou ao Sr. Conselheiro Diretor Geral, enviasse oficio ao Diretor Geral do Conselho Editorial da Rádio Padre Pedro FM, para que faça uma entrevista ou debate, sobre a questão da falta de agua em nosso município que cresce a cada dia, que continue fazendo algo sobre a violência no nosso município pois hoje não se pode mais andar a na rua como antigamente, ressalta a questão dos alunos que sai das escolas perto das 23:00 horas, e muitas vezes precisa de companhias para irem para casa, pois estão com medo de passar em determinadas ruas; a questão do menor também deve continua a ser debatido junto ao Ministério Publico, o Conselho Tutelar, etc.; quanto a programação estar excelente, e era isso e muito obrigado. Em seguida solicitou a palavra o Sr. Conselheiro EXPEDITO GOMES DOS SANTOS, representante da Igreja Católica do Sagrado Coração de Jesus, o qual elogio a programação da radio Padre Pedro FM, as musicas são boas, as noticias locais da cidade e da zona rural, eu estou satisfeito, concluiu. Como ninguém mais quis usar da palavra o Sr. Diretor Paulo Roberto Cavalcante dos Santos, colocou em votação a PROGRAMAÇÃO levada ao ar pela Rádio Comunitária Padre Pedro FM, a qual foi aprovada por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros. Nada mais havendo a ser tratado o Sr. Diretor declarou encerrados os trabalhos, da qual para constar foi lavrada a presente ATA que após lida será aprovada e assinada por todos os presentes. Eu, Expedito Gomes dos Santos, secretariei a presente reunião que vai ao final assinada por mim e pelo Sr. Diretor Geral e os demais Conselheiros.

Secretário:


EXPEDITO GOMES DOS SANTOS.

Diretor: _____

Paulo Roberto Cavalcante dos Santos

Nome	CICERO ANTONIO DE SOUSA
Assinatura	<i>Cicero Antonio de Sousa</i>

Nome	FRANCISCO CLEIDSON GONÇALVES DOS SANTOS
Assinatura	<i>Francisco Cleidson dos Santos</i>

Nome	EXPEDITO GOMES DOS SANTOS
Assinatura	<i>Expedito Gomes dos Santos</i>

Nome	JOSÉ CARDOSO OLIVIERA FILHO
Assinatura	<i>Jose Cardoso Oliveira Filho</i>

Nome	FRANCISCO KLEBER DA SILVA FEITOSA
Assinatura	<i>Francisco Kleber da Silva Feitosa</i>

Nome	FRANCISCO ANASTACIO DE SOUSA
Assinatura	<i>Francisco Anastacio de Sousa</i>

Nome	PAULO ROBERTO CAVALCANTE DOS SANTOS
Assinatura	<i>Paulo Roberto Cavalcante dos Santos</i>

Esta ATA teve inicio na pagina 1 (um) e Terminou na pagina 3 (três), sem rasuras.

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

RADIO COMUNITÁRIA PADRE PEDRO FM 104.9

PROGRAMAÇÃO: SEGUNDA A SEXTA

Nº	Programa	Início	Termino	
01	CORAÇÃO SERTANEJO	04h00min	06h00min	1-Musicas sertanejas das antigas; musicas de compositores da região. 2-Plantão Saúde. 3-Viva a Vida: CNBB, e 4-Pergunte ao Doutor: Radio Senado.
Apresentador		João Vicente		
Operador		O Mesmo		

Nº	Programa	Início	Termino	
02	GONZAGÃO & CONVIDADOS	06h00min	07h30min	1-Musica de Luiz Gonzaga e outros cantores; 2-Spot. Viva a Vida: CNBB, e 3-Palavra de Especialistas- Spot da Radio Câmara.
Apresentador		Exedito Gomes Dos Santos		
Operador		O Mesmo		

Nº	Programa	Início	Termino	
03	O PENSAMENTO E A FÉ	07h30min	08h00min	1- Programa Evangélico.
Apresentador		Pastor Cleidson		
Operador		O Mesmo		

Nº	Programa	Início	Termino	
04	RONALDO ARAUJO SHOW	08h00min	09h00min	1-Musicas Variadas e musicas de compositores da região. 2-Plantão Saúde; e 3- Outras Informações; Resumo das Novelas.
Apresentador		RONALDO ARAUJO		
Operador		O Mesmo		

Nº	Programa	Inicio	Termino	1-Musica Variadas. 2-Plantão Saúde. 3-Viva a Vida:CNBB; 4-Outras informações dos Distritos, Noticias Locais; Signos, etc.
05	MANHÃ 104	09h00min	11h00min	
Apresentador	Paulo Renato Alves Pereira			
Operador	O Mesmo			

Nº	Programa	Inicio	Termino	1-Roberto Carlos em Detalhes- A história do Rei Roberto Carlos
06	ESPECIAL ROBERTO CARLOS	11h00min	12h00min	
Apresentador	Marcos Novais			
Operador	O Mesmo			

Nº	Programa	Inicio	Termino	1-Noticias da Comunidade e da Região.
07	JORNAL DA INTEGRAÇÃO	12h00min	13h00min	
Apresentador	Farias Junior Patrício Oliveira			
Operador	O Mesmo			

Nº	Programa	Inicio	Termino	1-Programação feita pelo Ouvinte através de solicitação pelo telefone, pela internet; 2- Informações de Saúde: Pergunte ao Doutor da Radio Senado; e 3-Outras Noticias da EBC.
08	DISK MUSIK	13h00min	16h00min	
Apresentador	Luiz Bento			
Operador	O Mesmo			

Nº	Programa	Inicio	Termino	1-Programada para Tocar, com Noticias da EBC, a cada 3 musicas; 2-Noticias da Rádio Câmara; etc.
09	BREGA & CHICK	16h00min	18h00min	
Apresentador	Marcos Novais			
Operador	O Mesmo			

Nº	Programa	Início	Termino	IGREJA MATRIZ DE BREJO SANTO.
10	SANTO TERÇO	18h00min	19h00min	
Apresentador	PARÓQUIA DE BREJO SANTO			
Operador				

Nº	Programa	Início	Termino	Oficial.
11	A VOZ DO BRASIL	19h00min	20h00min	
Apresentador	Direto de Brasília			
Operador				

Nº	Programa	Início	Termino	1-Musicas Romântica: MPB- Regionais e Outras.
12	EMOÇÕES A DOIS	20h00min	23h00min	
Apresentador	Marcos Novais			
Operador	O Mesmo			

Nº	Programa	Início	Termino	ENCERRAMENTO
13	ENCERRAMENTO	23h00min		
Apresentador	Programado pra Tocar			
Operador				

OBS: Além desta programação o Reporte 104 com um Minuto de Noticias de uma em uma hora de 08h00min as 18h00min – com Noticias regionais e do Brasil gravado os exportes na rádio Brasil e Rádio senado.

PROGRAMAÇÃO: **SÁBADO**

Nº	Programa	Início	Termino	
01	CORAÇÃO SERTANEJO	04h00min	06h00min	1-Musica sertaneja das antigas; musicas de compositores da região. 2-Plantão Saúde. 3-Viva a Vida: CNBB, e 4-Pergunte ao Doutor: Radio Senado.
Apresentador		João Vicente		
Operador		O Mesmo		

Nº	Programa	Início	Termino	
02	HORA DA SAUDE	06h00min	08h00min	Musicas antigas dos anos 60,70 e 80- Noticias da Agencia Radioweb e Agencia Radio2.
Apresentador		Francisco José Pereira		
Operador		O Mesmo		

Nº	Programa	Início	Termino	
03	Toca Todas	08h00min	10h00min	1-Musica Popular Brasileira; 2-Forró – 3-pagode; e Noticias da EBC e Rádio Justiça.
Apresentador		Dalvan Sousa		
Operador		O Mesmo		

Nº	Programa	Início	Termino	
04	ESTAÇÃO 104	10h00min	12h00min	1-Musicas Variadas e musicas de compositores da região. 2- Noticias da Embrapa; e 3- Outras Informações sobre Direitos do Idoso.
Apresentador		Marcos Novais		
Operador		O Mesmo		

Nº	Programa	Inicio	Termino	
05	TARDE TOTAL	12h00min	14h00min	1-Musica Variadas. 2-Plantão Saúde; 3-Outras informações da Comunidade, Noticias Locais; etc.
Apresentador	Luiz Bento			
Operador	O Mesmo			

Nº	Programa	Inicio	Termino	
06	JOÃO PAULO SHOW	14h00min	15h30min	1- musicas variadas.Pedidos dos ouvintes.
Apresentador	JOÃO PAULO			
Operador	O Mesmo			

Nº	Programa	Inicio	Termino	
07	A VOZ DO CONSOLADOR	15h30min	16h30min	1- Programa da Doutrina Espírita.
Apresentador	Camilo Castro			
Operador	Exedito Gomes dos Santos			

Nº	Programa	Inicio	Termino	
08	FORROZÃO DO MENDES	16h30min	18h30min	1-O melhor do Forró de ontem e de hoje; 2- Noticias da EBC e outras informações.
Apresentador	José Nilton Mendes de Sousa			
Operador	O Mesmo			

Nº	Programa	Inicio	Termino	
09	ARQUIVO POPULAR	18h30min	21h30min	1-Programada para Tocar, com Noticias da EBC, a cada 3 musicas; 2-Noticias da Rádio Câmara; etc.
Apresentador	Francisco José Pereira			
Operador	O Mesmo			

Nº	Programa	Início	Termino	Musicas dos anos 60, alem de noticias do dia nas áreas de saúde, esportes e outras da Agencia Radio2 e Agencia EBC.
10	O PASSADO É UMA PARADA	21h30min	00h00min	
Apresentador		Expedito Gomes Dos Santos		
Operador		O Mesmo		

PROGRAMAÇÃO: DOMINGO

Nº	Programa	Início	Termino	1-O melhor do forró.
01	FORROZÃO 104	05h00min	07h00min	
Apresentador		Francisco Anastácio de Sousa		
Operador		O Mesmo		

Nº	Programa	Início	Termino	Programação Gospel
02	VENCER OU VENCER	07h00min	09h30min	
Apresentador		José Cardoso Oliveira Filho		
Operador		O Mesmo		

Nº	Programa	Início	Termino	Informações em geral com musicas, cantorias e entretenimento.
03	RADIO LIVRE	09h30min	11h00min	
Apresentador		Marcos Gomes		
Operador		O Mesmo		

Nº	Programa	Início	Termino	Sucessos do momento.
04	ESTAÇÃO SUCESSO	11h00min	12h30min	
Apresentador		João Paulo		
Operador		O Mesmo		

Nº	Programa	Início	Termino	Entretenimento e participação dos ouvintes.
05	DOMINGÃO 104	12h30min	14h00min	
Apresentador	Expedito Gomes dos Santos			
Operador				

Nº	Programa	Início	Termino	1-As canções do rei Roberto Carlos & Amigos:
06	ROBERTO CARLOS & AMIGOS	14h00min	17h00min	
Apresentador	Francisco José Pereira			
Operador	O Mesmo			

Nº	Programa	Início	Termino	Programa Evangélico.
07	SHALON ADONAI	17h30min	18h00min	
Apresentador	Francisco Cleidson Gonçalves dos Santos			
Operador	O Mesmo			

Nº	Programa	Início	Termino	A história e a carreira de Amado Batista
08	AMADO BATISTA ESPECIAL	18h00min	21h00min	
Apresentador	Lucas Moisés e Ana Furtado			
Operador	Lucas Moisés			

Nº	Programa	Início	Termino	Músicas dos anos 90, além de notícias do dia nas áreas de saúde, e outras da Agência Radio2.
09	DOMINGÃO MUSICAL	21h00min	23h00min	
Apresentador	Marcos Novais			
Operador	O Mesmo			

Nº	Programa	Inicio	Termino	
10	ENCERRAMENTO	23h00min		ENCERRAMENTO
Apresentador				
Operador				

OUTROS PROGRAMAS:

01-PLANTÃO SAÚDE
 02-PROSA RURAL
 03-POTYRO
 04-PINGA FOGO
 05-ERA DO RADIO
 06-INFORMATIVO DA RADIO CAMARA
 07-INFOMRATIVO DA RADIO SENADO
 08-INFORMATIVO DA RADIO JUSTIÇA
 09-CULTURAL POPULAR
 10-REPORTER 104 NOTICIAS DE HORA EM HORA.

-Esses programas são apresentados dentro dos demais programas da Emissora

[Menu Principal](#) ▼BOA TARDE
GILBERTO ZEHLINSKI JÚNIORSistemas
Interativos

BOLETO » » Nada Consta

[menu](#) [ajuda](#)

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE DESENV.COMUNIT.DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

CNPJ: 01.917.206/0001-43

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:59:50 do dia 27/05/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/06/2014.

Certidão expedida gratuitamente.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53900.002998/2014-11**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 19 de junho de 2015



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 19/06/2015, às 13:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0562939** e o código CRC **E2635BE8**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



Para saber: Menu Pesquisa

DRMC-SC ▼



53900.002998/2014-1

Alterar Processo

Consultar Andamento

Protocolo:

53900.002998/2014-11

Data de Autuação:

30/05/2014

Tipo do Processo:

SCE - Renovação de Outorga

Especificação:

Classificação por Assuntos:

91.02.03.01 - 112.1 REGIME LEGAL DE PÓS-OUTORGA RADIODIFUS.

Interessados:

Associacao de Desenvolvimento Comunitario da Comunidade Debrej

Observações desta unidade:

Nível de Acesso

☐ Sigiloso

☒ Restrito

☐ Público

Hipótese Legal:

Documento preparatório para tomada de decisão (Lei nº 12.527. ▼

Salvar

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA
COMUNIDADE DE BREJO SANTO, inscrita no CNPJ nº 01.917.206/0001-43,
com sede na Rua Heráclito Alves de Moura nº 199, 1º andar, na cidade de BREJO
SANTO, Estado do Ceará, CEP 63.260-000, entidade sem fins lucrativos,
legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 1690,
publicada no Diário Oficial da União de 04 de setembro de 2002 e Decreto
Legislativo nº 632/2004, publicado no Diário Oficial da União datado de 23 de
agosto de 2004, vem, respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a
renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em
atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como apresentar a
documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela
Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da
União.

Brejo Santo, CE, 17 de abril de 2014.

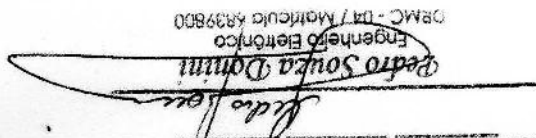
**Associação de Desenvolvimento Comunitário da
Comunidade de Brejo Santo**



Nome do Presidente da Associação: FRANCISCO JOSÉ PEREIRA
CPF: 045.952.463-15

RECEBIDO

Em 28/05/2014 horas


Pedro Souza Dognini
Engenheiro Eletricista
CRM-04 / Matrícula 4339800

Processo nº.: 53900.002998/2014

Localidade: BREJO SANTO / CE

Em análise dos autos, notou-se que ele conta com os seguintes documentos, naquilo que interessa à renovação:

1. Declaração atestando que a emissora se encontra com as instalações em conformidade com a última autorização do MC: f. 15
2. Certidão negativa ANATEL: f. 27
3. CNPJ: f. 2
4. Estatuto: f. 3-9
5. Ata de eleição: f. 10-13
6. Relatório Conselho Comunitário: f. 16-26

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade

- PRESIDENTE Francisco José Pereira:
- VICE-PRESIDENTE Erinaldo Feitosa de Araújo:
- 1º SECRETÁRIO Francisca Figueiredo Lopes:
- 2º SECRETÁRIO Aldenio Leite Moreira Neto:
- 1º TESOUREIRO Francisca Maria do Nascimento:
- 2º TESOUREIRO Maria Aelinalda Nunes da Silva:
- 1º COORDENADOR Maria Alves dos Santos:
- 2º COORDENADOR Francisca Vanessa Alves Moura:
- 3º COORDENADOR Pedro Alan Barbosa:
- 1º SUPLENTE Ana Furtado de Andrade:
- 2º SUPLENTE Marcos Novais:

8. CPF

- PRESIDENTE Francisco José Pereira:
- VICE-PRESIDENTE Erinaldo Feitosa de Araújo:
- 1º SECRETÁRIO Francisca Figueiredo Lopes:

- 2º SECRETÁRIO Aldenio Leite Moreira Neto:
- 1º TESOUREIRO Francisca Maria do Nascimento:
- 2º TESOUREIRO Maria Aelinalda Nunes da Silva:
- 1º COORDENADOR Maria Alves dos Santos:
- 2º COORDENADOR Francisca Vanessa Alves Moura:
- 3º COORDENADOR Pedro Alan Barbosa:
- 1º SUPLENTE Ana Furtado de Andrade:
- 2º SUPLENTE Marcos Novais:

9. Características do Estatuto:

- conter a denominação, os fins e o tempo de duração da entidade: art. 1º
- endereço completo da sede da entidade: PENDENTE
- finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária: art. 3º, “g”
- cargos que compõem a estrutura deliberativa e administrativa, bem como as suas respectivas atribuições: art. 7º
- cargo ao qual caberá a representação: art. 8º
- tempo de mandato da diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução: art. 21, “c”
- condições para a alteração das disposições estatutárias, observadas as disposições contidas nos arts. 59 e 67 do Código Civil: PENDENTE
- condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio, observadas as disposições contidas nos arts. 61 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil: PENDENTE
- Conselho Comunitário: PENDENTE
- critérios para ingresso e exclusão dos associados: PENDENTE (art. 5º: o artigo é restritivo, vez que exige para a “filiação” à associação uma prévia “proposta escrita”. A associação deve ser livre de qualquer empecilho ou condição, sob pena de violação do caráter comunitário). Exclusão: art. 6º, §ú
- ingresso gratuito como associado: PENDENTE
- direito de voz, voto e ser votado: art. 6º, I, II e III
- direito de ingresso, voz e voto para as pessoas jurídicas: PENDENTE
- direitos e deveres dos associados: art. 6º

- fontes de recursos para manutenção da entidade: art. 22
- proibição de distribuição de lucros, bônus, etc.: art. 2º
- competências da Assembleia Geral, observadas as disposições constantes dos art. 59 e 60 do Código Civil: art. 21

*****OBSERVAÇÃO(ÕES):**

- O processo não está completamente instruído.
- O estatuto social não está conforme com a Norma 1/2011.
- Não foi feita pesquisa de vínculo.

***** CONCLUSÃO:**

- Será elaborada Nota Técnica solicitando documentos.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 20667/2015/SEI-MC

Processo nº: **53900.002998/2014-11**

Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento da **Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo** para renovação da autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Brejo Santo / CE**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de **indeferimento**.

	Dispositivo	Descrição	Análise
Norma nº.	Subitem 20.3, alínea "a"	Estatuto social adequado aos subitens 8.2 e 8.3.	Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina a Norma 1/2011, conforme o que se expõe abaixo: a. Inexiste no estatuto social disposição concernente ao endereço completo da sede da associação (subitem 8.2, "f"); b. Inexiste no estatuto social previsão acerca das condições de alteração das disposições estatutárias (subitem 8.2, "i"); c. Inexiste no estatuto social previsão acerca das condições de extinção da entidade (subitem 8.2, "j"); d. Inexiste no estatuto social previsão acerca do Conselho Comunitário (subitem 8.2, "k"); e. O art. 5º do estatuto social é restritivo, pois exige que a "filiação" à associação seja precedida por uma "proposta escrita" de associado efetivo. A associação em entidades prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária deve ser irrestrita e livre de qualquer empecilho ou condicionamento,

1/2011	u		<p>sub pena de se desrespeitar o necessário caráter comunitário desse serviço público. Insta, portanto, que a entidade retifique o art. 5º para o fim de permitir a livre associação de toda e qualquer pessoa (art. 1º e 7º, Lei nº. 9.612/1998; subitem 8.2, 8.3, "a" e "b" da Norma 1/2011);</p> <p>f. Inexiste no estatuto social previsão de que o ingresso dos associados será gratuito (subitem 8.3, "b");</p> <p>g. Inexiste no estatuto social previsão permitindo o ingresso, como associadas, das pessoas jurídicas sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes, inclusive, o direito de voz e voto.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Norma.</p> <p>Observação: Eventuais alterações estatutárias deverão ser averbadas junto ao registro inicial do Estatuto, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.</p>
	Subitem 8.1, alínea "j"	CPF de todos os dirigentes	---
Lei nº. 9.612/1998	Art. 6º, parágrafo único combinado com o art. 9º, §2º, III e IV	Comprovante de maioria/nacionalidade	<p>A entidade deverá enviar documento que demonstre que <u>todos</u> os Diretores eleitos são brasileiros natos ou brasileiros naturalizados há mais de 10 (dez) anos, bem como que são maiores de 18 (dezoito) anos.</p> <p>Observação: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p>Não serão aceitos como comprovantes de maioria/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</p>

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, **intima-se** a entidade para que se manifeste sobre o que acima exposto, apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

4. Informa-se que a entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da entidade interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tacio Neves Frota Souza, Técnico de Nível Superior**, em 11/09/2015, às 15:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/09/2015, às 15:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0716324** e o código CRC **41AC8146**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 29816/2015/SEI-MC

Brasília, 11 de setembro de 2015

Ao(À) Senhor(a)

FRANCISCO JOSÉ PEREIRA

Representante Legal da **Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo**

Rua Heráclito Alves de Moura, nº 199, 1º andar

63.260-000 / Brejo Santo - CE

CNPJ nº 01.917.206/0001-43

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.002998/2014-11.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 20667/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/09/2015, às 15:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0716389** e o código CRC **CAD6C428**.

Data de Envio:

29/09/2015 16:15:18

De:

MC/SEARC (SEI-MC) <searc.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

padrepedrofm@hotmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.002998/2014-11

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Anexos:

Oficio_0716389.html

Nota_Tecnica_0716324.html

53900.053551/2015-73

Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo - Ceará



Estatuto



VALIDO SOMENTE COM O
SELLO DE AUTENTICIDADE
CURTIDOR MATIAS, 2º OFICIO
BREJO SANTO-CE - F. 3531-0144

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica por ser
uma reprodução fiel e original que me foi
apresentado, com o qual conferi (art. 7º V, Lei 8.935/94)

Brejo Santo-CE, 28 de 10 de 2015

() Maria Brasil Sampaio - 2ª Tabelião Pública
() Engracia Leite Brasil Sampaio - Substituta
() Cicero Wilson de Melo - Escrevente
() Viviane Sousa de Melo - Escrevente
() Maria da Graça Almeida Siqueira - Escrevente

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 13/10/15 às 14:30 horas

Assinatura: Conceição

Criada em 21 de Abril de 1997 Brejo Santo - Ce.



Capítulo I DA ASSOCIAÇÃO E SEUS FINS

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica por ser uma reprodução fiel e original que me foi apresentado, com o qual confio (art. 7º V, Lei 8.935/94)
Brejo Santo-CE, 28 de 10 de 2015
VALIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE
PARTÓRIO MATIAS 2º OFÍCIO
Brejo Santo-CE - F. 3531-0144

() Maria Brasil Sampaio - 2ª Tabelião Pública
() Engracia Leite Brasil Sampaio - Substituta
() Cicero Wilson de Melo - Escrevente
() Viviane Sousa Vidal de Melo - Escrevente
() Mariana Faria de Almeida - Escrevente

Art.1-A Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo, criada em 21 de abril de 1997, nesta cidade de Brejo Santo - Ceará é uma Associação civil, de caráter privado, instrutiva, educativa, cultural, agrícola, e social constituída de ilimitado número de associados, pessoas físicas ou jurídicas e, terá duração por tempo indeterminado.

Art.2-A Associação Comunitária, não possui qualquer ligação de ordem político-partidária, religiosa e filosófica; é uma entidade filantrópica, não podendo portanto, renumerar membros de sua Diretoria, auferir lucros ou distribuir dividendos entre seus participantes.

Art.3-Constituem objetivos fundamentais da Associação:

a)-dar as camadas mais carentes da comunidade condições de acesso à educação, através da criação e manutenção de Núcleos de Educação para Cidadania;
b)-publicações de estudos e pesquisas sociais, bem como, análise da realidade local, regional e nacional;

c)-promover cursos de extensão cultural, de atualização e aperfeiçoamento para alunos e professores;

d)-implantação e manutenção de hortas comunitárias, acompanhada de uma orientação alimentar e nutricional em caráter dietoterápico;

e)-propugnar pela igualdade de direitos e deveres para todos, sem distinção de raça, cor, sexo, posição social, convicção política ou religiosa;

f)-distribuição de bolsas de estudos, medicamentos e outros com a população carente do município;

g)-criar e manter veículos de comunicação comunitária.

Capítulo II DOS SÓCIOS, SEUS DEVERES E DIREITOS

Art.4-A Associação Comunitária, compor-se-á das seguintes categorias de sócios:

Associação;

b)-EFETIVOS-Todas as pessoas que , espontaneamente , desejarem contribuir moral e materialmente para a Associação;

c)-COLABORADORES- Os filhos da comunidade , que não residem no município , mas que queiram contribuir para a prosperidade e o prestígio cada vez maior da Associação Comunitária ;

d)-HONORÁRIOS-Todas as pessoas que hajam prestado relevantes serviços ou benefícios à Associação ,que mereçam distinção por parte da Diretoria da Associação
Parágrafo I- Os sócios fundadores se equiparam , para todos os direitos e obrigações estatutárias , aos sócios efetivos;

Parágrafo II-Todos os sócios serão inscritos no livro competente observando-se a sua categoria respectiva.

Art.5- Aos sócios efetivos competem apresentar à Diretoria da Associação, proposta escrita com os nomes das pessoas que querem filiar-se a Associação.

Parágrafo Único- A Diretoria , depois de receber a proposta e examinar , julgará da conviniência ou não de aceitar o proposto como sócio , podendo , a critério da maioria , entregá-la a uma comissão especial , para emitir parecer antes de julgá-la.

Art.6- São direitos e deveres dos sócios efetivos:

I-votar e ser votado para cargos da Diretoria;

II-tomar parte nas reuniões da Diretoria , com direito a palavra , sem direito a voto nas deliberações ;

III-tomar parte nas Assembléias Gerais , com direito a palavra e a voto ;

IV-pagar uma contribuição mensal ou anual , a critério da Diretoria , fixada no início de cada ano ; e

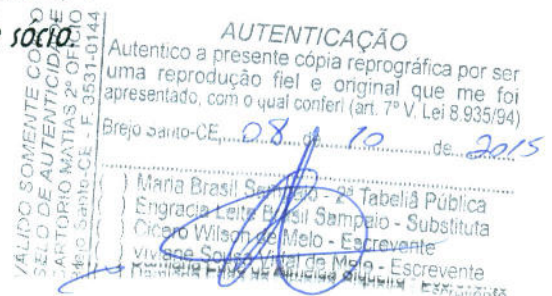
V-gozar de abatimentos sucessivos e proporcionais , até a gratuidade nas matrículas dos filhos , em estabelecimentos de ensino , mantidos pela Associação Comunitária , dentro das condições financeiras e com a aprovação da Diretoria.

Parágrafo Único-O Sócio é responsável por seus atos e quando estes forem prejudiciais à Associação Comunitária , fica sujeito às penalidades aplicadas pela Diretoria da Associação , conforme for a gravidade da falta cometida :

a)-Advertência pública ou privada

b)-Suspensão dos direitos sociais ; e

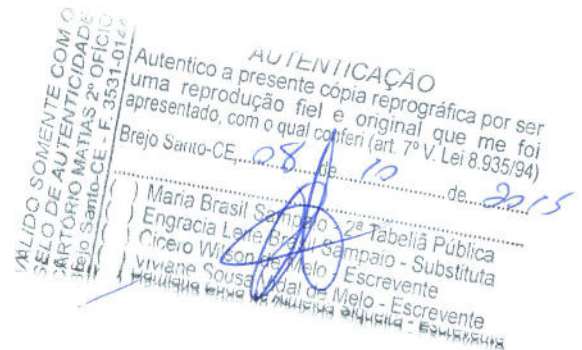
c)-Eliminação do quadro de sócio



Art.7- A Diretoria da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo, será formada pelos seguintes cargos, num total de 11 (onze) membros:



- a)-Um Presidente
- b)-Um Vice-Presidente
- c)-Um 1o.Secretário
- d)-Um 2o.Secretário
- e)-Um 1o.Tesoureiro
- f)-Um 2o.Tesoureiro
- g)-Três Coordenadores
- h)-Dois Suplentes



Parágrafo Primeiro- Todos os membros da Diretoria, poderão re-
e-ler-se uma única vez;

Parágrafo Segundo- A Diretoria, somente poderá deliberar com a
presença de no mínimo 2/3(dois terço) de seus membros.

Art.8- Compete ao Presidente :

- a)-abrir, presidir e encerrar as reuniões da Diretoria e das Assem-
bléias Gerais;
- b)-visar a competencia dos livros sociais da Diretoria e da Associa-
ção Comunitária ;
- c)-autorizar as despesas necessárias ao bom funcionamento da
Associação, ficando-lhe vetado contrair e conceder empréstimos, avalizar em nome da Associa-
ção, sob pena de destituição do cargo e outras sanções previstas em Lei ;
- d)-representar a Associação em juízo ;
- e)-contratar tecnicos, quando autorizado pela Diretoria, para
um melhor desenvolvimento do projeto/programa ; e
- f)-visar juntamente com o Tesoureiro, os cheques e documentos
financeiros de interesse da Associação.

Art.9- Compete ao Vice-Presidente :

- a)-substituir temporariamente o presidente, em faltas ou impedi-
mentos e definitivamente em caso de desistência, abandono de cargo, demissão ou morte do
mesmo ; e
- b)-ajudar o presidente em suas funções.

Art. 10- Compete ao 1º. Secretário :

a)-substituir em ordem o vice-presidente , o presidente ,nas faltas ou impedimento temporários dos mesmos ;

b)-redigir as correspondências da Associação ; e

c)-Secretariar as sessões e as Assembleias Gerais.

Art. 11- Compete ao 2º. Secretário :

a)-substituir o 1º. Secretário , em suas faltas ;

b)-organizar o livro de inscrição dos sócios e manter em perfeito serviço de informação entre eles ; e

c)-organizar e manter o arquivo da Associação

Art. 12- Compete ao 1º. Tesoureiro :

a)-arrecadar a renda da Associação , e depositá-la em estabelecimento bancário ,designado pela Diretoria ,quando o valor do saldo fôr superior a um salário mínimo;

b)-efetuar os pagamentos autorizados pela Presidente e pela Diretoria da Associação;

c)-assinar , juntamente com o Presidente , os cheques da Associação e outros documentos financeiros de interesse da Associação;

d)-apresentar o balancete mensal até o decimo dia útil do mês seguinte , o balancete geral , no mês de janeiro ,em Assembléia Geral Anual.

Art. 13- Compete ao 2º. Tesoureiro :

a)-auxiliar o 1º. de Tesoureiro , no desempenho das funções ;

b)-organizar o controle de pagamento dos sócios ;

c)-promover campanhas de arrecadação de verbas ; e

d)-efetuar a cobrança dos sócios em atraso;

Art. 14- São atribuições dos Coordenadores :

a)-coordenar os projetos desenvolvidos pela Associação ;

b)-elaborar convênio com entidades existentes no município , no estado , no país e no exterior .

Art. 15- Compete aos Suplentes :

a)-Substituir temporariamente ou definitivamente os cargos vagos obedecendo a sequencia de substituição;

b)-coordenar projetos/programas , quando convocados pelo Presidente da Associação.



ALUGO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE
CARTÓRIO MATIAS 2º OFÍCIO
Belo Horizonte - F. 3531-0144

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica por ser
uma reprodução fiel e original que me foi
apresentado, com o qual conferi (art. 7º V, Lei 8.932/94)
Belo Horizonte, 28 de 10 de 2015

) Maria Brasil Sampaio - 2ª Tabeliã Pública
) Engracia Leite Brasil Sampaio - Substituta
) Cleo Wilson de Melo - Escrevente
) Viviane Souza de Melo - Escrevente
) Patrícia Costa de Melo - Escrevente

Ok

Art.16-Compete ao Conselho Fiscal da Associação :

a)-examinar em qualquer tempo os documentos contábeis desta

Associação Comunitária ;

b)-emitir parecer sobre o balanço contábil ,anualmente apresenta-

do em Assembléia Geral ;

c)-emitir parecer sobre a aceitação de doações e legados que

sejam obrigações financeiras para a Associação ;

d)-emitir parecer sobre projetos da Diretoria ,que envolvam a

utilização dos Fundos Patrimônias .

Art.17- O Conselho Fiscal , será composto por 03(Três) Conselheiros eleitos em Assembléia Geral , com mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro -Além dos 03(três) membros ,serão eleitos 02 (dois) suplentes ,que assumirão o mandato no caso de impedimento definitivo dos membros efetivos .

Parágrafo Segundo-Em caso de renúncia da maioria dos Conselheiros ou da totalidade deles , a Assembléia Geral ,especialmente convocada para tal fim , elegerá os novos membros ou a totalidade do Conselho.

Parágrafo Terceiro-Os Conselheiros elegerão entre si , na primeira reunião convocada pelo Presidente da Associação para tal fim , um Presidente e um Secretário.

Art.18- Compete ao Presidente do Conselho Fiscal:

a)-convocar e presidir as reuniões do Conselho Fiscal ;

b)-assinar juntamente com o Secretário a documentação e a corres-



VALIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE
CARTÓRIO MATIAS 2º OFÍCIO
Belo Horizonte - F. 3531-01

podência do Conselho Fiscal.

Autentico a presente cópia reprográfica por ser
uma reprodução fiel e original que não foi
apresentado, com o qual conferi (art. 7º V. Lei 8.436/92)
Belo Horizonte - CE, de 10 de 10 de 2013.

Art.19- Compete ao Secretário do Conselho :

a)-secretariar as reuniões do Conselho ;

b)-preparar e assinar com o Presidente as reuniões do Conselho.

Art.20-As decisões do Conselho Fiscal ,serão sempre por maioria

simples de seus membros.

**Capítulo V
DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS**

Art.21- As Assembléias Gerais ,serão de três espécies :

a)-ORDINÁRIAS-realizadas ,obrigatoriamente ,no mês de janeiro de
cada ano , para promover o Relatório da Diretoria da Associação , apresentado pelo Presidente
e , o Balanço Anual ,apresentado pelo 1º.Tesoureiro ;

b)-EXTRAORDINÁRIAS-As que se realizarão com uma Convocação de
no mínimo 24(vinte e quatro)horas de antecedência ,e neste caso ,ocorrerão em qualquer época
e serão convocadas pela Diretoria , ou pela metade dos sócios efetivos ; e

c)-ELEITORAIS-realizadas de 02(dois) em 02 (dois) anos no mês de Dezembro , no segundo domingo , com fim especial de proceder a eleição para a renovação dos quadros dirigentes da Associação.

Parágrafo Primeiro-As Assembléias , sómente poderão funcionar com a presença de no minimo 2/3 (dois terço) dos sócios efetivos ,devidamente quites com a Associação;

Parágrafo Segundo-Se não houver número suficiente para a Assembléia funcionar em primeira convocação , o Presidente ,convocará outra reunião com um prazo de 24 (vinte e quatro) horas , a qual funcionará com qualquer número de sócios ;

Parágrafo Terceiro-As Convocações das Assembléias Gerais ,serão feitas por EDITAIS , de iniciativa do Presidente ,da Diretoria em conjunto ,ou de metade dos sócios efetivos dando-se ampla divulgação ; e

Parágrafo Quarto-As Assembléias Gerais , representam o mais alto poder de decisão da Associação.

Capitulo VI DOS RECURSOS DA ASSOCIAÇÃO



Art.22-Os Recursos Financeiros da Associação , serão provenientes de :

a)-Dotação que a qualquer título lhe sejam destinados nos Orçamento da União , Estado ou Municípios;

b)-Doações ou contribuições de qualquer pessoa física ou jurídica;

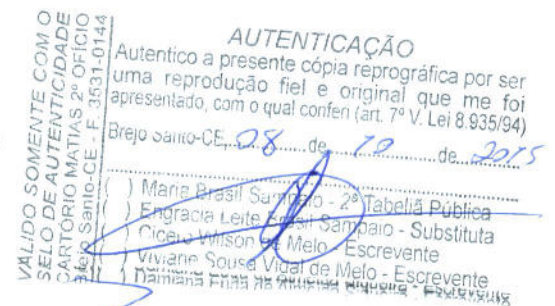
c)-Contribuição de seus associados;

d)-Convênios;

e)-Promoções socio-culturais;

f)-Renda de aplicações de bens .

Capitulo VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITORIAS



Art.23- A posse dos Membros da Diretoria , realizar-se no primeiro domingo , após as eleições.

Art.24-Os sócios não responderão solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Associação.

Art.25-Os casos omissos neste Estatuto ,serão resolvidos através de Resoluções Complementares ,aprovada por 2/3(dois terço) dos membros da Diretoria.

Art.26- A Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo-Ceará, funcionará a rua Heraclito Alves de Moura, 199, 1o. Andar, nesta cidade de Brejo Santo-Ce.

Art.27- Este Estatuto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrárias.

Brejo Santo-Ceará, em 21 de Abril de 1997

Leonorides Barbosa de Sousa
Presidente

Francisco Pereira
Secretário

Obsequioso

Para uso em Cartório.

CARTORIO MATIAS
2º Ofício - Brejo Santo - Ceará
Fone: 531-0144

Reconheço verdadeira(s) a(s) firma(s)

supra de Espiridão Barbosa de Sousa e Francisco Pereira

Em testemunho da da verdade.

Brejo Santo, 23 de junho de 1997

Maria Brasil Sampaio

(☒) Maria Brasil Sampaio 2ª Tabelião Pública

() João Bosco Brasil Sampaio - Substituto

() Rita Fêlix de Moura Esc. Compromissada

VÁLIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE



AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica por ser uma reprodução fiel e original que me foi apresentado, com o qual conferi (art. 7º V. Lei 8.935/94)

Brejo Santo-CE, 28 de junho de 2015

- (☒) Maria Brasil Sampaio - 2ª Tabelião Pública
- (☒) Engracia Leite da Silva Sampaio - Substituta
- (☒) Cicero Wilson de Melo - Escrevente
- (☒) Viviane Sousa Viçar de Melo - Escrevente
- (☒) Daniela Eduarda Almeida Siqueira - Escrevente



CERTIDÃO

CERTIFICO que o (a) presente Estatuto da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo

foi registrado (a) no Livro 1-3

do Registro de Pessoas Jurídicas

deste Cartório do 2º Ofício, às fls. 394/404, sob o nº de

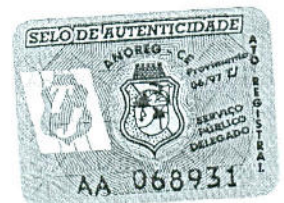
ordem 297, nesta data e foram feitas as devidas anotações.

O Certificado é verdade. Dou fé.

Brejo Santo - Ce, 23 de junho de 1997

Maria Brasil Sampaio

VÁLIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE



Maria Brasil Sampaio
Of. do Registro de Títulos e
Documentos e Pessoa Jurídica

CARTORIO MATIAS
= 2º OFÍCIO =
BREJO SANTO - CEARÁ
= TITULAS =
MARIA BRASIL SAMPAIO
= Substituta =

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO - CEARÁ - CNPJ 01.917.206/0001-43

EMENTA Nº 001 de 28 de SETEMBRO de 2015.

Modifica os arts.5º; 21º; e 26ºdo Estatuto desta Associação e dá outras Providencias.



VALIDO SOMENTE COM O
SELLO DE AUTENTICIDADE
CARTÓRIO MATIAS 2º OFÍCIO
Brejo Santo-CE - F. 3531-0144

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica por ser
uma reprodução fiel e original que me foi
apresentado, com o qual conten (art. 7º V, Lei 8.935/94)

Brejo Santo-CE, 08 de 10 de 2015

- Maná Brasil - Tabelado - de Tabela Pública
- Engracia Leite - Tabelado - Substituta
- Cicely Wilson de Melo - Escrevente
- Viviane Sousa - Tabelado - Escrevente
- Patricia Fada de Almeida Siqueira - Escrevente

Guilherme Wilson de Melo
- FS. 3531-0144 -

05.455.266/0001-42

CARTÓRIO MATIAS

Rua. Dionísio Rocha de Lencina 163

Centro- CEP 63.260-000

Brejo Santo - CE.

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000

Selo de Autenticidade
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO CEARÁ

C26J 03

AUTENTICAÇÃO

Nº GP 828.089

[illegible]

SEI 53900.002998/2014-11 / pg. 46

a)- Violação do estatuto social;

b)-Difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;

c)-Atividades contrárias às decisões das assembleias gerais;

d)-Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;

e)-Falta de pagamento, por parte dos "associados contribuintes", de três parcelas consecutivas das contribuições associativas.

§1º)-Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;

§2º)-Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva, por maioria simples de votos dos diretores presentes;

§3º)-Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembléia Geral, o qual deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria Executiva ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembléia Geral;

§4º)- Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

§5º) -O associado excluído por falta de pagamento, poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

III-DA APLICAÇÃO DAS PENAS-As penas serão aplicadas pela Diretoria e poderão constituir-se em:

- I. Advertência por escrito;
- II. Suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano;
- III. Eliminação do quadro social.

IV-São passíveis de punição temporária ou de exclusão



05.455.266/0001-42

CARTÓRIO MATIAS

Rua. Dionísio Rocha de Lucena 163.

definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

Art.21º letra b...

Art.2º)-O artigo 21º letra b passa a vigorar com a seguinte redação:

b-EXTRAORDINÁRIAS- A Assembléia Extraordinária, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais, e somente poderá funcionar com a presença de no mínimo 2/3 (dois terço) dos Associados efetivos, convocados por EDITAIS, dando-se ampla divulgação, convocada para os fins:

I-ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS OU MOVEIS-Será convocada para apreciar propostas de empréstimos bancários, venda de bens moveis, após análise dos balanços e inventários, dos últimos dois anos.

II-REFORMA NO SEU ESTATUTO- Convocada para reformar este ESTATUTO, no todo ou em parte,o Presidente da Assembleia Geral deverá proclamar o término do mandato da atual Diretoria desta Associação, ressaltando o brilhante trabalho dos mesmos e Declarará Vagos os cargos suspendendo os trabalhos por até 01 (uma) hora quando deverá dá início ao processo Eleitoral e Posse dos Eleitos.

III-EXTINÇÃO DA ENTIDADE- A dissolução desta ASSOCIAÇÃO ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia,observando rigorosamente, o quorum previsto no estatuto social, aprovada no mínimo por 2/3 (dois terços) dos votos da totalidade de seus integrantesquando se verificar, alternativamente a impossibilidade de sua manutenção; ea ilicitude ou a inutilidade dos seus fins.

Art.3º)-Esta EMENTA entra em vigor na data de sua publicação e aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, ficando revogadas as disposições em contrária, passando esta Ementa a fazer parte deste Estatuto.

Brejo do Santo -Ce; em 28 de Setembro de 2015.


PAULO REANTO A. PEREIRA.
Presidente


ERINALDO FEITOSA ARAUJO
Secretário

05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS

Rua Dionísio Rocha de Lucena, 169

Centro - CEP 61.260-000

Brejo Santo - CE

CERTIDÃO

CERTIFICO que a presente EMENTA nº 001/15 de 28 de setembro de 2015, que modifica os artigos 5º, 21º e 26º do Estatuto da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo, retro foi averbada no Livro A-09, de Registro de Pessoas Jurídicas, deste Cartório, às folhas 82/85, sob o número de ordem AV.02/297 e protocolado no Livro A-02, às folhas 97, sob o número de ordem 15.998, nesta data e foram feitas as devidas e necessárias anotações, inclusive a margem do Registro 297 do Livro A-03 de Registro de Pessoas Jurídicas, deste Cartório. "O certificado é verdade". Dou fé. Eu, Cícero Wilson de Melo, Cícero Wilson de Melo, Escrevente, no impedimento eventual da Oficiala e sua Substituta, a digitei, subscrevo, dato e assino.

Brejo Santo-CE, 07 de outubro de 2015.

Cícero Wilson de Melo
CICERO WILSON DE MELO
Escrevente

Cícero Wilson de Melo
- ESCRIVENTE -



05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS

Pça. Dionísio Rocha de Lucena 162
Centro - CEP 63.260-000
Brejo Santo - CE

VALIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE
DO CARTÓRIO MATIAS - OFÍCIO
DO ESTADO DO CEARÁ - F. 0144

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica por ser uma reprodução fiel e original que me foi apresentado, com o qual conferi (art. 7º V. Lei 8.935/94)

Brejo Santo-CE, 07 de outubro de 2015

Maria Brasil Sampaio - 2ª Tabelião Pública
Engrácia Leite Brasil Sampaio - Substituta
Cícero Wilson de Melo - Escrevente
Cristina Vidal de Melo - Escrevente



RECONHECIMENTO DE FIRMA
Reconheço a(s) Firma(s) de Cícero Wilson de Melo
Por Autenticidade. Dou fé.
Brejo Santo, 07 de 10 de 2015
Cícero Wilson de Melo
Maria Brasil Sampaio - 2ª Tabelião Pública
Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena - Subst.
Cristina Vidal de Melo - Escrevente
Cícero Wilson de Melo - Escrevente

Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo

Rua Heráclito Alves Moura, Nº 199, 1º Andar- 63.260-000
Cnpj 01.917.206/0001-43

Ata de reunião da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo, para Aprovação da emenda 001/2015 ao estatuto e ELEIÇÃO E POSSE dos Membros da Diretoria desta Associação para o período 2015 e 2016 e da outras providencias.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de Setembro de 2015, as 08:00 horas, na sede desta Associação, localizada a rua Heráclito Alves de Moura, Nº 199, 1º Andar, nesta cidade de Brejo Santo, estiveram reunidos, os Senhores e Senhoras MEMBROS desta Associação conforme determina o seu Estatuto, a seguir relacionados e ao final assinados:

- 01- JOSE CARDOSO OLIVEIRA FILHO
- 02-ALDENIO LEITE MOREIRA NETO
- 03- MARIA WELINEUDA DE MORAIS ALVES
- 04-ERINALDO FEITOSA ARAÚJO
- 05-MARIA ALVES DOS SANTOS
- 06-PAULO RENATO ALVES PEREIRA
- 07-FRANCISCA ALVES PEREIRA
- 08-FRANCISCA MARIA DO NASCIMENTO
- 09-FRANCISCA FIGUIREDO LOPES
- 10-IVANILDA PEREIRA
- 11-JOSÉ PEREIRA DA SILVA
- 12-JOSÉ PEREIRA FILHO
- 13-FRANCISCO JOSÉ PEREIRA
- 14-ANA FURTADO DE ANDRADE
- 15-JUAREZ MARCOS DA SILVA NOVAIS
- 16-MARIA AELINALDA NUNES DA SILVA
- 17-LUIZ BENTO DA SILVA
- 18-MARINÊS PEREIRA ARAÚJO
- 19-MARIA DEUSILENE DOS SANTOS
- 20-PEDRO ALAN BARBOSA
- 21-MARIA CLAUDIA BARBOSA
- 22-FRANCISCO FARIAS DA PENHA FILHO.

Após distribuído a todos, minutas da EMENTA 001/15, com as reformas sugeridas, a Assembléia entrou em deliberação por uma hora, tempo este requerido pelos presentes para debate e estudo cuidadoso da reforma sugerida. Decorrido o tempo solicitado, onde se deu o debate de item por



AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica por ser uma reprodução fiel e original que me foi apresentado, com o qual conferi (art. 7º V. Lei 8.935/94)
Brejo Santo-CE, 08 de 10 de 2015
Maria Brasil Sampaio - 2ª Tabeliã Pública
Engracia Leite Brasil Sampaio - Substituta
Cícero Wilson de Melo - Escrevente
Viviane Sousa Vidal de Melo - Escrevente
Pauliana Silva de Oliveira Sampaio - Escrevente

item da minuta proposta, restou aprovado por unanimidade a reforma em pauta, que segue anexa, sendo parte inseparável desta, ficando desta forma reformado e consolidado o estatuto social da entidade. Concluída a reforma estatutária, o Presidente proclama o término do mandato da atual diretoria executiva da entidade, ressaltando o brilhante trabalho dos mesmos e apresenta à Assembléia os candidatos, aos cargos ora vagos, dando início do pleito eletivo, e após a contagem dos votos presenciado por todos, foi apresentado pelo Presidente o resultado, ficando assim composta a Diretoria e o Conselho Fiscal, da entidade o Sr. Presidente desta Associação, o Sr. **PAULO RENATO ALVES PEREIRA**, determinou a mim **ERINALDO FEITOSA ARAÚJO**, Secretário, que procedesse a chamada dos Senhores e Senhoras associados aqui presentes. Após a verificação de quorum, o Sr. **PAULO RENATO ALVES PEREIRA**, Presidente, desta Associação, fez uma breve explanação sobre esse momento de mudanças no quadro administrativo da Associação de parte de seu Estatuto, agradeceu a todos pelo apoio e passou a palavra ao Secretário **ERINALDO FEITOSA ARAÚJO**, para que encaminhasse o processo eleitoral, lembrando a todos que 04 (quatro) Associados deixaram de comparecer e ate o presente momento nenhuma justificativa chegou a esta Assembleia. Ao assumir os trabalhos o Sr. Secretário, **ERINALDO FEITOSA ARAÚJO**, comunicou que apenas uma ÚNICA CHAPA solicitou registro dentro das normas estabelecidas pelo Estatuto desta Associação, a qual estar assim constituídas:

CHAPA ÚNICA

Diretoria Administrativa

Presidente:.....**PAULO RENATO ALVES PEREIRA**
Vice-Presidente:.....**FRANCISCA MARIA DO NASCIMENTO**
1º Secretário:.....**ERINALDO FEITOSA ARAÚJO**
2º Secretário:.....**MARIA AELINALDA NUNES DA SILVA**
1º Tesoureiro:.....**FRANCISCA FIGUEIREDO LOPES**
2º Tesoureiro:.....**ALDENIO LEITE MOREIRA NETO**
1º Coordenador:.....**JUAREZ MARCOS DA SILVA NOVAIS**
2º Coordenador:.....**PEDRO ALAN BARBOSA**
3º Coordenador:.....**ANA FURTADO DE ANDRADE**
1º Suplente:.....**MARIA DEUSILENE DOS SANTOS.**
2º Suplente:.....**MARIA ALVES DOS SANTOS**

CONSELHO FISCAL

Presidente:.....**LUIZ BENTO DA SILVA**
Secretário:.....**JOSÉ CARDOSO OLIVEIRA FILHO.**
Membro:.....**IVANILDA PEREIRA**

Suplentes:

1º Suplente:.....**MARIA CLAUDIA BARBOSA**
2º Suplente:.....**FRANCISCO FARIAS DA PENHA FILHO**
3º Suplente:.....**MARIA WELINEUDA DE MORAIS ALVES**



AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia réprográfica por ser uma reprodução fiel e original que me foi apresentado, com o qual conferi (art. 7º V. Lei 8.935/94)
Brejo Santo-CE, 08 de 10 de 2015
Maria Brasil Sampaio - 2ª Tabeliã Pública
Engracia Leite Brasil Sampaio - Substituta
Cicero Wilson de Melo - Escrevente
Viviane Sousa Vidal de Melo - Escrevente
Blandina Eudes de Melo - Escrevente

Após a apresentação da CHAPA ÚNICA, o Sr. Secretário **ERINALDO FEITOSA ARAÚJO**, esclareceu que o Associado deverá marcar um X em dos quadros, votando SIM ou NÃO ou NULO marcando um X nos dois quadros existentes na Chapa ou simplesmente em BRANCO, dobrando a Chapa e a colocando na Urna. Após o ultimo votante, o Sr. Secretário

ERINALDO FEITOSA ARAÚJO, convidou MARIA AELINALDA NUNES DA SILVA e JOSÉ PEREIRA FILHO para servir como ESCRUTINADORES. Após um breve intervalo, o Sr. Secretário **ERINALDO FEITOSA ARAÚJO**, determinou que fosse constada a seguinte informação:

Numero de Votantes:.....**22**

Numero de Votos Validos:....**22**

Votos dado a Chapa:.....**22**

Votos em Branco:.....**NÃO HOUVE**

Votos Nulos:.....**NÃO HOUVE**

Em seguida, o Sr. Secretário **ERINALDO FEITOSA ARAÚJO**, convidou todos os Membros da Chapa Eleita, a frente e foram declarados ELEITOS E EMPOSSADOS, para os anos de 2015 e 2016. Após o cântico do Hino Nacional, o Sr. Presidente eleito PAULO RENATO ALVES PEREIRA, assumiu os trabalhos e falou das Diretrizes Gerais da Associação para o ano de 2016, destacando a realização do II Fórum da Radio Comunitário Padre Pedro, a ser realizado em Dezembro de 2015, e terá a participação de ouvintes das Comunidades rurais e da sede, além dos apoiadores culturais e de entidades convidadas; e concluiu agradecendo a confiança recebida de todos os associados. Em seguida o Sr. Presidente eleito e empossado Paulo Renato, facultou a palavra a quem dela quisesse fazer uso, como ninguém mais solicitou a palavra, o Sr. PAULO RENATO ALVES PEREIRA, agradeceu a todos pela paciência, pois estamos aqui deste as 08:00 horas manha. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, declarou encerrado os trabalhos, da qual para constar foi lavrada a presente ATA que após lida e achada conforme será assinada por todos os presentes. Eu, **ERINALDO FEITOSA ARAÚJO**, secretariei a presente reunião que vai ao final assinada por mim e pelo Sr. Presidente PAULO RENATO ALVES PEREIRA e pelos demais associados presentes.

Secretário:

ERINALDO FEITOSA ARAÚJO,

Presidente:

PAULO RENATO ALVES PEREIRA

01- JOSE CARDOSO OLIVEIRA FILHO

02-ALDENIO LEITE MOREIRA NETO

03-MARIA WELINEUDA DE MORAIS ALVES

04-ERINALDO FEITOSA ARAUJO

05-MARIA ALVES DOS SANTOS

06-PAULO RENATO ALVES PEREIRA

07-FRANCISCA ALVES PEREIRA

08-FRANCISCA MARIA DO NASCIMENTO



AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia réprográfica por ser uma reprodução fiel e original que me foi apresentado, com o qual conferi (art. 7º V. Lei 8.935/94)

Brejo Santo-CE, de 08 de 08 de 2015

1) Maria Brasil Sampaio - 2ª Tabeliã Pública
2) Engracia Leite Brasil Sampaio - Substituta
3) Cícero Wilson de Melo - Escrevente
4) Viviane Sousa Vidal de Melo - Escrevente

Outros (origem externa) (0767563)

SEI 53900.002998/2014-11 / pg. 53

- 09-FRANCISCA FIGUEIREDO LOPES + Francisca Figueiredo Lopes
- 10-IVANILDA PEREIRA Ivanilda Pereira
- 11-JOSE PEREIRA DA SILVA + Jose Pereira da Silva
- 12-JOSE PEREIRA FILHO + Jose Pereira Filho
- 13-FRANCISCO JOSE PEREIRA Francisco Jose Pereira
- 14-ANA FURTADO DE ANDRADE Ana Furtado de Andrade
- 15-JUAREZ MARCOS DA SILVA NOVAIS Juarez Marcos da Silva Novais
- 16-MARIA AELINALDA NUNES DA SILVA Maria Aelinalda Nunes da Silva
- 17-LUIZ BENTO DA SILVA + Luiz Bento da Silva
- 18-MARINÊS PEREIRA ARAÚJO Marinês Pereira Araújo
- 19-MARIA DEUSILENE DOS SANTOS + Maria Deusilene dos Santos
- 20- PEDRO ALAN BARBOSA Pedro Alan Barbosa
- 21- MARIA CLAUDIA BARBOSA Maria Claudia Barbosa
- 22-FRANCISCO FARIAS DA PENHA FILHO Francisco Farias da Penha Filho
- Esta ATA teve inicio na página 05 e termino na página 08, sem RASURA.

CERTIDÃO

CERTIFICO que a presente Ata da Assembléia Geral Extraordinária para Aprovação da EMENTA 001/15 e Eleição dos Membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo, retro foi registrada no Livro B-67, de Registro Integral de Títulos e Documentos, deste Cartório, às folhas 67/69, sob o número de ordem 8.991, e protocolado no Livro A-02, às folhas 97, sob o número de ordem 15.997, nesta data e foram feitas as devidas e necessárias anotações. "O certificado é verdade". Dou fé. Eu, Cícero Wilson de Melo, Cícero Wilson de Melo, Escrevente, no impedimento eventual da Oficiala e sua Substituta, a digitei, subscrevo, dato e assino.

Brejo Santo-CE, 07 de outubro de 2015.

Cícero Wilson de Melo
CÍCERO WILSON DE MELO
Escrevente

05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS

Rua. Manoel Rodrigues de Lima, 102

Centro - CEP 22.000-000

Brejo Santo - CE



AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica por ser uma reprodução fiel e original que me foi apresentado, com o qual conferi (art. 7º V. Lei 8.935/94)

Brejo Santo-CE, 08 de 10 de 2015

Maria Brasil Sampaio - 2ª Tabeliã Pública
Engacia Leite Brasil Sampaio - Substituta
Cícero Wilson de Melo - Escrevente
Viviane Sousa Vidal de Melo - Escrevente

**ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA
COMUNIDADE DE BREJO SANTO**

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ – CNPJ 01.917.206/0001-43

**RESOLUÇÃO COMPLEMENTAR Nº 005 de 30
de DEZEMBRO de 2008.**

**Institui o Conselho Editorial da RADIO
COMUNITÁRIA PADRE PEDRO FM104.9
e da outras providencias.**



AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica
por ser uma reprodução fiel e original que
me foi apresentado, com o qual Conferi
(Art. 7º V. Lei 8.935/94)
Jati-CE, de 08 OUT 2015.

Wilton da Silva Brito - Tabelião Oficial e Notário da
1ª Ofício da Comarca de Jati-CE
Maria Aldemira Bezerra Brito - Esc. Substituta
Wilton da Silva Brito Junior - Escrevente

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE **BREJO SANTO**

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000

RESOLUÇÃO COMPLEMENTAR Nº 005 de 30 de DEZEMBRO de 2008.

AUTENTICAÇÃO



Autentico a presente cópia reprográfica por ser uma reprodução fiel e original que me foi apresentado, com o qual Conferi (art. 7º V. Lei 8.935/94) Jati-CE, de 08 JUL 2015 /22

Institui o Conselho Editorial da RADIO COMUNITÁRIA PADRE PEDRO FM e da outras providências.

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 25º do seu Estatuto, e com objetivo de Regular a Resolução Nº 002/08,

RESOLVE:

CAPITULO I **DA NATUREZA E DA ESTRUTURA**

Art.1º)-A RADIO COMUNITÁRIA PADRE PEDRO FM, criada pela Resolução Complementar Nº 001 de 19 de Abril de 1997, desta Associação de Desenvolvimento Comunitário, terá seu funcionamento, administração e operacionalização regida por esta Resolução.

Art.2º)-A Rádio COMUNITÁRIA PADRE PEDRO FM será administrada pelo um Conselho, denominado de Conselho Editorial, e será o órgão de deliberação desta emissora.

SEÇÃO I **DO CONSELHO EDITORIAL**

Art.3º) Consciente do papel que este Conselho Editorial poderá desempenhar, ao assumir, integralmente essas funções e objetivos, é necessário acentuar que cabe a este Conselho:

I-PRODUZIR e veicular programas sócio-educativos e culturais;

II-DIVULGAR e promover, junto à comunidade, as diversas manifestações da cultura, no sentido de enriquecê-las e preservá-las;

III-DESPERTAR através da informação e do debate sobre os principais problemas da comunidade, atitudes de reflexão que proporcionem a descoberta de soluções criativas;

IV-OFERECER à comunidade entretenimento e informações que proporcionem elevação do nível de qualidade de vida da população;

V-CONTRIBUIR para a formação de profissionais de Comunicação Social, através da oferta de estágio e de incentivo à capacidade criadora dos estudantes;

VI-POSSIBILITAR aos diversos segmentos da população o acesso à livre expressão da sua subjetividade, das suas opiniões e de sua identidade cultural;

VII-GARANTIR que a produção cultural de grupos, regionais e locais seja difundida e garantindo ainda que, a imensa diversidade cultural, inclusive pelas dimensões de etnia, gênero, opção sexual, política, religião etc., esteja devidamente contemplada;

Art.4º)–O Conselho Editorial, será composto por 05(Cinco)

Membros:

I- um Diretor Geral

II- um Diretor Administrativo

III-um um Diretor de Operações

IV-um Diretor Financeiro.

V-um Diretor de Cultura, Esportes e Eventos

Art.5º)–Compete a cada Diretor:

I-Ao Diretor Geral, compete:

a)-elaborar a programação da emissora juntamente com os demais membros e apresenta-las ao Conselho Comunitário

b)-representar a emissora de Radio Comunitária FM, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria;

c)-assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis;

d)-praticar todos os atos necessários à administração da emissora de radio, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica por ser uma reprodução fiel e original que me foi apresentada, com o qual Conferi (art. 7º V. Lei 8.935/94)

lari-CE, de 08 OUT 2015

Wilton da Silva Brito - Tabelião Oficial e Notário do 1º Ofício da Comarca de Iati-CE
Maria Aldemira Bezerra Brito - Esc. Substituta
Wilton da Silva Brito Junior - Escrevente



e)-apreciar os planos de ação administrativa da Rádio COMUNITÁRIA PADRE PEDRO FM, aprovado em Assembleia Geral desta Associação;

f)-fixar normas disciplinadoras de funcionamento interno da emissora;

g)- elaborar planos e projetos relativos à programação e atividades da Rádio;

h)-apresentar relatórios mensais e anuais ao Conselho Comunitário;

i)-planejar, coordenar, acompanhar e realizar as atividades de programas jornalísticos, flashes ao vivo, cobertura de eventos e boletins, compatíveis com a finalidade e os objetivos da Rádio, atendendo aos interesses da comunidade;

j)-realizar pesquisas nas fontes adequadas para a produção de notícias e produzir programas jornalísticos enfatizando a análise e a interpretação dos fatos na comunidade de Brejo Santo;

l)-realizar intercâmbio e cooperação técnica com outras emissoras que contribuam para melhoria das atividades de jornalismo

II-Ao Diretor Administrativo compete:

a)-gerir as atividades administrativas da Rádio Comunitária FM, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a Contratos e outras correspondência;

b)-coordenar o horário de trabalho de cada colaborador na emissora de rádio e cuidar da manutenção dos equipamentos da emissora;

c)-outras atividades determinadas pelo Diretor Geral.

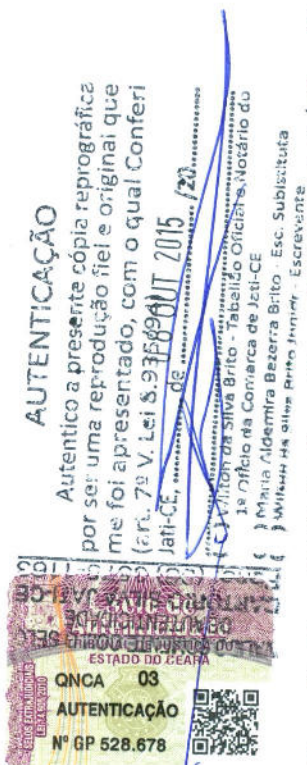
III-Ao Diretor de Operações compete:

a)- implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos,

b)- fixar normas disciplinadoras de funcionamento interno da emissora;

c)- aprovar planos, programas e projetos relativos à programação e atividades da Rádio Comunitária FM;

d)- outras atividades determinadas pelo Diretor Geral.



IV-Ao Diretor Financeiro Compete:

- a)-gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão;
- b)-promover a integração da comunidade com o serviço prestado;
- c)-assinar juntamente com o Diretor Geral, os cheques, contratos financeiros e convenios;
- d)- divulgar mensalmente a prestação de contas da emissora, enviando cópias Conselho Comunitário;
- e)-Outras atividades determinada e autorizada pelo Diretor Geral.

V-Compete ao Diretor de Cultura, Esportes e Eventos:

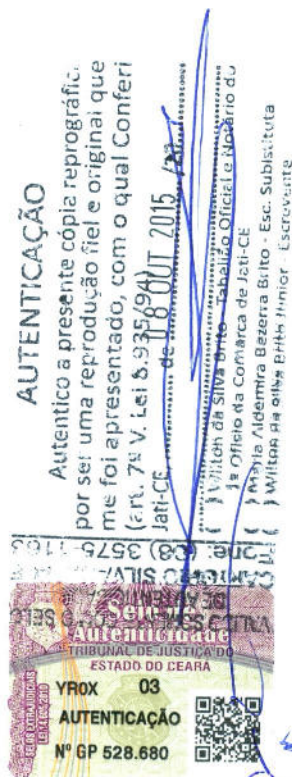
- a)-Atualizar o site da radio na Internet;
- b)-buscar parcerias com associações, sindicatos, visando um melhor funcionamento da emissora;
- c)-elaboração de cartazes; adesivos, murais; promover encontros; cursos de extensão cultural, etc;
- d)-estabelecer parcerias com escolas, clube esportivos, pontos de cultura e outros órgão de esporte,cultura e lazer;
- e)-executar o cerimonial de eventos promovidos pela Rádio;
- f)-promover o atendimento ao ouvinte e o agendamento de visitas à emissora; e articular a criação do Conselho de Comunitário.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho Editorial serão nomeados ou demitidos pelo Presidente desta Associação, através de Portarias.

Art.6º)- O Conselho Editorial se reunirá mensalmente ou em caráter extraordinariamente, mediante convocação do Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário ou quando convocado pelo Diretor Geral ou pela maioria simples dos seus membros.

Art.7º)- O Conselho Editorial, somente deliberará com a presença de no mínimo metade mais um de seus membros e as decisões serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, cabendo ao Diretor Geral o voto de qualidade, em caso de empate.

§1º)- O Diretor Geral, será o Presidente do Conselho Editorial da Radio COMUNITÁRIA PADRE PEDRO FM .



§2º)- As atribuições dos demais membros da Diretoria do Conselho Editorial, que não conste nesta Resolução, serão determinadas pelo Diretor Geral através de Portaria.

Art.8º)-As reuniões do Conselho Editorial serão lavradas Atas em livro próprio.

SEÇÃO II **DO CONSELHO COMUNITÁRIO**

Art.9º)- O Conselho Comunitário, será eleito em Assembléia Geral para mandato de 03 (três), será composto por, no mínimo, cinco pessoas (Titulares) e 05 (cinco) Membros Suplentes, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

§1º)- O Conselho Comunitário cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação;

§2º)- O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei;

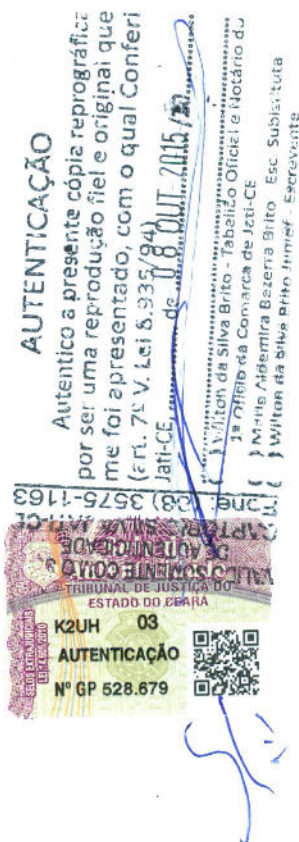
§3º)- A Rádio Comunitária Padre Pedro FM manterá sempre disponível o ato que constituiu e estabeleceu a composição do Conselho Comunitário, bem como atualizado todos os dados pessoais dos seus membros, tendo em vista qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações.

§4º)-Cada titular terá um suplente exclusivo e este somente exercerá o direito de voto quando no exercício de titularidade.

CAPITULO II **DAS ELEIÇÕES**

Art.10º)-Para concorrer as Eleições do Conselho Comunitário de Comunicação, as Chapas estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão Eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros.

§1º)- É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.



§2º)- A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral.

§3º)- A Associação deverá editar Resolução Complementar com Normal Gerais para a realização das Eleições.

CAPITULO III DA PROGRAMAÇÃO MINIMA

Art.23º)- Minimamente a programação deverá constar de:

a)-espaço garantido aos segmentos organizados da sociedade civil para divulgação de seus trabalhos e reivindicações, observada apenas a adequação de horário na programação;

b)-reserva de espaço semanal para programação rotativa de programas produzidos por pessoas das comunidades, dentro das especificações técnicas definidas pelo Diretor de Programação da Emissora de Rádio, esse espaço deverá funcionar como laboratório de radiodifusão;

CAPITULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.15º)- A programação produzida pela Rádio Comunitária, deverá ser gravada e mantida em arquivo por no máximo 90 (noventa) dias.

Art.16º)- A Rádio COMUNITÁRIA PADRE PEDRO FM , será regida por esta Resolução, e pela legislação em vigor.

Art.17º) - Os casos omissos serão solucionados pelo Conselho Editorial ou pela Diretoria Administrativo da Associação de Desenvolvimento Comunitário , conforme cada caso específico.

Art.18º)-A presente Resolução entra em vigor nada de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Brejo Santo-CE, 30 de Dezembro de 2008.

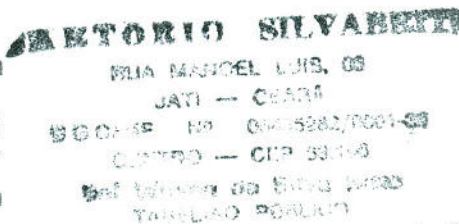
Francisco José Pereira.
Presidente

Ana Furtado de Andrade
Secretária.



CARTORIO SILVA BRITO CPF 068.008.233-68 Rua Manoel Lins, 162 Jati - Ceará	Reconheço verdadeira (s) a (s) firma (s) De: <u>Francisco José Pereira e Ana Furtado de Andrade</u>
	Em testº <u>Am</u> da Verdade. Jati-Ceará <u>30</u> de <u>12</u> de <u>2008</u> <u>Maria Vilma da Silva Brito</u> <input type="checkbox"/> BFL WILVAN DA SILVA BRITO - 2º Tabelião Público <input checked="" type="checkbox"/> MARIA VILMA SILVA BRITO - Esc. Substituta

Cartório Silva Brito
 OAB/CE 1.000.000-00



CARTÓRIO SILVA

Largo Luiz Bezerra, 135

(02) 3575-1163 - Jati - CE

Wilton da Silva Brito

Oficial de Registro Civil

Maria Aldemira Bezerra Brito

Wilton da Silva Brito



COPIADO

Resolução em
Pimentar nº 005 de 30 de De-
zembro de 2008

Reg de Pessoas Jurídicas
AT01
99/100

056

Protocolo nº 2674

2015

Wilton da Silva Brito

Wilton da Silva Brito

Tabelião Oficial e Notário do

1º Ofício da Comarca Jati - CE



VALIDO SOMENTE COM O SELLO
DE AUTENTICIDADE
CARTÓRIO SILVA JATI-CE
Fone: (08) 3575-1163

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica
por ser uma reprodução fiel e original que
me foi apresentado, com o qual Conferi
(art. 7º V. Lei 8.935/94)

Jati-CE, de de 08 OUT 2015 /23

Wilton da Silva Brito - Tabelião Oficial e Notário do
1º Ofício da Comarca de Jati-CE

() Maria Aldemira Bezerra Brito - Esc. Substituta
() Wilton da Silva Brito Junior - Escrevente

**ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA
COMUNIDADE DE BREJO SANTO**

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO - CEARÁ - CNPJ 01.917.206/0001-43

Resolução Complementar Nº 004 de 10 de Dezembro de 2008.

**Cria o CONSELHO COMUNITÁRIO DE
COMUNICAÇÃO da Rádio Comunitária
PADRE PEDRO FM 104.9, e da
outras providências.**



AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica
por ser uma reprodução fiel e original que
me foi apresentada, com o qual Conferi
(art. 7º V. Lei 5.935/94)
Jati-CE, em 08 OUT 2015 / 22

() Wilton da Silva Brito - Tabelião Oficial e Notário do
1º Ofício da Comarca de Jati-CE
() Maria Aldemira Bezerra Brito - Esc. Substituta
() Wilton da Silva Brito Junior - Escrevente

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ – CNPJ 01.917.206/0001-43

Resolução Complementar Nº 004 de 10 de Dezembro de 2008.

Cria o CONSELHO COMUNITÁRIO DE COMUNICAÇÃO da Rádio Comunitária PADRE PEDRO FM 104.9, e da outras providências.

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, usando das atribuições que lhe são conseferidas pelo Artigo 25 deste Estatuto,

RESOLVE:

CAPÍTULO I **DA DURAÇÃO E DOS OBJETIVOS**

Art.1º)-Criar o Conselho Comunitário de Comunicação, da Rádio Comunitária PADRE PEDRO FM, com sede a Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000, nesta cidade de BREJO SANTO, Estado doCeará, é uma entidade civil, de caráter privado, sem fins lucrativos, instrutiva, e terá duração por tempo indeterminado.

Art.2º)-Conselho Comunitário de Comunicação tem por finalidade primordial será o de acompanhar a programação da Rádio Comunitária PADRE PEDRO FM, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no artigo 4º da Lei 9.612/98, que regulamentou o Serviço de Radiodifusão Comunitária;

Parágrafo Único-Para todos os efeitos, as denominações: **Conselho Comunitário de Comunicação e CC** equivalem-se no texto do presente Estatuto.

Art.3º)-Para ser considerada Entidade Associada ao Conselho Comunitário de Comunicação será necessário a entidade possuir sede e representatividade no Município.

Parágrafo Único-Somente serão aceitas como filiadas as Entidades da Sociedade Civil sem fins lucrativos.

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel e original que me foi apresentado, com o qual Conferi (art. 7º V. Lei 8.936/84)

Jati-CE, 10 de Dezembro de 2008

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Wilton da Silva Brito - Escrivão

Art.4º)-O Conselho Comunitário reunir-se-á a cada 03 (três) meses para analisar a dinâmica das atividades desenvolvidas na programação da Rádio Comunitária FM, verificando a adequada programação para divulgação de planos e realizações da Associação, para o desenvolvimento da comunidade.

Art.5º)-O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.

Art.6º)-A Rádio Comunitária PADRE PEDRO FM manterá sempre disponível o ato que constituiu e estabeleceu a composição do Conselho Comunitário, bem como atualizado todos os dados pessoais dos seus membros, tendo em vista qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações.

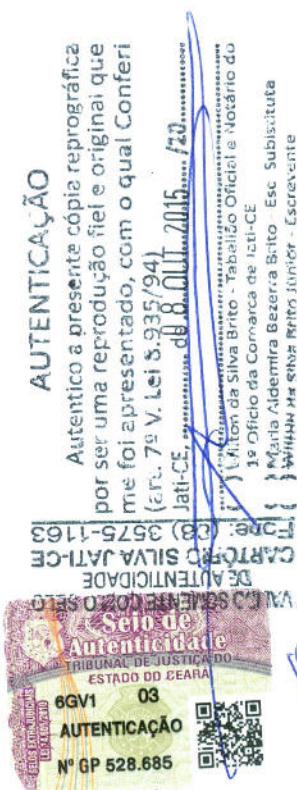
CAPITULO II **DOS MEMBROS ASSOCIADOS**

Art.7º)-São direitos dos associados:

- a)-Ter voz e voto nas assembléias;
- b)-Ter acesso a qualquer documento oficial da entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito à Diretoria, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião de Diretoria;
- c)-Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade ou através de convênios.
- d)-Participar de todas as reuniões desde Conselho e de todas as atividades da Radio Comunitária PADRE PEDRO FM;
- e)-Encaminhar Moções, observações e sugestões ao Conselho Editorial.

Art.8º)-São deveres dos Associados:

- a)-Comparecer às Assembléias Gerais Ordinárias-AGO;
- b)-Comparecer às Assembleias Gerais Extra-Ordinária-AGEo;
- c)-Comparecer às Assembléias Gerais Eleitorais-AGE;
- d)-Zelar pelo cumprimento do presente Regimento Interno; e
- e)-Votar e ser votado;



f)-Informar a este Conselho qualquer violação à dignidade humana, cometida pela emissora de Radio Comunitária PADRE PEDRO FM.

CAPITULO III **DAS PENALIDADES**

Art.09º)-Em qualquer um dos Atos de Suspensão ou Destituição de Função, será assegurado e garantido o direito de defesa ao acusado;

Parágrafo Primeiro- A entidade que faltar a duas Assembleia Gerais Ordinárias sem justificativa ou não se fizerem presentes nas Assembleia Geral Eleitoral, ocorridas neste período, serão convocados pela Coordenação Administrativa para justificar sua ausência. Caberá a AGO, por maioria absoluta, decidir ou não a continuidade dos faltosos no seu Quadro Social.

CAPITULO IV **ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE**

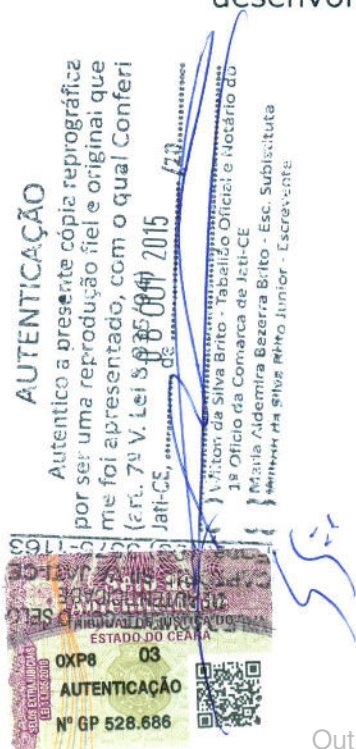
Art.10º)-São órgãos do Conselho Comunitário de Comunicação:

- a)-Assembléia Geral, e
- b)-Diretoria Adminstrativa.

Art.11º)- A Assembléia Geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez por ano, sempre no primeiro trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas do exercício anterior pela Diretoria Administrativa, aprovação do plano ação anual e discussão de assuntos gerais da Entidade e/ou das comunidades desenvolvidas.

Parágrafo Primeiro-A convocação deverá ser feita com antecedência de, no mínimo, oito dias, através de edital afixado na sede e estúdios da entidade e correspondência, com divulgação de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, onde constarão o dia, o local, o horário e pauta da reunião.

Parágrafo Segundo-A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria Administrativa, ou por pelo menos 1/3 dos associados em dia com suas obrigações estatutárias, através de abaixo-assinado encaminhado à Diretoria no prazo mínimo de 10 dias do recebimento para convocação da AG.



Parágrafo Terceiro-A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados e, em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número de presentes.

CAPITULO V **DAS ENTIDADES ASSOCIADAS**

Art.12º)- A representação das entidades associadas no Conselho Comunitário de Comunicação se dará da seguinte forma:

I-Até 500 (quinhentos) associados ou filiados na entidade, esta terá 01(um) representante Titular e 01 (um) Suplente;

II-Acima de 501 (quinhentos e um) associados ou filiados na entidade, esta terá 02(dois) representantes Titulares e 02(dois) Suplentes;

III-Entidades de representação que não têm filiados ou associados, com sede neste município, esta terá 01 (um) representante Titular e 01(um) suplente.

Art.13º)-ODiretoria Administrativa do Conselho Comunitário, reunir-se-á mensalmente, em data, hora e local por ela determinada e, extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente desta Associação, Diretor Geral deste Conselho, ou por 1/3 dos membros do ConselhoEditorial.

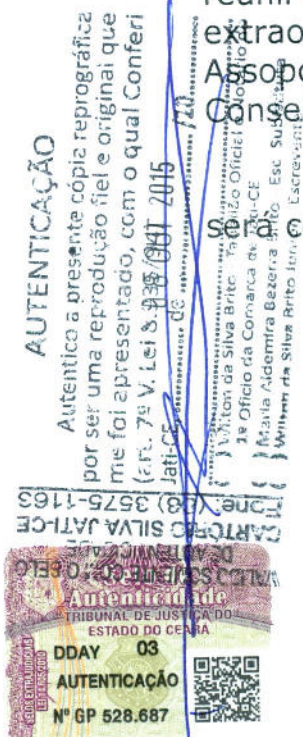
Art.14º)-A Diretoria do Conselho Comunitário de Comunicação, será composta de 02(dois) cargos, a saber:

- a)-Presidente
- b)-Secretário Geral

Parágrafo Primeiro-Havendo vacância no cargo de Presidente assume imediatamente o Secretário Geral.

Parágrafo Segundo-A vacância será caracterizada pela ausência do diretor a duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternadas sem justificativa aceita pelo coletivo, ou por motivos pessoais, o que deverá ser comunicado por escrito.

Art.15º)- A Diretoria deste Conselho poderá ser substituída no todo ou em parte pela AGE convocada com este fim específico, nos casos de incúria ou nos casos comprovados de atitude, ato ou omissão que comprometa os objetivos da entidade, ou desvirtue suas finalidades estatutárias. No caso de substituição total da DiretoriaAdministrativa, será eleita uma Comissão Coordenadora Provisória, composta por três representantes associados que administrará a Entidade até a eleição de nova diretoria.



Parágrafo Primeiro- Os pareceres e as deliberações do Diretoria deste Conselho serão registrados em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos.

Parágrafo Segundo- O membros suplentes poderão, obedecida a ordem de súplica, substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos faltosos.

CAPITULO VI **DAS ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA**

Art.16º)- Caberá à Diretoria Administrativa, coletivamente:

- a)-traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em AG;
- b)-convocar as Assembleias Gerais;
- c) indicar um de seus membros ou um de seus associados para representar a Entidade em atos públicos ou em outros eventos no caso do impedimento do Diretor Geral ou nos casos que julgar conveniente;
- d)-elaborar relatórios trimestrais das atividades, realizações e atos administrativos;
- e)-apresentar relatório de avaliação trimestralmente sobre a Programação da emissora de rádio à Associação Comunitária;
- f)-aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que venham a ser implementados e/ou administrados pela Emissora de Rádio.
- g)-aprovar modificações feitas na grade de programação da Emissora.

Art.17º)- Caberá a cada a cada Membro da Diretoria individualmente:

- a)-executar com zelo e pontualmente as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;
- b)-manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
- c)-representar a Entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria;

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica por ser uma reprodução fiel e original que me foi apresentado, com o qual Conferi

Var. 71 V. Lei 8.935/94
Jati-CE, 08 de OUT. 2015, 73

1ª Tabelião da Silva Brito - Tabelião Oficial e Notário do

1ª Tabelião da Silva Brito - Tabelião Oficial e Notário do

Maria Ademira Bezerra Brito - Esc. Substituta

William da Silva Brito Junior - Escrivente



d)-assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções.

Art.18º)-Caberá ao Diretor Geral:

- a)-coordenar as reuniões de Diretoria e Assembléia Geral;
- b)-representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
- c)-assinar juntamente com o Secretário Geral, as atas e demais documentos de circulação interna e externa;

Art.19º)- Caberá ao Secretário Geral:

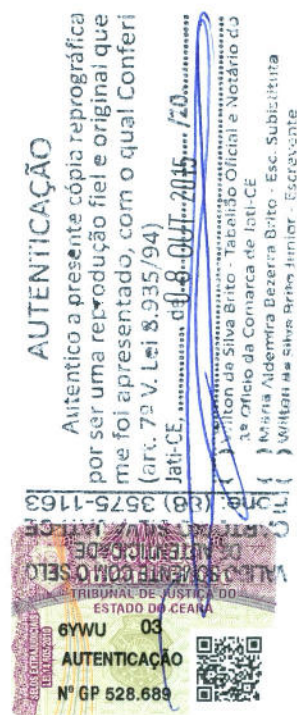
- a)-secretariar as reuniões de Diretoria e as sessões de AG, lavrar e assinar com o Diretor Geral as respectivas atas;
- b)-preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, juntamente com o Diretor Geral;
- c)-manter o cadastro de associados atualizado;
- d)-manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários deste Conselho.

Art.20º)- O quorum mínimo para decisão nas reuniões da Diretoria é de quatro membros (50% mais 01 - um). Em caso de empate nos processos de votação o assunto deverá ser remetido à próxima reunião ordinária ou extraordinária - onde tentar-se-á a solução do impasse.

CAPITULO VII **DAS ELEIÇÕES**

Art.21º)-O Conselho Comunitário de Comunicação será constituído por no mínimo 05 (cinco) e no máximo por 15 (quinze) Membros Titulares e Suplentes, de ilibada reputação, representantes de entidades legalmente constituídas no município, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas, rurais ou de moradores, eleitos em Assembleia Geral para mandato de 03(três) anos.

Parágrafo Primeiro-Para concorrer as Eleições do Conselho Comunitário de Comunicação, as Chapas estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral Eleitoral, por requerimento a Comissão Eleitoral, acompanhada de nominata



completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros.

Parágrafo Segundo- Será permitido a re-eleição uma única vez.

Parágrafo Terceiro- É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

Parágrafo Quarto- A Diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral.

Parágrafo Quinto- A Associação deverá editar Resolução Complementar com Normal Gerais e Calendário para a realização das Eleições.

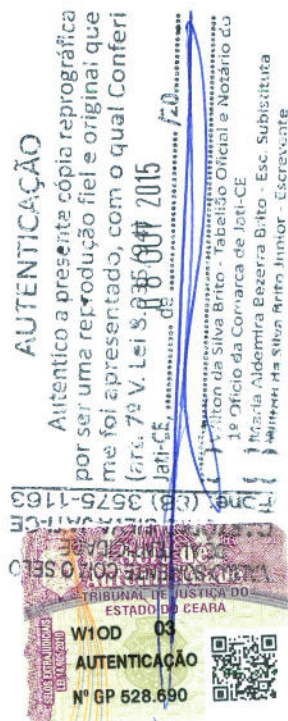
CAPITULO VIII

DAS ENTIDADES ASSOCIADAS

Art. 22º)- Neste primeiro momento de criação do Conselho Comunitário de Comunicação, apenas 05(cinco) Entidades enviaram Representantes, a saber:

- I-Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejo Santo.
02 (dois) representantes Titulares e 02(dois) Suplentes;
- II-Igreja Evangelica Assembleia de Deus.
01 (um) representante Titular e 01 (um) Suplente;
- III-Loja Maçônica Cavalheiros da Harmonia Nº 59
01 (um) representante Titular e 01 (um) Suplente;
- IV-Igreja Apostólica Vitória
01(um) representante Titular e 01 (um) Suplente;
- V-Igreja Santuário do São Francisco
01(um) representante Titular e 01 (um) Suplente;

Parágrafo Único- As Entidades de que trata este Artigo, deverá num prazo de 30(trinta) dias, escolherem seus Representantes, cabendo, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejo Santo, a indicação de 02(dois) Membros, sendo 02(dois) Titulares e 02(dois) Suplentes, e as demais entidades apenas a indicação de 01(um) Titular e 01(um) Suplente.



CAPITULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art.23º)-O Conselho Comunitário, não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art.24º)-Os Associados não respondem subsidiamente pelas obrigações contraídas pela diretoria deste Conselho Comunitário.

Art.25º)-Esta Resolução poderá ser alterado em reunião plenária convocadaespecialmente para este fim, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro-As propostas de alterações somente serão acolhidas desde que sejamaprovadas por 2/3 (dois terços) dos Conselheiros membros.

Parágrafo Segundo-Os casos omissos nesta Resolução deverão ser objeto de deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo.

Art.26º)-Esta Resolução entra em vigor na data de publicação e aprovação em assembleia Geral Extraordinária.

Brejo Santo-Ce;10 de Dezembro de 2008.

Francisco José Pereira.
Presidente

ANA FURTADO DE ANDRADE
Secretária

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica
que foi apresentada fiel e original
de 7º V. Lei 8.935/94
de 08/12/2015. 120
De Ofício da Silva Brito - Tabelião Oficial e Notário do
Estado do Ceará
Maria Aldemira Bezerra Brito -
Escriturária da Silva Brito Junior - Escrevente

CARTORIO SILVA BRITO CPF 068.008.233-68 Rua Manoel Luis, 162 Jati - Ceará	Reconheço verdadeira (s) a (s) firma (s)	
	Sr. Francisco José Pereira e Ana Furtado de Andrade - 1-	
	Em testº	de Verdade.
	Jati-Ceará 08 de 12 de 2015	
<input type="checkbox"/> DEL WILVAN DA SILVA BRITO - 2º Tabelião Público <input checked="" type="checkbox"/> MARIA VILMA SILVA BRITO - Esc Substituta		

CARTORIO SILVA BRITO
 RUA MANOEL LUIS, 03
 JATI - CEARÁ
 CEP 068.008-233
 C/PO BOX 10 - 06465262/0001-38
 C/PO BOX 10 - CEP 068.163
 Del Wilvan da Silva Brito
 TABELIÃO PÚBLICO

Firma no Cartório Araripe
FORTALEZA - CEARÁ



CARTÓRIO SILVA

Largo 1112, Jati, 133

(08) 3575-1163

Wilton da Silva Brito

CERTIFICADO DE AUTENTICAÇÃO
Resolução em
Plenário nº 004 de 10 de De-
zembro de 2008

Ata nº 101
de Reg. de Pessoas Jurídicas
desta Câmara de Jati - CE, de 08/10/99

O N.º 055 desta data e foram feitas

as devidas anotações no Protocolo nº 2673

O Livro nº 08 de Outubro de 2015

Wilton da Silva Brito

Wilton da Silva Brito
Tabelião Oficial e Notário do
1º Ofício da Comarca de Jati - CE

08.3575-1163

CARTÓRIO SILVA

Largo 1112, Jati, 133

CENTRO - CEP 83.273-000

JATI - CE



AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica
por ser uma reprodução fiel e original que
me foi apresentado, com o qual Conferi
(art. 7º V. Lei 8.935/94)
Jati-CE, de 08/10/2015

Wilton da Silva Brito - Tabelião Oficial e Notário do
1º Ofício da Comarca de Jati-CE
} Maria Aldemira Bezerra Brito - Esc. Subscritora
} Wilton da Silva Brito Junior - Escrevente

**ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA
COMUNIDADE DE BREJO SANTO**

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ – CNPJ 01.917.206/0001-43

**PORTARIAS DE NOEMAÇÕES DOS MEMBROS DO
Conselho Editorial da
RADIO COMUNITÁRIA PADRE PEDRO FM 104.9**

Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo

Rua Heráclito Alves Moura, Nº 199, 1º Andar- 63.260-000

PORTARIA 001/15

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, usando das atribuições que lhe conferidas pela Resolução 005/08 artigo 5º parágrafo único,

RESOLVE:

Art.1º)-Nomear o Sr. **FRANCISCO JOSÉ PEREIRA**, brasileiro, casado, RADIALISTA, CPF 045.952.463-15 para ocupar a Função de DIRETOR GERAL do Conselho Editorial da emissora de Rádio Comunitária Padre Pedro Fm 104.9.

Art.2º)-Esta PORTARIA entra em vigor na data sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrárias.

Brejo Santo-Ce; em 02 de Outubro de 2015.



PAULO RENATO ALVES PEREIRA

-Presidente-



MARIA AELINALDA NUNES DA SILVA
1ª Secretária

**Associação de Desenvolvimento Comunitário da
Comunidade de Brejo Santo**

Rua Heráclito Alves Moura, Nº 199, 1º Andar- 63.260-000

PORTARIA 002/15

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, usando das atribuições que lhe conferidas pela Resolução 005/08 artigo 5º parágrafo único,

RESOLVE:

Art.1º)-Nomear a Sra. **MARIA ALVES DOS SANTOS**, brasileira, casada, CPF 051.71.843-78 para ocupar a Função de DIRETOR ADMINISTRATIVO do Conselho Editorial da emissora de Rádio Comunitária Padre Pedro Fm 104.9.

Art.2º)-Esta PORTARIA entra em vigor na data sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrarias.

Brejo Santo-Ce; em 02 DE OUTUBRO DE 2015.



PAULO RENATO ALVES PEREIRA

-Presidente-



MARIA AELINALDA NUNES DA SILVA

1ª Secretária

**Associação de Desenvolvimento Comunitário da
Comunidade de Brejo Santo**

Rua Heráclito Alves Moura, Nº 199, 1º Andar- 63.260-000

PORTARIA 003/15

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, usando das atribuições que lhe conferidas pela Resolução 005/08 artigo 5º parágrafo único,

RESOLVE:

Art.1º)-Nomear o Sr. **ERINALDO FEITOSA ARAUJO**, brasileiro, casado, CPF 233.611.313-91 para ocupar a Função de DIRETOR DE OPERAÇÕES do Conselho Editorial da emissora de Rádio Comunitária Padre Pedro Fm 104.9.

Art.2º)-Esta PORTARIA entra em vigor na data sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrarias.

Brejo Santo-Ce; em 02 DE OUTUBRO DE 2015.



PAULO RENATO ALVES PEREIRA

-Presidente-



MARIA AELINALDA NUNES DA SILVA

1ª Secretária

**Associação de Desenvolvimento Comunitário da
Comunidade de Brejo Santo**

Rua Heráclito Alves Moura, Nº 199, 1º Andar- 63.260-000

PORTARIA 004/15

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, usando das atribuições que lhe conferidas pela Resolução 005/08 artigo 5º parágrafo único,

RESOLVE:

Art.1º)-Nomear a Sra. **MARIA AELINALDA NUNES DA SILVA**, brasileiro, casado, CPF 763.861.043-15 para ocupar a Função de DIRETORA DE FINANCEIRA do Conselho Editorial da emissora de Rádio Comunitária Padre Pedro Fm 104.9.


Art.2º)-Esta PORTARIA entra em vigor na data sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrarias.

Brejo Santo-Ce; em 02 DE OUTUBRO DE 2015.



PAULO RENATO ALVES PEREIRA

-Presidente-



MARIA AELINALDA NUNES DA SILVA
1ª Secretária

**Associação de Desenvolvimento Comunitário da
Comunidade de Brejo Santo**

Rua Heráclito Alves Moura, Nº 199, 1º Andar- 63.260-000

PORTARIA 005/15

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, usando das atribuições que lhe conferidas pela Resolução 005/08 artigo 5º parágrafo único,

RESOLVE:

Art.1º)-Nomear o Sr. **ALDENIO LEITE MOREITA NETO**, brasileiro, casado, CPF 032.925.303-42, para ocupar a Função de DIRETOR DE CULTURA, ESPORTES E EVENTOS do Conselho Editorial da emissora de Rádio Comunitária Padre Pedro Fm 104.9.

Art.2º)-Esta PORTARIA entra em vigor na data sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrarias.

Brejo Santo-Ce; em 02 DE OUTUBRO DE 2015.



PAULO RENATO ALVES PEREIRA

-Presidente-



MARIA AELINALDA NUNES DA SILVA

1ª Secretária

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ – CNPJ 01.917.206/0001-43

DECLARAÇÃO.

Eu, **PAULO RENATO ALVES PEREIRA**, brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado a rua José Denguinho de Santana, 72, centro, nesta cidade de Brejo Santo, estado do Ceará, CPF 625.464.573-49; RG 3215476-97-SSP-Ce; PRESIDENTE desta Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo,

DECLARO QUE:

1-)-Esta Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo, estar funcionando no mesmo local quando de sua criação e instalação, conforme consta no artigo 26 do ESTATUTO; **Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000 BREJO SANTO – CEARÁ- 63.260-000;**

2-)-Que NENHUM MEMBROS DESTA ASSOCIAÇÃO, responde a **PROCESSOS CRIMINAIS em nenhuma instância Estadual ou Federal e que não sofreram nenhuma condenação penal nos últimos 05 (cinco) anos;**

3-)-Que todos os MEMBROS são BRASILEIROS NATOS, maiores de 18 anos e que todos residem nas proximidades da emissora de radio, nesta cidade de Brejo Santo-Ce;

4-)- Que para obtenção de **RENOVAÇÃO** da Licença para execução de serviços de Radiodifusão Comunitária (Radcom) por esta Associação, em atendimento a Legislação vigente (Lei 9.612/98), Decreto 2.615/93 e Portaria Ministerial 191/98 e em particular ao dispõe o Item 14.2.7.1 da Norma 02/09 do Ministério das Comunicações que, comprometemos-nos a cumprir fielmente as normas e princípios estabelecidos para Rádios Comunitárias;

5-)- E que esta entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionado.

Pela veracidade dos fatos acima citado assino a presente
DECLARAÇÃO.

Brejo Santo-Ce; 28 de Setembro de 2015.



PAULO RENATO ALVES PEREIRA
Presidente-

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ.
CNPJ 01.917.206/0001-43

Presidente	PAULO RENATO ALVES PEREIRA		
Endereço	Rua JOÃO Ambrósio Lucena, 46		
Bairro	Centro		
Cidade	BREJO SANTO	Est.	CEARÁ
Data de Nasc.	12/02/1981	Idade	35 Anos
Nacionalidade	BRASILEIRA	CPF	625.464.573-49
Profissão	Contador	RG	3215476-97
Título de Eleitor	047477800760	Seção	12
Cep	63.260-000	Estado Civil	Casado
Pai	Francisco José Pereira		
Mãe	Francisca Alves Pereira		

Documentos Pessoais

01	CPF	X
02	RG	X
03	Certidão de Casamento/ Nascimento	X
04	Certificado de Reservista	X
05	Título de Eleitor	X
06	Comprovante de Endereço.	X
07	Comprovante de que é Brasileiro	
08	Certidão de Quitação Eleitoral.	

09	Certidão da Justiça Federal.	
10	Certidão da Justiça Estadual	
11	Certidão da Receita Federal	
12	Declaração que não estar em Mandato Eletivo	
13	OUTROS DOCUMENTOS.	

BREJO SANTO, SETEMBRO DE 2015



MINISTÉRIO DA DEFESA
CERTIFICADO DE DISPENSA
DE INCORPORAÇÃO
C S M

25ª
Nº 500378 SÉRIE: C

R A
250252111225

NOME

PAULO RENATO ALVES PEREIRA

EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE

Emissão: Brejo Santo, CE, 05/10/2015

FILIAÇÃO

PAI
FRANCISCO JOSE PEREIRA

MÃE
FRANCISCA ALVES PEREIRA

DATA NASC.

NATURALIDADE

12/02/1981

BREJO SANTO - CE

Dispensado do Serviço Militar inicial em
05 de outubro de 2015.
por
ter mais de trinta anos de idade

Cmt/Ch ou Dir

FELIPE ANTONIO CARLOS CORDEIRO - CAP
Delegado do Serviço Militar da 1ª Região Militar CSM

PROIBIDO REPRODUZIR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3215476- 97 DATA DE EMISSÃO 26.07.97

NOME PAULO RENATO ALVES PEREIRA

FILIAÇÃO Francisco José Pereira
Francisca Alves Pereira

NATURALIDADE Brejo Santo= CE DATA DE NASCIMENTO 12.02.1981

Cert.Nas.Nº7255, Lv.A-7, Fls.60v
Cart. de Brejo Santo= CE

CPF 625 464 573 49

FORTALEZA CE

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ R. Santo. Ce.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

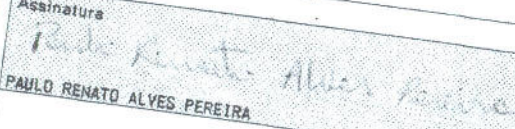
Paulo Renato Alves Pereira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura



PAULO RENATO ALVES PEREIRA

S
E
R
V
I
D
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 26/07/97

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
PAULO RENATO ALVES PEREIRA

Nº de Inscrição
625464573-49

Data do Nascimento
12/02/81



Para uso dos correios

Mudou-se
Recusado
Desconhecido
Falecido

Ausente
Não procurado

Endereço insuficiente

Não existe o número indicado

CEP incorreto

Informação escrita pelo porteiro ou síndico

Reintegrado ao serviço postal em

Responsável



A OI TEM UM NOVO LAYOUT
DE FATURA PARA VOCÊ.



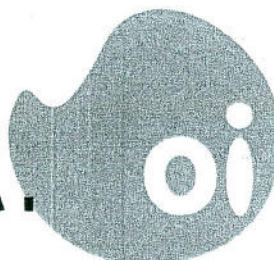
CTCE FORTALEZA CE PL5

PAULO RENATO ALVES PEREIRA
JOAO AMBROSIO LUCENA 46
CENTRO - BREJO SANTO
63260-000 - CEARÁ



7213512820 26053 00004069036 30 180515

A SUA CONTA OI ESTÁ DE CARA NOVA.



MAIS FÁCIL DE LER,
MAIS PRÁTICA DE CONSULTAR
E MAIS SIMPLES DE ENTENDER.

Agora, a 1ª folha da sua fatura resume todo o seu consumo, informa como o seu plano foi usado, mostra os excedentes e traz informações importantes sobre os serviços Oi.

Pra mais informações, acesse oi.com.br/conta.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOMES

PAULO RENATO ALVES PEREIRA e JECIKHA ALVES DE MORAIS

MATRICULA

017442 01 55 2015 2 00015 192 0004097 74
Livro-B/15, fls. 192 e v, Termo. 4.097

NOME COMPLETO DE SOLTEIRO: **PAULO RENATO ALVES PEREIRA**

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 12 de fevereiro de 1.981. Brejo Santo - Ceará.

NACIONALIDADE: brasileira.

FILIAÇÃO: **FRANCISCO JOSÉ PEREIRA e FRANCISCA ALVES PEREIRA**

NOME COMPLETO DE SOLTEIRA: **JECIKHA ALVES DE MORAIS**

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 15 de julho de 1.991. Brejo Santo - Ceará.

NACIONALIDADE: brasileira.

FILIAÇÃO: **MANUEL DE JESUS ALVES DA SILVA e MARIA WELINEUDA DE MORAIS ALVES**

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO: dezesseis de julho de dois mil e quinze (16/07/2015)

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.

OBSERVAÇÕES: O contraente tem a profissão de contador, a contraente tem a profissão de biomédica e ambos continuam com os mesmos nomes de solteiros.

NOME DO OFÍCIO: CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Oficial Registrador: Bel. Fco Bezerra de Souza Feitosa

Município: Brejo Santo/CE-(digitado p/ Silvestone)

Endereço: Rua José Matias Sampaio, 39, centro

CEP-63.260-000 – Fone-(88) 3531-1550

O conteúdo da Certidão é verdadeiro. Dou fé.

Brejo Santo/Ce, 16 de julho de 2.015.


Bel. Francisco Bezerra de Souza Feitosa
Oficial do Registro Civil



CARTÓRIO NICODEMOS FEITOSA

Bel. Francisco Bezerra de Souza Feitosa
1º Tabelião Oficial do Registro Civil

Francisca Ivanilde de Lucena Feitosa
Cristiana Oliveira Lima
SUBSTITUTOS

Erivaldo Alves da Silva - Escrevente
Francildo Cláudio de Sousa - Escrevente
Brejo Santo - Ceará





www.tse.jus.br



► Eleitor / Serviços / Título e local de votação / Consulta por nome

Título e local de votação - consulta por nome

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 047477800760

Eleitor: PAULO RENATO ALVES PEREIRA

DOMICÍLIO ELEITORAL

Zona: 70

Seção: 12

Local: EEEP BALBINA VIANA ARRAES

Endereço: LOTEAMENTO SOL NASCENTE - CENTRO-SEDE

Município: BREJO SANTO - CE

Imprimir



ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO - CEARÁ.
CNPJ 01.917.206/0001-43

Presidente	Francisca Maria do Nascimento		
Endereço	Rua José Denguinho de Santana, 72		
Bairro	Centro		
Cidade	Brejo Santo	Est.	PE
Data de Nasc.	13/05/1958	Idade	57 Anos
Nacionalidade	BRASILEIRA	CPF	545.724.873-91
Profissão	Agricultora	RG	2002098089843
Título de Eleitor	204474207/60	Seção	0009
Cep	63.260-000	Estado Civil	Solteira
Pai	Antonio Pequeno do Nascimento		
Mãe	Maria Santina da Conceição		

Documentos Pessoais

01	CPF	X
02	RG	X
03	Certidão de Casamento/ Nascimento	X
04	Certificado de Reservista	
05	Título de Eleitor	X
06	Comprovante de Endereço.	X
07	Comprovante de que é Brasileiro	
08	Certidão de Quitação Eleitoral.	

09	Certidão da Justiça Federal.	
10	Certidão da Justiça Estadual	
11	Certidão da Receita Federal	
12	Declaração que não estar em Mandato Eletivo	
13	OUTROS DOCUMENTOS.	

BREJO SANTO, SETEMBRO DE 2015

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO




Francisca Maria do Nascimento

CADEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE REGISTRO FEDERAL

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
DIREÇÃO DE REGISTRO E IDENTIFICAÇÃO

N. DE NASCIMENTO: 545724873 91

HOME COMPLETO: FRANCISCA MARIA DO NASCIMENTO

NASCIMENTO: 13-05-58

RESERVA TITULAR: ☒ Francisca Maria do Nascimento

TERÁ VALIDADE SOMENTE COM APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2002098089843 DATA DE EXPEDIÇÃO 26/9/2002

NOME FRANCISCA MARIA DO NASCIMENTO

FILIAÇÃO ANTONIO PEQUENO DO NASCIMENTO E MARIA SANTINA DA CONCEICAO

NATURALIDADE SALGUEIRO-PE DATA DE NASCIMENTO 13/5/1958

DOC ORIGEM CERT.NASC. 12298 L 36 F

CPF 380 SALGUEIRO/PE

FORTALEZA-CE

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.166 DE 29/08/83

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE USO OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS. PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DO DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL.

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

33000/1447

24 / 08 / 99

DRF - J. do Norte - Ce.

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO DRF

MINISTÉRIO DA ECONOMIA,
FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL

CIC

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nº DE INSCRIÇÃO: 545724873 91

NOME COMPLETO: FRANCISCA MARIA DO NASCIMENTO

NASCIMENTO: 13-05-58

ASSINATURA: *X Francisca Maria do Nascimento*

TERÁ VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
E DEFESA DA CIDADANIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Francisca Maria do Nascimento

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2002098089843 DATA DE EXPEDIÇÃO 26/9/2002

NOME FRANCISCA MARIA DO NASCIMENTO

FILIAÇÃO ANTONIO PEQUENO DO NASCIMENTO E MARIA SANTINA DA CONCEICAO

NATURALIDADE SALGUEIRO-PE DATA DE NASCIMENTO 13/5/1958

DOC ORIGEM CERT.NASC. 12298 L 36 F

CPF 380 SALGUEIRO/PE

PORTALEZA-CE

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 2.116 DE 29/08/83

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF. É DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS. PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTARIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DO DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL.

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

33000/1447

24 / 08 / 99

DRF - J. do Norte - Ce.

NOME, MATRICULA E ASSINATURA DO FUNCIONARIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO.

APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO DRF.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



SALGUEIRO (SEDE) — PERNAMBUCO

Eurico Parente Muniz

Oficial do Registro Civil

Maria de Natália Silva Cavalcanti

Substituto

Eurico Parente Muniz
 Oficial do Registro Civil
 Maria de Natália Silva Cavalcanti
 Substituto

NASCIMENTO N.º

12.293

CERTIFICO que, às folhas..... do livro Nº....., de Registro de Nascimento foi feito ~~12~~, o assen de Francisca Maria do Nascimento

nascido aos de de mil novecentos e cinquenta e oito (1958) às 12:00 horas e minutos, em Salgueiro - Pernambuco

....., do sexo masculino, de cor branca

filho de Antonio Pequeno do Nascimento

natural de Pernambuco

e de Dona Maria Santina da Conceição

natural de Pernambuco

Sendo avós paternos João Pequeno do Nascimento

e Dona Maria Joana da Conceição

e avós maternos Valeriano da Silva

e Dona Santina Maria da Conceição

Foi declarante Antonio Pequeno do Nascimento

e serviram de testemunhas Ubaldo da Sá Sampaio e Gregorio Grangeiro Sampaio.

Observações: Registro feito em 20 de setembro de 1962.

O referido é verdade e dou fé.

Salgueiro, 07 de agosto de 1979

Maria de Natália Silva Cavalcanti
Oficial-Substituto.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
FRANCISCA MARIA DO NASCIMENTO

DATA DE NASCIMENTO: **13/05/58** Nº INSCRIÇÃO: **204476207/60** BV: **070** ZONA: **0009**

MUNICÍPIO / UF: **BREJO SANTO/CE** DATA DE EMISSÃO: **18/09/86**

PRESIDENTE DO TRE
Barbosa

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

POLEGAR DIREITO

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ.
CNPJ 01.917.206/0001-43

Presidente	Erinaldo Feitosa Araújo		
Endereço	Rua Manoel Leite de Moura, 756		
Bairro	Centro		
Cidade	BREJO SANTO	Est.	CEARÁ
Data de Nasc.	15/03/1964	Idade	51 Anos
Nacionalidade	BRASILEIRA	CPF	233.611.313-91
Profissão	Aux. Escritório	RG	368300-82
Título de Eleitor	020446290728	Seção	08
Cep	63.260-000	Estado Civil	Casado
Pai	José Feitosa de Araújo		
Mãe	Maria Creusa Araújo		

Documentos Pessoais

01	CPF	X
02	RG	X
03	Certidão de Casamento/ Nascimento	X
04	Certificado de Reservista	X
05	Título de Eleitor	X
06	Comprovante de Endereço.	X
07	Comprovante de que é Brasileiro	
08	Certidão de Quitação Eleitoral.	

09	Certidão da Justiça Federal.	
10	Certidão da Justiça Estadual	
11	Certidão da Receita Federal	
12	Declaração que não estar em Mandato Eletivo	
13	OUTROS DOCUMENTOS.	

BREJO SANTO, SETEMBRO DE 2015

CARTÓRIO NICODEMOS FEITOSA

Bel. Francisco Bezerra de Souza Feitosa

1.º Tabelião Oficial do Registro Civil

Francisco Inanilde de Lucena Feitosa

- SUBSTITUTA -

Carlos Roberto Cordeiro de Araújo

Cynara Maria Feitosa Silva

Marta Aparecida Feres de França

Escritórios Autorizados

Brejo Santo - Ceará

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REGISTRO CIVIL

ESTADO DE Ceará
COMARCA DE Brejo Santo
MUNICÍPIO DE Brejo Santo
DISTRITO DE Sede

Bel. Francisco Bezerra de Souza Feitosa

Oficial _____ do Registro Civil

Cartório NICODEMOS FEITOSA
Bel. Francisco Bezerra de Souza Feitosa
1.º Tabelião Oficial do Registro Civil
Francisco Inanilde de Lucena Feitosa
- SUBSTITUTA -
Carlos Roberto Cordeiro de Araújo
Cynara Maria Feitosa Silva
Marta Aparecida Feres de França
Escritórios Autorizados
Brejo Santo - Ceará

CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIFICO que, sob o nº 1.088, à fls. 174/v, do livro nº B/5 - -
de Registro de Casamentos, verifiquei constar que no dia 20 de novembro - - -
de 1.987 - -, foi feito o casamento de ERINALDO FEITOSA ARAÚJO E MARINÊS PE-
REIRA - - - - -

contraído perante o Juiz Dr. Haroldo Correia de Oliveira Máximo - - -
e as testemunhas Francisco Erivaldo Araújo e Luzia Alves Araújo - -

Ele, nascido em Brejo Santo, Estado do Ceará - - - - -
- - - - - aos 15 de março - - - - - de 1.964 -
profissão Auxiliar de Escritório - - - - -, domiciliado
nesta cidade - - - - -; filho de
José Feitosa Araújo e Maria Graça Araújo - - - - -

Ela, nascida em Brejo Santo, Estado do Ceará - - - - -
- - - - - aos 03 de abril - - - - - de 1.964 -
profissão estudante - - - - -, domiciliada
nesta cidade - - - - -; filha de
José Pereira e Maria Josefa Pereira - - - - -

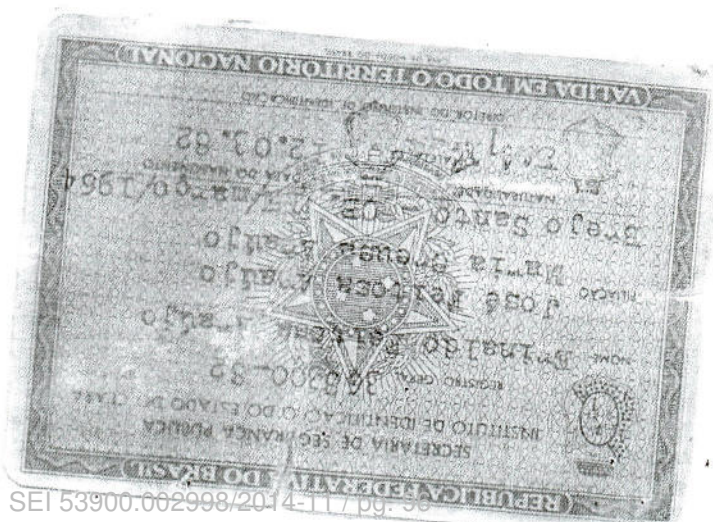
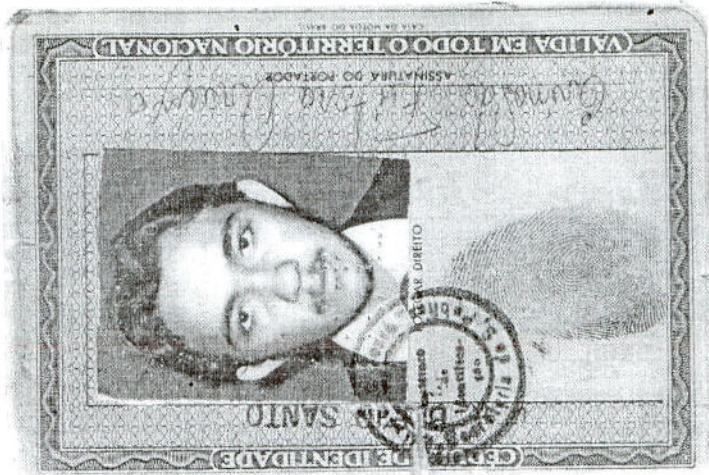
a qual pagou MARINÊS PEREIRA ARAÚJO - - - - -
Foram apresentados os documentos a que se refere o art. 180 N.ºs I, II e IV - - - - -
do Código Civil Brasileiro. - Observações: regime do casamento adotado COMUNHÃO
PARCIAL DE BENS - - - - -

O referido é verdade e dou fé

Brejo Santo - Ceará - - - - - 20 de novembro - - - - - de 1987

D. B. e S. _____

[Assinatura]



CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

Erinaldo Feitosa Araújo

NASCIMENTO
15.03.64

INSCRIÇÃO NO CPF
233 611 313 91

CONTRIBUINTE
ERINALDO FEITOSA ARAUJO

[Assinatura]
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

Reintegrado ao serviço postal em _____ Responsável _____

Mudou-se _____ Recusado _____ Ausente _____

Endereço insuficiente. Não existe o número indicado _____

CEP incorreto _____

Informação escrita pelo porteiro ou síndico _____

Para uso dos correios



CTCE FORTALEZA CE PL5

ERINALDO FEITOSA ARAUJO
RUA MANOEL LEITE MOURA 758
CENTRO - BREJO SANTO
63260-000 - CEARÁ



7213512820 26451 00004244873 30 090915

A OI TEM UM NOVO LAYOUT
DE FATURA PARA VOCÊ.



NA MINHA OI, É TUDO MAIS FÁCIL.

ACESSE OI.COM.BR/MINHAOI
E USE A INTERNET PARA:

- Fazer sua adesão à Conta Online
- Emitir 2ª via de conta
- Consultar o código de barras para pagamento





MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
DIRETORIA DE SERVIÇO MILITAR
CERTIFICADO DE DISPENSA
DE INCORPORAÇÃO

25^o CSM
RA 25 025 200926 2

NOME

ERINALDO FEITOSA ARAUJO

EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE

FILIAÇÃO

P A I : JOSE FEITOSA ARAUJO

M ã E : MARIA CREUSA ARAUJO

DATA NASC.

NATURALIDADE

15MAR64

BREJO SANTO

CE

DISPENSADO DO SERVIÇO MILITAR INICIAL EM 1983

POR TER SIDO INCLUIDO NO EXCESSO DO
CONTINGENTE

PRIMEIRO-TELEFONE

Mai Ch. 4 Seq.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
ERINALDO FEITOSA ARAUJO

DATA DE NASCIMENTO: **15/03/64** Nº INSCRIÇÃO: **204462907/28** ZONA: **070** SEÇÃO: **0008**

MUNICÍPIO/UF: **BREJO SANTO/CE** DATA DE EMISSÃO: **18/09/86**

PRESIDENTE DO TRE
Erinaldo Araújo

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ.
CNPJ 01.917.206/0001-43

Presidente	Maria Aelinalda Nunes da Silva		
Endereço	Rua Ver Tita Nicodemos, 516		
Bairro	Oeste		
Cidade	Brejo Santo	Est.	CE
Data de Nasc.	02/02/1973	Idade	42 Anos
Nacionalidade	BRASILEIRA	CPF	763.861.043-15
Profissão	Tenologa	RG	2006009034218
Título de Eleitor	036035470756	Seção	0016
Cep	63.260-000	Estado Civil	Solteira
Pai	Francisco da Silva		
Mãe	Necy Nilce da Silva		

Documentos Pessoais

01	CPF	X
02	RG	X
03	Certidão de Casamento/ Nascimento	X
04	Certificado de Reservista	
05	Título de Eleitor	X
06	Comprovante de Endereço.	X
07	Comprovante de que é Brasileiro	
08	Certidão de Quitação Eleitoral.	

09	Certidão da Justiça Federal.	
10	Certidão da Justiça Estadual	
11	Certidão da Receita Federal	
12	Declaração que não estar em Mandato Eletivo	
13	OUTROS DOCUMENTOS.	

BREJO SANTO, SETEMBRO DE 2015

Nº DO CLIENTE

5126157-0

Para obter o endereço, utilize o sistema
online que estará em contato com oA Tarifa Social de Energia Elétrica
é concedida pela Lei nº 10.438
de 26 de maio de 2003Rua Padre Maximiliano, 150
CEP 60135-040 Fortaleza CE
CNPJ 07.047.251/0001-70 CEF 36.105.848-3

coelce

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA / GRUPO B - I SÉRIE B-4 I Nº

399084596

Rota 18 15040 02 066000 - 0

Data de Emissão 25/08/2015

Nome MARIA AELINALDA NUNES DA SILVA

End Postal RU VER TITA NICODEMOS 00516
OESTE - BREJO SANTO - 63260000

Medidor 9262401

Poste 0000 0000

Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO

Fator de Potência 0,00

RG / CPF / CNPJ 763861043-15

CGI

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência: Ago/2015
Data de Apresentação: 25/08/2015
Previsão Próxima Leitura: 24/09/2015

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunto BREJO SANTO

Mês Jun/2015

ELSD 64,00

ICMS

Base de Cálculo (R\$) 222,73
Alíquota 27,00%
Valor do Imposto 60,13

Padrão	Mensal	Trím.	Anual	Mensal	Trím.	Anual
DIC	5,31	10,62	21,25	0,00	0,00	0,00
FIC	3,36	6,72	13,45	0,00	0,00	0,00
DMIC	3,00			0,00		

ÁREA DE RESERVA AO CONTROLE FISCAL

D49A,3460,RE71,058F,AR66,DEF1,ACAS,65A3

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Letr. Atual	Letr. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Consum. Incl.	Consum. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
92129	31809	1,00	220	0,00	920	0,65604	222,73
25/08/15	24/07/15		32 Dias		320		222,73

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VALOR CONSUMO DO MES	222,73
CORRECAO MONETARIA DO MES	1,58
JUROS DO MES	2,74
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL	41,03
TAXA DE SEGUNDA VIA	2,43
TAXA DE RELIGACAO	6,49
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 25,89)	

VENCIMENTO 15/09/2015

TOTAL A PAGAR (R\$)

277,00

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	189,23
Transmissão	2,12
Distribuição	40,26
Encargos Setoriais	5,75
Tributos (ICMS PIS/COFINS),...	21,37
TOTAL	222,73

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

Mês	Consumo (kWh)
354	320
205	330
253	292
340	479
379	292
387	530
450	

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO₂ (kg/kWh)

Compensar as emissões pelo consumo de energia elétrica através do Ecosistema

Emissão (kgCO₂)

138,30

Compensado (kgCO₂)

0,00

Consciência Ecológica [% CO₂]

0%

informações importantes e avisos de vencimento

Bandeira Tarifária: VERMELHA

Consta desta fatura R\$ 11,24 referente a PIS e COFINS.

CNPJ: 07.047.251/0001-70 - INSC. EST. 10.632.02 e 10.220.01

Caro Cliente, constam quitadas as faturas de consumo de energia elétrica desta unidade consumidora vencidas até 31/12/2014, conforme a Lei N. 12.007/2009. Esta declaração substitui quitacoes anteriores.

Nº do Cliente

5126157-0

Referência:

Ago/2015

Data de Emissão:

25/08/2015

Total a Pagar (R\$):

277,00

Nº da Nota Fiscal:

399084596

Nº de Controle:

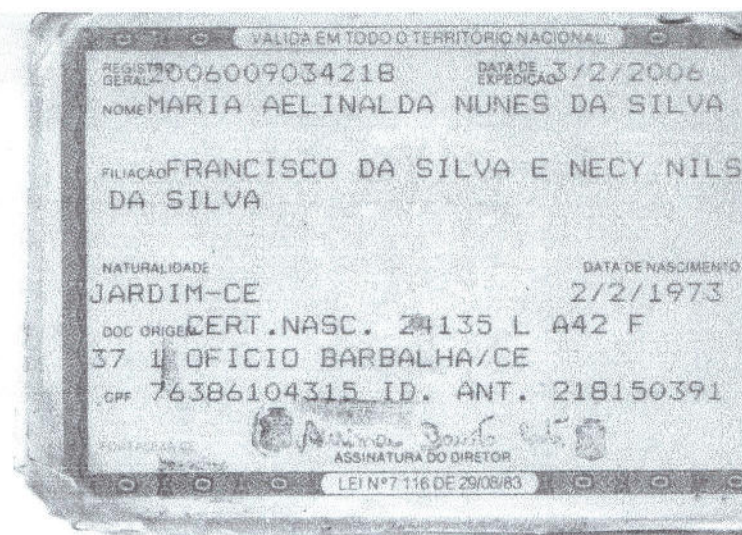
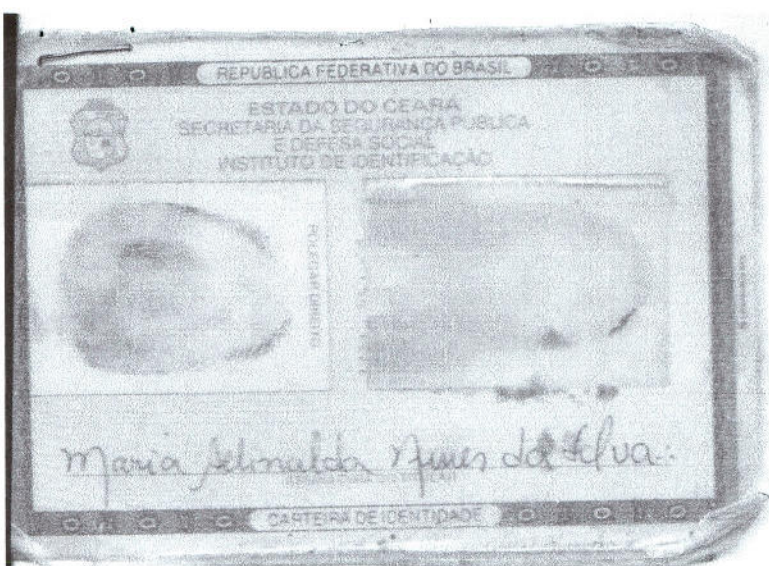
0005126157 00035 39382 02

8384000002-2 77000031000-5 00051261570-5 00353938270-6



NASC: 02/02/1973 ZONA: 0070 SEÇÃO: 0016

SEI 53900.002998/2014-11 / pg. 103



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado do Ceará
Município de Barbalha

Comarca de Barbalha
Distrito da Sede



Cartório do 1º Ofício

Praça Eng.º Dória, 440-fone/fax (0xx88)3532.1230
63180-000 - BARBALHA/CE

Bel. Marcelino Maciel Torres
1º Tabelião Público

Bel.ª Ayla Maria de Sá Barreto Torres
Maria Lúcia Maciel Torres
Escrevente

REGISTRO CIVIL - ESCRITURAS - TESTAMENTOS - PROCURAÇÕES - REG. DE TÍT. E DOCUMENTOS - PROTESTOS - REC. DE FIRMAS - AUTENTICAÇÕES

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO, que às fls. 037 do livro n.º A - 42, sob número de ordem: 24.135, foi lavrado o assento de nascimento de: **MARIA AELINALDA NUNES DA SILVA** /// do sexo: feminino, nascido(a) ao(s) dois (02) de Fevereiro de mil, novecentos e setenta e três (1.973), às 03:00 horas, em Jardim, Estado do Ceará, filha de: **Francisco da Silva**. /// e dona: **Necy Nilse da Silva**. /// sendo avós paternos: **José Raimundo da Silva**. /// e dona: **Maria Guilhermina da Silva**. /// e sendo avós maternos: **Não Consta**. /// e dona: **Maria Nilse da Gloria**. ///

O assento lavrado no dia 06 de Junho de 1.973, tendo sido declarante: **Maria Nilce Nunes**, com as testemunhas constantes do termo. ///

O referido é verdade. Dou fé.

Barbalha/CE., 01 de Fevereiro de 2.006

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Provimento n.º 06/97

Maria Lúcia Maciel Torres
Maria Lúcia Maciel Torres
CPF - 346.886.843-04
ESCREVENTE AUTORIZADA

Válido somente com o selo de autenticidade:



“Válido somente com o selo de autenticidade”.

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ.
CNPJ 01.917.206/0001-43

Presidente	Francisca Figueiredo Lopes		
Endereço	Rua Coronel Basilio		
Bairro	Oeste		
Cidade	BREJO SANTO	Est.	CEARÁ
Data de Nasc.	19/11/1974	Idade	40 Anos
Nacionalidade	BRASILEIRA	CPF	830.587.023-53
Profissão	Professora	RG	2520721-92
Título de Eleitor	404470607/79	Seção	0149
Cep	63.260-000	Estado Civil	Solteira
Pai	Pedro Lopes da Silva		
Mãe	Maria Furtado Lopes		

Documentos Pessoais

01	CPF	X
02	RG	X
03	Certidão de Casamento/ Nascimento	X
04	Certificado de Reservista	X
05	Título de Eleitor	X
06	Comprovante de Endereço.	X
07	Comprovante de que é Brasileiro	
08	Certidão de Quitação Eleitoral.	

09	Certidão da Justiça Federal.	
10	Certidão da Justiça Estadual	
11	Certidão da Receita Federal	
12	Declaração que não estar em Mandato Eletivo	
13	OUTROS DOCUMENTOS.	

BREJO SANTO, SETEMBRO DE 2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

FRANCISCA FIGUEIREDO LOPES

Nº de Inscrição

830587023-53

Data do Nascimento

19/11/74



S
E
R
P
R
O

Emitido em : 26/11/97

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

FRANCISCA FIGUEIREDO LOPES

Assinatura

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Nº DO CLIENTE

887910-9

Para agitar seu atendimento, envie o nº nome sempre nos e-mails em contato conosco

A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.233, de 11 de abril de 2002.

Rua Padre Videira, 150
CEP 80133-040, Curitiba-PR
CNPJ 07.047.251/0001-70 CGF 06.105.848-3

coelce

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA | GRUPO B-1 | SÉRIE B-4 | Nº 401903973

Rota 13 15040 02 081810 - 9 Data de Emissão 17/09/2015

Nome FRANCISCA FIGUEIREDO LOPES

End. Postal RIJ CEL BASILIO 00237

0ESTE - BREJO SANTO - 63260000

Medidor 7384999

Poste 0000 A82E

Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDADOR de Potência 0,00

RG / CPF / CNPJ 830587023-53

CGF

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência 17/09/2015
Data de Apresentação 17/09/2015
Previsão Próxima Lettura 19/10/2015

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Ver a legenda no verso desta conta

Conjunto BREJO SANTO
Mês Jul 2015
Índice = 0,00 EUSD 21,80

ICMS

Base de Cálculo (R\$) Aliquota Valor do Imposto

ISENTO

Aggregação Individual
Mês Jul 2015
Índice = 0,00 EUSD 21,80

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

0699.2058.EEIM.F900.010.AFOU.SANT.D00P

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Let. Atual	Let. Anterior	Cont.	Consumo (kWh)	Tarifa Inst.	Cena. Ret.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
00617	00631	1,00	125	0,00	10	0,1704	21,30
17/09/15	18/08/15		126		10	0,1704	21,36

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VALOR CONSUMO DO MES	36,96
MULTA MORATORIA REF 08/2015	1,63
JUROS DO MES	0,72
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL	15,96
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA	1,23
ADICIONAL RANDFTRA VERMELHA MES (R\$ 3,93)	

VENCIMENTO

24/09/2015

TOTAL A PAGAR (R\$)

56,50

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	20,10
Transmissão	1,63
Distribuição	1,63
Encargos Setoriais	1,63
Tributos (PIS e COFINS)	1,63
TOTAL	56,50

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

144	126	154	141	177	166	168	139	114	116	138	131	163
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO₂ (kg/kWh)

Consumo (kg CO ₂)	Compensado (kg CO ₂)	Compensação Ecológica (% CO ₂)
54,46	0,00	0

Informações importantes e avisos de vencimento

CONTAS EM ATRASO

Próximo Aviso:
NOTIFICAÇÃO DE SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA
Prezado Cliente, constata-se em nossos controles contábil e financeiro, que você não realizou o pagamento da dívida. Isso implica na possibilidade de suspensão do fornecimento de energia em 15 dias após a emissão desta, conforme previsto na Res. ANEEL 414/10, art. 172, c/c 173, bem como o envio das informações aos órgãos de FISCALIZAÇÃO CREDITO E CARTÓRIO DE PROTESTO. Caso não tenha efetuado o pagamento, favor desconsiderar o aviso.

Bandeira Tarifária: VERMELHA

Consta desta fatura R\$ 0,10 referente a PIS e COFINS.

Em 2015 entrou em vigor o sistema de bandeiras tarifárias. A Bandeira Verde não implica cobrança adicional. As bandeiras amarela e vermelha, quando ativas, implicam cobrança de maior valor, devido ao maior custo de geração. Mais informações em www.aneel.gov.br.

DEBITO - INTERIORES

Mês ref	Valor R\$
08/2015	112,79
Total	112,79

Nº do Cliente: 887910-9 Referência: Set/2015
Data de Emissão: 17/09/2015 Total a Pagar (R\$): 56,50
Nº da Nota Fiscal: 401903973 Nº de Controle: 0000887910 00493 39352 68

Outros (origem externa) (0767563) 838100000-9 55500631000-5 00008879100-9 04933935260-7

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ.
CNPJ 01.917.206/0001-43

Presidente	ALDENIO LEITE MOREIRA NETO		
Endereço	RUA 26 DE AGOSTO, 120		
Bairro	Centro		
Cidade	Brejo Santo	Est.	CE
Data de Nasc.	21/05/1990	Idade	25 Anos
Nacionalidade	BRASILEIRA	CPF	032.925.303-42
Profissão	Comerciante	RG	2005029008036
Título de Eleitor	071905020728	Seção	0002
Cep	63.260-000	Estado Civil	Casado
Pai	João Alênio Tavares Leite		
Mãe	Maria Leda Alves Leite		

Documentos Pessoais

01	CPF	X
02	RG	X
03	Certidão de Casamento/ Nascimento	X
04	Certificado de Reservista	X
05	Título de Eleitor	X
06	Comprovante de Endereço.	X
07	Comprovante de que é Brasileiro	
08	Certidão de Quitação Eleitoral.	

09	Certidão da Justiça Federal.	
10	Certidão da Justiça Estadual	
11	Certidão da Receita Federal	
12	Declaração que não estar em Mandato Eletivo	
13	OUTROS DOCUMENTOS.	

BREJO SANTO, SETEMBRO DE 2015



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

ALDENIO LEITE MOREIRA NETO

DATA DE NASCIMENTO

21/05/1990

Nº INSCRIÇÃO

0719 0502 0728

D.V.

ZONA
070

SEÇÃO
0002

MUNICÍPIO / UF

BREJO SANTO/CE

DATA DE EMISSÃO

30/07/2008

JUIZ ELEITORAL

Luiz Sérgio de Azevedo B. Ingoi

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2005029008036 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/06/2010

NOME
ALDÊNIO LEITE MOREIRA NETO

FILIAÇÃO
JOÃO ALÊNIO TAVARES LEITE
MARIA LÊDA ALVES LEITE

NATURALIDADE
RECIFE - PE

DATA DE NASCIMENTO
21/05/1990

DOC. ORIGEM
CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: 1 OFÍCIO TERMO: 20.111 FOLHA: 274V
LIVRO: A/17 BREJO SANTO - CE
GPF 032.925.303-42

2 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 20.06.03

P. 1 55

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO MILTON BARRBOSA DE SOUZA

ASSINATURA DO TITULAR

Aldênio Leite Moreira Neto

Polegar Direito

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS CREOS & SONS

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - OPÇÃO PELAS DEDUÇÕES LEGAIS
DECLARAÇÃO ORIGINAL

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

CPF do declarante 032.925.303-42	Nome do declarante ALDENIO LEITE MOREIRA NETO	Telefone	
Endereço RUA 26 DE AGOSTO	Número 120	Complemento	
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 63260-000	Município BREJO SANTO	UF CE

	(Valores em Reais)
TOTAL RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	8.688,00
IMPOSTO DEVIDO	0,00
IMPOSTO A RESTITUIR	0,00
SALDO DO IMPOSTO A PAGAR	0,00
IMPOSTO A PAGAR GANHO DE CAPITAL - MOEDA EM ESPÉCIE	0,00

Declaração recebida via Internet JV
pelo Agente Receptor SERPRO
em 23/04/2015 às 18:59:06
2331267052



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOMES

ALDÊNIO LEITE MOREIRA NETO e ANA CARLA ALVES PEREIRA

MATRICULA

017442 01 55 2013 2 00014 131 0003737 91

Livro-B/14, fls. 131 e v, Termo. 3.737

NOME COMPLETO DE SOLTEIRO: ALDÊNIO LEITE MOREIRA NETO

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 21 de maio de 1.990. Recife - Pernambuco.

NACIONALIDADE: brasileira.

FILIAÇÃO: JOÃO ALÊNIO TAVARES LEITE e MARIA LÊDA ALVES LEITE

NOME COMPLETO DE SOLTEIRA: ANA CARLA ALVES PEREIRA

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 18 de novembro de 1.986. Brejo Santo - Ceará.

NACIONALIDADE: brasileira.

FILIAÇÃO: FRANCISCO JOSÉ PEREIRA e FRANCISCA ALVES PEREIRA

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO: dezoito de julho de dois mil e treze (18/07/2013)

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.

OBSERVAÇÕES: Os contraentes são estudantes e ambos continuam com os mesmos nomes de solteiros.

NOME DO OFÍCIO: CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Oficial Registrador: Bel. Fco Bezerra de Souza Feitosa

Município: Brejo Santo/CE-(digitado/conferido p/sss)

Endereço: Rua José Matias Sampaio, 39, centro

CEP-63.260-000 - Fone-(88) 3531-1550

O conteúdo da Certidão é verdadeiro. Dou fé.

Brejo Santo/Ce, 18 de julho de 2.013

Bel. Fco. Bezerra de Souza Feitosa
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL



do somente com o selo de autenticidade

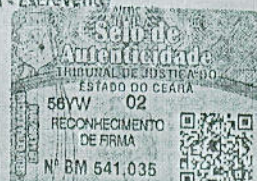
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO
AUTENTICIDADE
CARTÓRIO MATIAS 2º OFÍCIO
BREJO SANTO-CE - FONE 3531-0144

RECONHECIMENTO DE FIRMA

Reconheço a(s) Firma(s) de:

Por Autenticidade Dou fé.
Brejo Santo, 18 de 07/2013

- () Maria Brasil Sampaio - 2ª Tabelião Pública
- () Engracia Leite Brasil Sampaio de Lucena - Subst.
- () Juarez Leite Sampaio Neto - Substituto
- () Viviane Sousa Vidal de Melo - Escrevente
- () Cicero Wilson de Melo - Escrevente
- () Damiana Euda de Almeida Siqueira - Escrevente



CARTÓRIO NICODEMOS FEITOSA

Bel. Francisco Bezerra de Souza Feitosa
1ª Tabelião Oficial de Registro Civil

Francisca Ivanilda de Lucena Feitosa

Herlon de Lucena Feitosa

- SUBSTITUTOS -

Erivaldo Alves da Silva

Escrevente Compromissado

Brejo Santo - Ceará

FIRMA EM FORTALEZA
CARTÓRIO ARAÚJO

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ.
CNPJ 01.917.206/0001-43

Presidente	Juarez Marcos da Silva Novais		
Endereço	Rua Tiburtino Inácio, 595		
Bairro	São Francisco		
Cidade	BREJO SANTO	Est.	CEARÁ
Data de Nasc.	28/07/1977	Idade	38 anos
Nacionalidade	BRASILEIRA	CPF	625.464.573-49
Profissão	Agricultor	RG	3215485-97
Título de Eleitor	435665607/30	Seção	171
Cep	63.260-000	Estado Civil	Solteiro
Pai	João Novais		
Mãe	Maria Auri da Silva Novais		

Documentos Pessoais

01	CPF	X
02	RG	X
03	Certidão de Casamento/ Nascimento	X
04	Certificado de Reservista	X
05	Título de Eleitor	X
06	Comprovante de Endereço.	X
07	Comprovante de que é Brasileiro	
08	Certidão de Quitação Eleitoral.	

09	Certidão da Justiça Federal.	
10	Certidão da Justiça Estadual	
11	Certidão da Receita Federal	
12	Declaração que não estar em Mandato Eletivo	
13	OUTROS DOCUMENTOS.	


BREJO SANTO, SETEMBRO DE 2015

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

JUAREZ MARCOS S. NOVAIS

CARTER DE IDENTIDADE



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3215485-97 DATA DE EXPEDIÇÃO 28.07.97

NOME JUAREZ MARCOS DA SILVA NOVAIS

FILIAÇÃO João Novais
Maria Auri da Silva Novais

Brejo Santo-CE 12.10.1977
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. Nas. Nº 3034, Lv. A-3, Fls. 205v
DOC. ORIGEM Cart. de Brejo Santo- CE

CPF

FORTALEZA-CE

ASSINATURA DO DIRETOR

LE Nº 7.116 DE 29/08/83

MODELO FORMULÁRIO 1/73

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CARTÓRIO NICODEMOS
Pedro Innocencios de Araujo
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Francisco Bezerra de Souza Feitosa
Substituto -
Francisco Francisco de Souza
Escritório Comercial -
Brejo Santo - Ceará

REGISTRO CIVIL

ESTADO DE Ceará
COMARCA DE Brejo Santo
MUNICÍPIO DE Brejo Santo
DISTRITO DE Sede
Francisco Bezerra de Souza Feitosa
Oficial Substituto do Registro Civil

Certidão de Nascimento

CERTIFICO que, às fls. 205 do Livro A 3, sob Nº. de
Ordem 3.034 foi lavrado o assento do nascimento de JUAREZ MARCOS DA SILVA
NOVAIS
do sexo masculino, de cor morena, nascido do dia
doze (12) de outubro de mil novecentos se-
tenta e sete (1977), às 3:00 horas e _____ minutos

Em Brejo Santo, Estado do Ceará
filho de João Novais
e de Dona Maria Auri da Silva Novais
Avós Paternos José Novais Filho
e Espedita Moreira Tavares
Avós Maternos Pedro Laurindo da Silva
e Josefa Barbosa

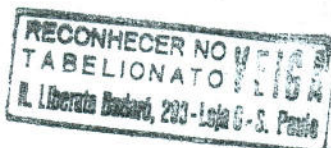
O assento foi lavrado em 13 de outubro de 1977 tendo sido declarante
O próprio pai
e serviram de testemunhas Pedro Cornelio de Araujo e Fatima Alves Medeiros

Observações: O assento foi lavrado de acordo com a Lei, nº
6.015 de 31-12-73

O referido é verdade e dou fé.

Brejo Santo, 13 de outubro de 1977

Francisco Francisco de Souza
Oficial Substituto



FIRMA NO CARTÓRIO ARABIFE
Fortaleza-Ce.

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
JUAREZ MARCOS DA SILVA NOVAIS

DATA DE NASCIMENTO: **12/10/1977** Nº INSCRIÇÃO: **435665607/10** ZONA: **070** SEÇÃO: **0171**

MUNICÍPIO/UF: **BREJO SANTO/CE** DATA DE EMISSÃO: **26/08/94**

JUIZ DE ELEIÇÃO
João de Oliveira

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

 **MINISTÉRIO DA FAZENDA**
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
JUAREZ MARCOS DA SILVA NOVAIS

Nº de Inscrição
836034273-02

Data do Nascimento
12/10/77



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.



Assinatura *Juarez Marcos da Silva Novais*

JUAREZ MARCOS DA SILVA NOVAIS

S E R P R O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 21/01/98

**MINISTÉRIO DO EXÉRCITO**
DIRETORIA DE SERVIÇO MILITAR
CERTIFICADO DE DISPENSA
DE INCORPORAÇÃO

258 CSM
RA 524808-S

NOME
JUAREZ MARCOS DA SILVA NOVAIS

EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE

FILIAÇÃO

PAI: **JOÃO NOVAIS**

MÃE: **MARIA AURI DA SILVA NOVAIS**

DATA NASC. NATURALIDADE

12OUT77 BREJO SANTO -CE.

DISPENSADO DO SERVIÇO MILITAR INICIAL EM 10 Nov 97

POPA: **Município não tributário**

Edson Silva - 20 ten

ASS. VICENTE EDUARDO DE OLIVEIRA

DELEGADO DE SERVIÇO

Nº DO CLIENTE

2337898-0

coelce

uma empresa EPD6582000

Rua Padre Valdeino, 130 CEP 60135-040 Fortaleza CE

CNPJ 07.947.251/0001-70 CGF 06.105.840-3

A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.430, de 26 de abril de 2003

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO RESIDENCIAL

363538695

Rota 03 15040 01 310000 - 8

Data de Emissão 06/11/2014

Nome MARIA AURY DA SILVA NOVAIS

End. Postal RU TIBURTINO INACIO 00595

SAO FRANCISCO - BREJO SANTO - 63260000

Medidor 10126026

Posto 0000 0000

Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA

Fator de Potência 0,00

RG / CPF / CNPJ 440464993-20

CCF

Nome do Responsável

EXTRATO

Período de Referência	Data de Apresentação	Período de Cobrança
Nov/2014	06/11/2014	04/12/2014

INDICADOR DE DECONTABILIDADE

Conjunto	Mês	Pad. DCC	Apuração Individual
BREJO SANTO	Set-2014	EUSD 17,29	

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto
83,17	27,00%	22,45

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO CLIENTE (CIC)

6863.16DE.4474.6DE5.0570.C59E.7992.0089

UNIFORMIZAÇÃO DO PREÇO DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Ind.	Cons. Tot.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
16277	16117	1,00	160	0,00	160	0,18125	29,00

Período	Consumo (kWh)	Valor (R\$)
25/11/14 - 07/12/14	160	55,36

VR. CONSUMO DO MES PRECO NORMAL	83,17
DESCONTO TARIFA SOCIAL-BAIXA RENDA	-27,81
ICMS COMPLEMENTAR BAIXA RENDA-CONV CONFAZ 079	7,51
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL	17,76
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA	1,36

FSC08112014071626000001C81,99J00017COELCE46

VENCIMENTO 13/11/2014

TOTAL A PAGAR (R\$) 81,99

COMPOSIÇÃO DO VALOR DO CONSUMO

HISTÓRICO DE CONSUMO (mínimo - máximo)

Energia	25,20
Transmissão	10,00
Distribuição	10,00
Encargos Setoriais	1,40
Tributos (ICMS PIS/COFINS)	24,50
TOTAL	61,10

165	166	164	149	155	144	136	187	183	165	213	184	163
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

importante

PREZADO(A) CLIENTE: A SUA CONTA DE LUC. APÓS O VENCIMENTO, DEVERÁ SER PAGHA, PREFERENCIALMENTE, NAS AGÊNCIAS, CORRESPONDENTES OU CANAIS ELETRÔNICOS DOS BANCOS SANCHEZ, BRASERIO OU BANCO DO BR-SIL.

A COELCE AGRADECE E PARABORIZA PELA PONTUALIDADE NOS SEUS PAGAMENTOS.

Consta desta fatura R\$ 4,06 referente a PIS e COFINS.

(Art. 9º Lei nº 108-2005 - ANEEL nº 10.237/02 e 10.430/03)

A partir de 2015 visorava o sistema de Bandeiras Tarifárias.

Implicava cobrança adicional. As bandeiras Anuais e

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ.
CNPJ 01.917.206/0001-43

Presidente	Pedro Alan Barbosa		
Endereço	Rua José Nogueira Cruz 42		
Bairro	São Francisco		
Cidade	BREJO SANTO	Est.	CEARÁ
Data de Nasc.	24/10/1989	Idade	26 Anos
Nacionalidade	BRASILEIRA	CPF	042.275.643-10
Profissão	Escriturário	RG	207029131705
Título de Eleitor	069181330701	Seção	234
Cep	63.260-000	Estado Civil	Solteiro
Pai	Raimundo Barbosa		
Mãe	Expedita Maria da Conceição		

Documentos Pessoais

01	CPF	X
02	RG	X
03	Certidão de Casamento/ Nascimento	X
04	Certificado de Reservista	X
05	Título de Eleitor	X
06	Comprovante de Endereço.	X
07	Comprovante de que é Brasileiro	
08	Certidão de Quitação Eleitoral.	

09	Certidão da Justiça Federal.	
10	Certidão da Justiça Estadual	
11	Certidão da Receita Federal	
12	Declaração que não estar em Mandato Eletivo	
13	OUTROS DOCUMENTOS.	

BREJO SANTO, SETEMBRO DE 2015



MINISTÉRIO DA DEFESA
CERTIFICADO DE DISPENSA
DE INCORPORAÇÃO

25ª C S M

Nº 596956

SÉRIE: V

R A

250252097549

NOME

PEDRO ALAN BARBOSA

EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE

Emissão: Brejo Santo - CE, 11/set/2012

FILIAÇÃO

PAI RAIMUNDO BARBOSA

MÃE EXPEDITA MARIA DA CONCEIÇÃO

DATANASC.

NATURALIDADE

24/10/1989

BREJO SANTO - CE

Dispensado do Serviço Militar inicial em 11 de setembro de 2012
por residir em município não tributário

Cmt/Ch ou Dirl

JOSE HUMBERTO DA SILVA OLIVEIRA - 1. TEN
Delegado do Serviço Militar da 4ª Div. de S. M. 25ª CSM

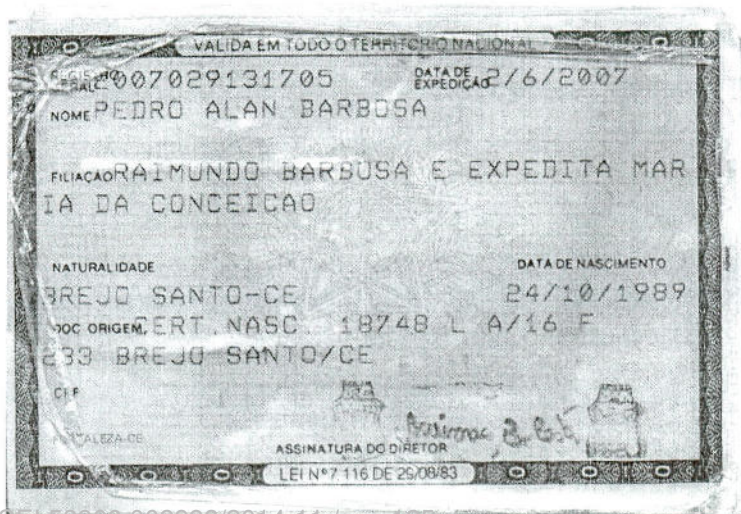
PROIBIDO PLASTIFICAR



POLEGAR

Pedro Alan Barbosa

DISPENSADO





TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

PEDRO ALAN BARBOSA

DATA DE NASCIMENTO
24/10/1989

Nº INSCRIÇÃO D.V.
069181330701

ZONA
70

SEÇÃO
234

MUNICÍPIO / UF
BREJO SANTO/CE

DATA DE EMISSÃO
15/03/2006

JUIZ ELEITORAL

Jms Borges

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

POLEGAR DIREITO

Pedro Alan Barbosa

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

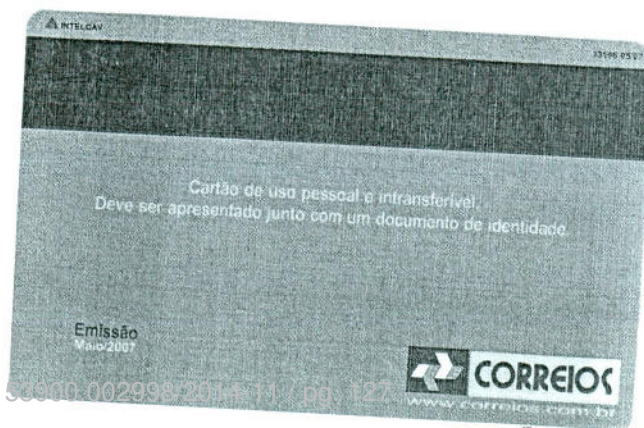
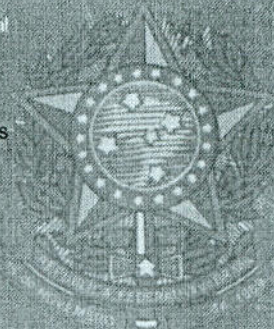
042.275.643-10

Nome

PEDRO ALAN BARBOSA

Nascimento

24/10/1989



Nº DO CLIENTE

2198316-0

Para pagar seu consumo, utilize o boleto
ou pague em dinheiro em qualquer agência bancária.A Tarifa Social de Energia Elétrica
foi criada pela Lei nº 11.083
de 26 de abril de 2006.
Rua Padre Valdevino, 150
CEP 60135-040 Fortaleza - CE
CNPJ 07.047.251/0001-70 CGF 06.105.848-3

coelce

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA | GRUPO B 1 SÉRIE B-4 1 Nº

399084904

Rota 18 15040 03 140000 - 5 Data de Emissão 25/08/2015

Nome EXPEDITA MARIA DA CONCEIÇÃO

End Postal RU JOSE NOGUEIRA CRUZ 42

SAO FRANCISCO - BREJO SANTO - 63260000

Medidor 9650488 Poste 0000 0000

Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA Potência 0,00

RG / CPF / CNPJ 793752353-00 CGF

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência Data da Apresentação Previsão Próxima Leitura
Ago/2015 25/08/2015 24/09/2015

ÍNDICE DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Visão e referência ao verso desta conta

Conjunto BREJO SANTO

Mês Jun/2015

EUSD 48,42

DICEI 2,00

ICMS

Base de Cálculo (R\$) Aliquota Valor do Imposto
171,48 27,00% 46,29

Padrão Individual			Apuração Individual		
Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
DIC 5,31	10,62	21,25	0,00	0,00	0,00
FIC 0,36	6,72	13,45	0,00	0,00	0,00
DMIC 0,00			0,00		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

3079,5827.FIAC.D394.6860.97D4.F2E2.D4DE

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Const. Incl.	Const. Excl.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
20809	20550	1,00	249	0,00	30	0,24104	7,23
					70	0,41321	28,93
					120	0,61980	74,37
					29	0,69868	19,98

25/08/15 24/07/15 32 DIAS 249 130,50

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VALOR CONSUMO DO MES	130,50
ICMS COMPLEMENTAR BAIXA RENDA-CONV CONFAZ 079	11,06
MULTA MORATORIA REF 07/2015	2,60
CORRECAO MONETARIA DO MES	1,06
JUROS DO MES	1,79
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL	31,91
DOACAO APAE - TEL 0800-095-0703 9/12	2,00
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA	2,07
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 15,90)	

VENCIMENTO

01/09/2015

TOTAL A PAGAR (R\$)

182,99

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	60,45
Transmissão	21,24
Distribuição	23,59
Encargos Setoriais	3,57
Tributos (ICMS PIS/COFINS)	54,94
TOTAL	143,83

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

Med	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag	Sep	Out	Nov	Dez
223	249	226	258	260	225	185	247	210	180	183	230	222

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO₂ (Kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica através do Coelce.

Emitido kg(CO ₂)	Compensado kg(CO ₂)	Consciência Ecológica (% CO ₂)
107,62	0,00	0%

informações importantes e avisos de vencimento

CONTAS EM ATRASO

Prezado Cliente,
NOTIFICAÇÃO DE SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA
Prezado Cliente, constam em nossos controles contábeis em atraso. Segue o detalhamento do Débito. O não pagamento da dívida implica na possibilidade de suspensão do fornecimento de energia em 15 dias após a entrega desta, conforme previsto na Res. ANEEL 414/10, Arts. 172 e 173, bem como o envio das informações aos ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO E CARTÓRIO DE PROTESTO. Caso já tenha efetuado o pagamento, favor desconsiderar o aviso.

DÉBITOS ANTERIORES

Mes/Ano	Valor R\$
07/2015	166,51
Total	166,51

Bandeira Tarifária: VERMELHA

Consta desta fatura R\$ 0,65 referente a PIS e COFINS.

PIS - 0,33 - COFINS - 0,32 - ANEEL - 0,00 - Taxa n. 10.637-00 - 0,00

Caro Cliente, constam quitadas as faturas de consumo de energia elétrica desta unidade consumidora vencidas até 31/12/2014, conforme a Lei N. 12.007/2009. Esta declaração substitui quitacoes anteriores.

CARTÓRIO NICODEMOS FEITOSA

Bel. Francisco Bezerra de Souza Feitosa

1º Tabelião Oficial do Registro Civil

Francisco Inácio de Lucena Feitosa

- SUBSTITUTO -

Cláudio Medeiros Maia

Escrivão Comprovações

Francisco Bezerra de Lucena Feitosa

Cynara Maria Feitosa Silva

Eriva de Azevedo da Silva

Maria Goretti dos Santos

Escrivões Autorizados

BREJO SANTO - CEARÁ

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REGISTRO CIVIL

Cartório Nicodemos Feitosa — 1º Ofício

(Ed. Forum Plácido Castelo) - Rua José Matias Sampaio, 274 - Telefone: 531-0268

63.260 — BREJO SANTO — CEARÁ

Bel. Francisco Bezerra de Souza Feitosa

Escrivão e Oficial do Registro Civil

Certidão de Nascimento

CERTIFICO que, às fls. 233 — do livro A/16 —, sob Nº de
Ordem 18.748 — foi lavrado o assento de nascimento de PEDRO ALAN BARBOSA
de sexo masculino, cor morena, nascido no dia vinte e quatro
(24) de outubro de mil novecentos e oitenta e nove (1.999)
às 7:30 horas, em Brejo Santo, Estado de

filho de RAIMUNDO BARBOSA
e de Dona EXPEDITA MARIA DA CONCEIÇÃO
Sendo avós paternos Marcel Raimundo
e Dona Antônia Maria da Conceição
e avós maternos Severino Caetano dos Santos
e Dona Ana Maria da Conceição
O assento foi lavrado em 01 de fevereiro de 1.990 tendo sido declarante
A própria mãe
e serviram de testemunhas Maria das Graças Félix e Damiana Cecília Gomes

Observações: O assento foi lavrado de acordo com a Lei n. 6.015 de
31.12.73

-X-X-X-X-X-X-X-X-

-X-X-X-X-X-X-X-X-

-X-X-X-X-X-X-X-X-

cmfs

O referido é verdade e dou fé.

Brejo Santo - CE, 01 de fevereiro de 1990.

FIRMA EM FORTALEZA
- CARTÓRIO ARARIPE -

RECONHECER NO
TABELIONATO
L. Ulysses Bezerra, 202, 1º de 2

Francisco Bezerra de Souza Feitosa
Bel. Francisco Bezerra de Souza Feitosa
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ.
CNPJ 01.917.206/0001-43

Presidente	Ana Furtado De Andrade		
Endereço	Rua Coronel Manoel Inácio Bezerra		
Bairro	Oeste		
Cidade	BREJO SANTO	Est.	CEARÁ
Data de Nasc.	08/10/1974	Idade	41 Anos
Nacionalidade	BRASILEIRA	CPF	025.568.853-94
Profissão	Do Lar	RG	2242995-92
Título de Eleitor	025.568.853-94	Seção	0141
Cep	63.260-000	Estado Civil	Solteira
Pai	Francisco Pereira de Andrade		
Mãe	Maria de Lourdes Furtado de Andrade		

Documentos Pessoais

01	CPF	X
02	RG	X
03	Certidão de Casamento/ Nascimento	X
04	Certificado de Reservista	
05	Título de Eleitor	X
06	Comprovante de Endereço.	X
07	Comprovante de que é Brasileiro	
08	Certidão de Quitação Eleitoral.	

09	Certidão da Justiça Federal.	
10	Certidão da Justiça Estadual	
11	Certidão da Receita Federal	
12	Declaração que não estar em Mandato Eletivo	
13	OUTROS DOCUMENTOS.	

BREJO SANTO, SETEMBRO DE 2015

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Ana Furtado de Andrade
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2242995-92 DATA DE EXPEDIÇÃO 25/03/92

NOME ANA FURTADO DE ANDRADE

FILIAÇÃO Francisco Pereira de Andrade

de. Maria de Lourdes Furtado de Andrade

NATURALIDADE Mauriti-Ce DATA DE NASCIMENTO 08/10/1974

DOC. ORIGEM Cert. Nasc. Nº 19.902, Liv. 39, Fls. 22.
Cart. de Mauriti-Ce

CPF

FORTALEZA-CE

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
ANA FURTADO DE ANDRADE

DATA DE NASCIMENTO **08/10/1974** Nº INSCRIÇÃO **0387 4997 0710** D.V. **070** ZONA **070** SEÇÃO **0141**

MUNICÍPIO / UF **BREJO SANTO/CE** DATA DE EMISSÃO **13/05/2014**

JUIZ ELEITORAL

Leandro Vale

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Ana Furtado de Andrade

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF


Cadastro de Pessoas Físicas
Número de inscrição
025.568.853-94

Nome
ANA FURTADO DE ANDRADE

Nascimento
08/10/1974

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão
Fevereiro/2005

 **CORREIOS**
www.correios.com.br

Nº DO CLIENTE

6732016-3

Para agilizar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

Rua Pedro Veloso, 150
CEP 60115-040 Fortaleza CE
CNPJ 07.047.251/0001-70 CGF 06.105.848-3
A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

coelce

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA | GRUPO B-1 | SÉRIE B-4 | Nº 397636979

Rota 10 15.040 01 056000 - 5 Data de Emissão 13/08/2015

Nome FRANCISCO PEREIRA DE ANDRADE

End. Postal RIJ CEL MANOEL INACIO BEZERRA 00473

0ESTE - BREJO SANTO - 63260000

Medidor 5324487 Poste 0000 0000

Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO Fator de Potência 0,00

RG / CPF / CNPJ 092636163-53 CGF

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência	Data da Apresentação	Previsão Próxima Leitura
Ago/2015	13/08/2015	14/09/2015

ÍNDICE DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunto BREJO SANTO

Mês Jun 2015

Índice 26,13

ICMS

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto
77,26	27,00%	20,96

	Padrão Individual			Apuração Individual		
	Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
DIC	5,31	10,63	21,25	0,00	0,00	0,00
FIC	3,06	6,72	13,45	0,00	0,00	0,00
DMIC	3,00			0,00		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

6042.8400.1705.3422.0FDE.B4B8.0697.F61E

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Ind.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
43297	43186	1,00	111	0,00	111	0,70	77,26
13.08.15	14.07.15		30 dias		111		77,26

DESCRIÇÃO

VALOR (R\$)

VALOR CONSUMO DO MES	77,26
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL	15,94
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 8,98)	

F 6013082015102636163, 20 1000000UELLE94

VENCIMENTO

20/08/2015

TOTAL A PAGAR (R\$)

93,20

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	35,80
Transmissão	0,94
Distribuição	13,47
Encargos Setoriais	2,00
Tributos (ICMS PIS/COFINS)	24,75
TOTAL	77,26

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

Mês	Consumo (kWh)
130	
111	
113	
135	
104	
0	
0	
0	
0	
0	
0	
0	

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica através do Ecoelce.

Emitido kg(CO₂)

47,97

Compensado kg(CO₂)

0,00

Consciência Ecológica (% CO₂)

0%

100

informações

A COELCE AGRADECE E PARABENIZA PELA PONTUALIDADE NOS SEUS PAGAMENTOS.

Bandeira Tar (Tarifa: VERMELHA)

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ.
CNPJ 01.917.206/0001-43

Presidente	Maria Deusilene Dos Santos		
Endereço	Rua Zilma Laurentino, 75		
Bairro	Auto da Bela Vista		
Cidade	BREJO SANTO	Est.	CEARÁ
Data de Nasc.	22/03/1976	Idade	39 Anos
Nacionalidade	BRASILEIRA	CPF	902.253.333-68
Profissão	Diarista	RG	2613007-92
Título de Eleitor	387407507/36	Seção	0063
Cep	63.260-000	Estado Civil	Solteira
Pai	José Francisco Dos Santos		
Mãe	Maria Prêta Dos Santos		

Documentos Pessoais

01	CPF	X
02	RG	X
03	Certidão de Casamento/ Nascimento	X
04	Certificado de Reservista	
05	Título de Eleitor	X
06	Comprovante de Endereço.	X
07	Comprovante de que é Brasileiro	
08	Certidão de Quitação Eleitoral.	

09	Certidão da Justiça Federal.	
10	Certidão da Justiça Estadual	
11	Certidão da Receita Federal	
12	Declaração que não estar em Mandato Eletivo	
13	OUTROS DOCUMENTOS.	

BREJO SANTO, SETEMBRO DE 2015

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
MARIA DEUSILENE DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO **22/03/1976** Nº INSCRIÇÃO **387407507/36** ZONA **070** SEÇÃO **0063**

MUNICÍPIO/UF **BREJO SANTO/CE** DATA DE EMISSÃO **30/04/92**

UIZ ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

2-1

POLEGAR DIREITO

Maria Deusilene dos Santos

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Maria Deusilene dos Santos

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO DEBÁS **261.3007-72** DATA DE EXPIRAÇÃO **11-07-1992**

NOME **MARIA DEUSILENE DOS SANTOS**

FEIÇÃO **José Francisco dos Santos e Maria Prêta dos Santos**

Brejo Santo-CE **22-03-1976**

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOE ORIGEM **Cert. Nas. Nº 2816, Lvt. A-3, Fls. 250v. Cart. Reg. Civil de Brejo Santo-CE**

CPF **902253333-68** ***

PORTA E TABELA ASSINATURA DO DIRETOR

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura **Maria Deusilene dos Santos**

MARIA DEUSILENE DOS SANTOS

S
E
R
V
I
C
I
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 03/12/99

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome **MARIA DEUSILENE DOS SANTOS**

Nº de Inscrição **902253333-68** Data do Nascimento **22/03/76**

02 15040 02 429000 - 6 02/10/2015

MARIA DEUSILENE DOS SANTOS

MARIA DEUSILENE DOS SANTOS

RU PRA ZILMA LAURENTINO 00075

AUTO DA BELA VISTA - BREJO SANTO - 63260000

Medline 924-7599

Posto 0000 0000

01-RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA

902253333-68

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VALOR CONSUMO DO MÊS	16,12
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL	16,12
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA	9,11
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MÊS (R\$ 1,59)	0,91

VENCIMENTO 09/10/2015

26, 14

HISTORICO DE CONSUMO

66
68
60
63
60
57
70
63
67
69
69
73
74

informações importantes e avisos de vencimento

TALÃO N. _____



PAG. _____

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO Ceará

MUNICÍPIO DE Brejo Santo

DISTRITO DE Brejo Santo

CARTÓRIO BRASIL
PEDRO NICODEMOS
Tabelião e Oficial do Registro Civil
Francisco Bezerra de Souza, Escrivão
Substituto
Francisco Francisco Lucena
Escrivão Comissário
Brejo Santo - Ceará

REGISTRO CIVIL

(NASCIMENTO Nº. 2.816)

Francisco Bezerra de Souza Feitosa, Oficial Substituto do Registro Civil
do Município de Brejo Santo, Estado do Ceará, na forma da Lei, etc.

Certifico que as fls. 150-V do liv. n. A-3 de registro de nascimento foi feito

hoje feito o assento de MARIA DEUSILENE DOS SANTOS

nascido aos 17 de agosto de 1977 às 4:00 horas em Brejo Santo

Estado do Ceará do sexo feminino de cor branca

filho de José Francisco dos Santos e Maria Prêta

dos Santos, sendo avós paternos Francisco Antonio dos Santos

e Rita Raimunda da Conceição

e maternos João Manoel

e Maria Dina

Foi declarante O próprio pai e serviram de
testemunhas Pedro Cornelio de Araújo e Fatima Alves Medeiros

OBSERVAÇÕES: O assento foi lavrado hoje dia 17 de agosto de
1977 de acordo com a lei, nº 6.015 de ~~XXXXXX~~ 31-12-73

O referido é verdade. Dou fé

Brejo Santo 17 de agosto de 1977

RECONHECER NO
TABELIONATO
R. Liberto Dantas, 233-1005-S. Pm

FIRMA NO CARTÓRIO
ARARIPÉ

Substituto

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ.
CNPJ 01.917.206/0001-43

Presidente	Maria Alves dos Santos		
Endereço	Rua Sinésio Gomes, s/n		
Bairro	Rene Lucena		
Cidade	BREJO SANTO	Est.	CEARÁ
Data de Nasc.	25/08/1990	Idade	25 Anos
Nacionalidade	BRASILEIRA	CPF	051.710.843-78
Profissão	Auxiliar escritório	RG	051.710.843-78
Título de Eleitor	0698 7963 0701	Seção	0246
Cep	63.260-000	Estado Civil	Casada
Pai	Francisco Das Chagas Alves Tenório		
Mãe	Hozana dos Santos		

Documentos Pessoais

01	CPF	X
02	RG	X
03	Certidão de Casamento/ Nascimento	X
04	Certificado de Reservista	
05	Título de Eleitor	X
06	Comprovante de Endereço.	X
07	Comprovante de que é Brasileiro	
08	Certidão de Quitação Eleitoral.	

09	Certidão da Justiça Federal.	
10	Certidão da Justiça Estadual	
11	Certidão da Receita Federal	
12	Declaração que não estar em Mandato Eletivo	
13	OUTROS DOCUMENTOS.	

BREJO SANTO, SETEMBRO DE 2015

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2007257341 - 9 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/02/2009

NOME
MARIA ALVES DOS SANTOS

FILIAÇÃO
FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES TENÓRIO

MOZANA DOS SANTOS

NATURALIDADE
BREJO SANTO - CE DATA DE NASCIMENTO
25/08/1990

DOC. ORIGEM
CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO:1 OFÍCIO TERMO:15.665 FOLHA:222V
LIVRO:A/14 BREJO SANTO - CE

CPF

1 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/63

P.: 55

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO MILTON BARBOSA DE SOUSA

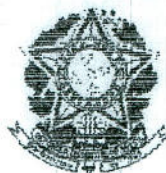
Fotografia Direita

Assinatura

Maria Alves dos Santos

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOMES

MARCOS AURÉLIO MULATO DA SILVA e MARIA ALVES DOS SANTOS

MATRICULA

017442 01 55 2011 2 00013 035 0003343 98

NOME COMPLETO DE SOLTEIRO: MARCOS AURÉLIO MULATO DA SILVA

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 26 de janeiro de 1.985 – Várzea Alegre - Ceará.

NACIONALIDADE: brasileira

FILIAÇÃO: Sebastião Raimundo da Silva e Luiza Mulato da Silva.

NOME COMPLETO DE SOLTEIRA: MARIA ALVES DOS SANTOS

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 25 de agosto de 1.990 – Brejo Santo - Ceará.

NACIONALIDADE: brasileira

FILIAÇÃO: Francisco das Chagas Alves Tenório e Hozana dos Santos

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO: vinte e quatro de novembro de dois mil e onze (24/11/2011)

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.

OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES: Os contraentes têm as profissões de agricultores e ambos continuam assinando com os mesmos nomes. “Este casamento e a presente Certidão foram gratuitos, nos termos do parágrafo único do Art. 1.512, do Código Civil – (Lei nº. 10.406, de 10.01.2.002)”

NOME DO OFÍCIO: CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Oficial Registrador: Bel. Fco Bezerra de Souza Feitosa

Município: Brejo Santo/CE-digitado e conferido p/sss.

Endereço: Rua José Matias Sampaio, 39

Centro - CEP-63.260-000 - Fone-(88) 3531-1550

O conteúdo da Certidão é verdadeiro. Dou fé.

Brejo Santo/Ce, 24 de novembro de 2011.


Bel. Fco. Bezerra de Souza Feitosa
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

CARTÓRIO NICODEMOS FEITOSA

Bel. Francisco Bezerra de Souza Feitosa
1º Tabelião Oficial do Registro Civil
Francisca Ivanilde de Lucena Feitosa
Herlon de Lucena Feitosa
— SUBSTITUTOS —
Erivaldo Alves da Silva
Escrivente Compromissado
Brejo Santo — Ceará



**FIRMA EM FORTALEZA
- CARTÓRIO ARARIPE -**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO SANTO

Rua Cel. Manoel Inácio Bezerra, 192 - Centro
Brejo Santo-CE - CEP:63.260-000 Telefax:(088) 3531.1042
C.N.P.J.: 07.820.701/0001-72 C.G.F.: 069.202.72-9

S A A E B S
CONTA DE ÁGUA

Cód: 05497 Taxa: 015 Conta: 1614584 Emissão: 02/09/2015

Ref.: AGO/15

Nome: FRANCISCO JORGE TIBURTINO (C-118)
Rua: SINESIO GOMES, 005/N
Bairro: RENE LUCENA

Setor : 00017 00608

HIDROMETRIA | SERVIÇOS E TARIFAS

Hidrometro	Data Instalação	Cód.	Descrição	Valor
0			TAXA	26,78
Leit.Anter.	Data Leitura			
Leit.Atual	Data Leitura			
Consumo				

DEBITOS ANTERIORES:

TOTAL : 26,78
VENCIMENTO : 25/08/2015

MANTENHA SEUS PAGAMENTOS EM DIA
EVITANDO ACRÉSCIMOS DE MULTAS E JUROS.

PAGUE SUA CONTA DE AGUA NAS
FARMACIAS: MOREIRA, CARDOSO,
SANTA CECILIA E BREJO SANTO.



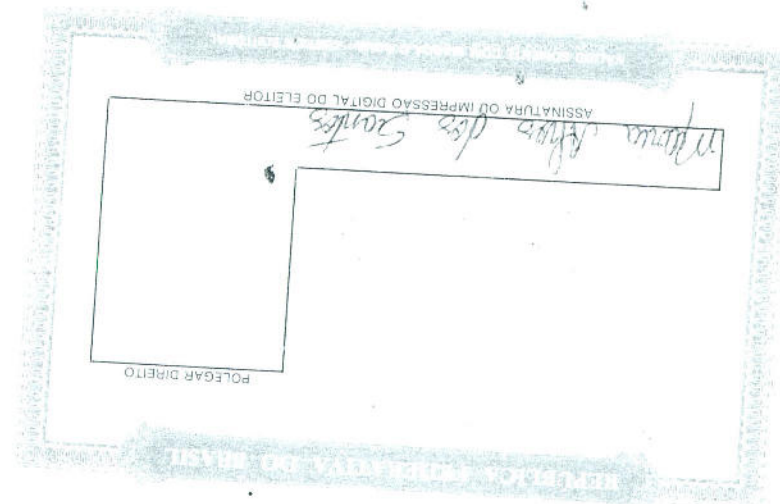
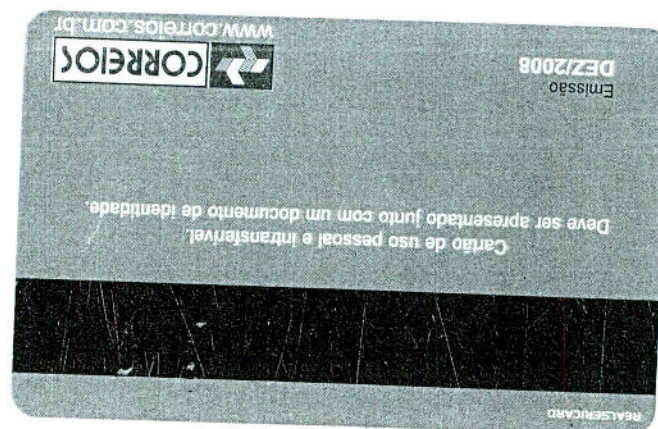


TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
MARIA ALVES DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO 25/08/1990	Nº INSCRIÇÃO D.V. 0698 7963 0701	ZONA 070	SEÇÃO 0246
MUNICÍPIO / UF BREJO SANTO/CE		DATA DE EMISSÃO 01/05/2014	

JUIZ ELEITORAL
Leacena Vale
PRESIDENTE DO TRE-CE



ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ.
CNPJ 01.917.206/0001-43

Presidente	Luiz Bento da Silva		
Endereço	Sítio Lagoa Do Mato(Ferreira), S/N		
Bairro	Zona Rural		
Cidade	BREJO SANTO	Est.	CEARÁ
Data de Nasc.	22/08/1964	Idade	51
Nacionalidade	BRASILEIRA	CPF	233.654.633-72
Profissão	Professor	RG	2009053793-3
Título de Eleitor	020433330760	Seção	0004
Cep	63.260-000	Estado Civil	Casado
Pai	Jose Bento da Silva		
Mãe	Maria Paulina Silva		

Documentos Pessoais

01	CPF	X
02	RG	X
03	Certidão de Casamento/ Nascimento	X
04	Certificado de Reservista	
05	Título de Eleitor	X
06	Comprovante de Endereço.	X
07	Comprovante de que é Brasileiro	
08	Certidão de Quitação Eleitoral.	

09	Certidão da Justiça Federal.	
10	Certidão da Justiça Estadual	
11	Certidão da Receita Federal	
12	Declaração que não estar em Mandato Eletivo	
13	OUTROS DOCUMENTOS.	

BREJO SANTO, SETEMBRO DE 2015

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
 CATEGORIA NACIONAL DE HABILITACAO

INTERPRINT LTDA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 951413971

PROIBIDO PLASTIFICAR
 951413971

NOME
 LUIZ BENTO DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
 59773883 SSP CE

CPF
 233.654.633-72

DATA NASCIMENTO
 22/08/1964

FILIAÇÃO
 JOSE BENTO DA SILVA
 MARIA RAULINA SILVA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
 AB

VALIDADE
 12/02/2020

1ª HABILITAÇÃO
 28/04/2002

Nº REGISTRO
 02316105870

OBSERVAÇÕES
 SEM OBSERVAÇÃO;

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
 JUAZEIRO DO NORTE, CE

DATA EMISSÃO
 12/03/2015

ASSINATURA DO EMISSOR
 IGOR VASCONCELOS PONTE

10381580428
 CE146214781

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CONTRIBUINTE

LUIZ BENTO DA SILVA

NASCIMENTO 22.08.64

INSCRIÇÃO NO CPF 223.654.633-72

C/C

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PERICIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PERÍCIAS BIOMÉTRICAS

POLEGAR DIREITO

POLEGAR PLASTIFICAR

ASSINATURA DO TITULAR

LUIS BENTO DA SILVA

CPF 223.654.633-72

CERT. CASAMENTO - CARTÓRIO: 1 OFÍCIO TERMO: 2125 FOLHA: 02V

LIBRO: B/24 MISSÃO VELHA - CE

BREJO SANTO - CE

DATA DE NASCIMENTO 22/08/1964

DATA DE EXPEDIÇÃO 24/03/2015

2009053793 - 3

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

LUIS BENTO DA SILVA

POLEGAR DIREITO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

LUIS BENTO DA SILVA

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PERICIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PERÍCIAS BIOMÉTRICAS

POLEGAR DIREITO

POLEGAR PLASTIFICAR

ASSINATURA DO TITULAR

LUIS BENTO DA SILVA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

LUIS BENTO DA SILVA

DATA DE NASCIMENTO 22/08/1964

Nº INSCRIÇÃO 0204 3333 0760

D.V. 070

ZONA 0004

MUNICÍPIO / UF

BREJO SANTO/CE

DATA DE EMISSÃO 18/09/1986

LUIS BENTO DA SILVA

PRESIDENTE DO TRE-CE

CARTÓRIO
JACOME

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

05794748/0001-27

COMARCA DE MISSÃO VELHA

PRIMEIRO CARTÓRIO DO REGISTRO
CIVIL DE MISSÃO VELHA

CARTÓRIO JACOME

CEL. JOSE DANTAS, 404
CEP - 63200

Primeiro Ofício

MISSÃO VELHA - CE

Bel. José Acelino Jácome Carvalho
Oficial Substituto do Registro Civil

Jovelina Jácome de Carvalho
Agenor Tavares Jácome
Escriventes

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Certifico que, sob o Nº 2.125, às folhas 02 v, do Livro Nº B- 24
de REGISTRO DE CASAMENTOS, verifiquei constar, que no dia nove (09) de setem -
bro de mil e novecentos e oitenta e seis (1.986) foi registrado o

casamento de LUIZ BENTO DA SILVA e COSMA FERREIRA SOUSA, que em virtu
de do seu casamento passou a usar o nome de: COSMA FERREIRA SOUSA
SILVA, -z-z z-z

contraído perante a juíza Dra MARIA GILMAÍSE DE OLIVEIRA MENDES, -z-z-z-
e as testemunhas: Pedro Ferreira de Sousa, Maria Edneusa Ferreira Ta -
varos e Maria Zúlia Rolim, casados, domiciliados e residentes na ci -
dade de Brejo Santo, Ceará, -z

ELE, nascido em Brejo Santo - (E.), -z-
-z- aos vinte e dois (22) -z-z-z-z-z- de agosto
de mil e novecentos e sessenta e quatro (1964), profissão FUNCIONÁRIO PÚBLICO,
domiciliado e residente nesta cidade, à rua Cel., José Dantas, s/nº., -z-
-z- filho de JOSE BENTO DA SILVA e MARIA RAULINA SILVA, bra
sileiros, casados, lavradores e comerciantes. -z-

ELA, nascida em Brejo Santo - (E.), -z-
-z- aos doze (12) -z- de setembro
de mil e novecentos e cinquenta e oito (1958), profissão PROFESSORA, -z-z-z-
domiciliado e residente nesta cidade, à rua Cel., José Dantas, s/nº., -z-
-z- filha de JOSE BENTO DA SILVA e MARIA RAULINA SILVA, bra
sileiros, casados, lavradores. -z-

A contraente, em virtude do casamento, adotou o
nome de: COSMA FERREIRA SOUSA SILVA. -z-
Foram exibidos os documentos a que se refere o art. 180, incisos: I, II e IV, -z-
-z- do Código Civil Brasileiro.

O casamento foi celebrado sob o regime de Comunhão Universal de Bens.
-z-
-z-
-z-
-z-

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

OBSERVAÇÕES:

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

O referido é verdade e dou fé.

Missão Velha (Ce.), 23 de setembro de 1986

Jose Helio Gomes
Oficial Substituto do Registro Civil



05794748/001-27

PRIMEIRO CARTÓRIO DE REGISTRO
CIVIL DE MISSÃO VELHA

RUA CEL. JOSE DA SILVA, 404
CEP - 63200-000

MISSÃO VELHA - CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO SANTO

Rua Cel. Manoel Inácio Bezerra, 182 - Centro
Brejo Santo-CE - CEP:83.260-000 Telefone:(088) 3631.1042
C.N.P.J.: 07.620.701/0001-72 C.O.F.:089.202.72-9

**SAAEBS
CONTA DE ÁGUA**

Cód: 09416 Tarz: 014 Conte: 1516926 Emissão: 30/09/2015

Rsf.: SET16

Nome: LUIS BENTO DA SILVA
Rua: SÍTIO LAGOA DO MATO (FERREIRAS), 003IN
Bairro: ZONA RURAL

Sector : 00026 00590

HIDROMETRIA | SERVIÇOS E TARIFAS

Hidrometro	Data Instalação	Cód.	Descrição	Valor
0			TAXA	26,79
Leit.Anter.	Data Leitura		MULTA 1%	2,15
Leit.Atual	Data Leitura			
Consumo				

DEBITOS ANTERIORE

TOTAL : 28,93
VENCIMENTO : 10/10/2015

EVITE CONSTRANGIMENTO COM O CORTE
DO FORNEC. DE ÁGUA DO SEU IMÓVEL, PAGUE
SUA CONTA ATÉ O VENC. E GANHE DESCONTO.
PAGUE SUA CONTA DE ÁGUA NAS
FARMÁCIAS MOREIRA, CARDOSO,
SANTA CECILIA E BREJO SANTOS.

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ.
CNPJ 01.917.206/0001-43

Presidente	José Cardoso Oliveira Filho		
Endereço	Rua Intendente Lourenço Gomes, 186		
Bairro	São Francisco		
Cidade	BREJO SANTO	Est.	CEARÁ
Data de Nasc.	02/01/1968	Idade	47 Anos
Nacionalidade	BRASILEIRA	CPF	313.011.933-72
Profissão	Fotografo	RG	1026883-86
Título de Eleitor	021529340752	Seção	203
Cep	63.260-000	Estado Civil	Solteira
Pai	José Cardoso de Oliveira		
Mãe	Francisca Ferreira de Oliveira		

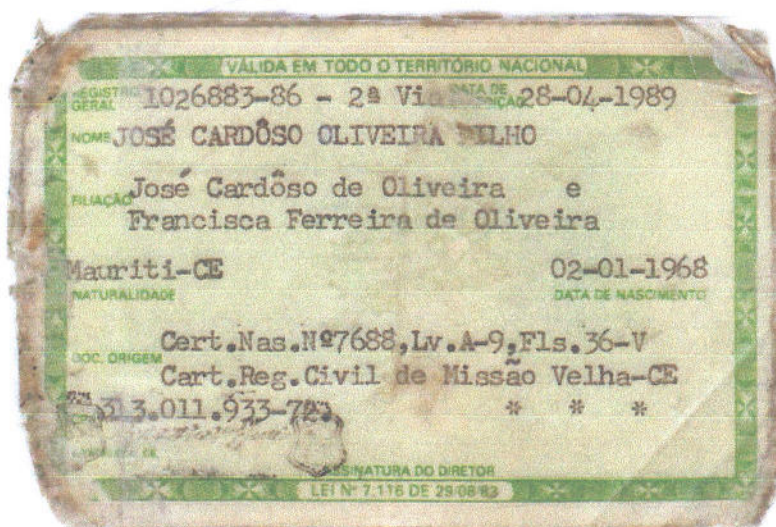
Documentos Pessoais

01	CPF	X
02	RG	X
03	Certidão de Casamento/ Nascimento	X
04	Certificado de Reservista	X
05	Título de Eleitor	X
06	Comprovante de Endereço.	X
07	Comprovante de que é Brasileiro	
08	Certidão de Quitação Eleitoral.	


09	Certidão da Justiça Federal.	
10	Certidão da Justiça Estadual	
11	Certidão da Receita Federal	
12	Declaração que não estar em Mandato Eletivo	
13	OUTROS DOCUMENTOS.	

BREJO SANTO, SETEMBRO DE 2015





		 MINISTÉRIO DO EXÉRCITO DIRETORIA DE SERVIÇO MILITAR CERTIFICADO DE DISPENSA DE INCORPORAÇÃO	
		258 "RECEBUE" GSM RA 766170-F	
NOME JOSÉ CARDOSO OLIVEIRA FILHO			
EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE			
FILIAÇÃO PAI: JOSÉ CARDOSO DE OLIVEIRA MÃE: FRANCISCA FERREIRA DE OLIVEIRA			
DATA NASC. 02JAN68		NATURALIDADE MANTENHA-SE	
DISPENSADO DO SERVIÇO MILITAR INICIAL EM 06/04/87 POR TER SIDO INCLUÍDO NO EXCESSO DO CONTINGENTE			
 JOSE BEZERRA DE ARAUJO 1º Ten. OAO Del. SM - 4º Del. SM - CRATO/CE			

 POLEGAR	
José Cardoso Oliveira Filho DISPENSADO	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REGISTRO CIVIL

ESTADO DE Paraíba
COMARCA DE Conceição
MUNICÍPIO DE Conceição
DISTRITO DE Sede

Maria das Graças Braga Rangel

Oficial efetiva do Registro Civil

Cartório do Registro Civil

M.^a das Graças Braga Rangel

Oficial

Maria do Socorro Laranjeira Bezerra

1ª Escrevente

Arnaldo dos Santos

2ª Escrevente

CONCEIÇÃO - PB

CASAMENTO N.º 3.132

CERTIFICO que, à fls. 169v do Livro nº 2/aux.07 de Registro de Casamentos foi encontrado hoje, o assento do casamento de José Cardoso Oliveira Filho e Maria do Socorro Laranjeira Bezerra, contraído perante o juiz Padre José Alves de Sousa, e as testemunhas José Evandro de Sousa, Cidalina Maria Ferreira Almeida, Maria de Fátima de Lacerda Furtado, e Damião Ferreira Furtado.

Ele, nascido em Distrito de Umburanas - Mauriti, Ceará aos 02 de janeiro de 1968, profissão comerciante, domiciliado em Distrito de Umburanas - Mauriti, CE e residente em Distrito de Umburanas - Mauriti, CE filho de José Cardoso de Oliveira, nascido em Distrito de Umburanas, domiciliado em Distrito de Umburanas, e residente em Distrito de Umburanas e de D. Maria Ferreira de Oliveira, nascida em Distrito de Umburanas, domiciliada em Distrito de Umburanas, e residente em Distrito de Umburanas.

Ela, nascida em lote malhada da Córrea deste município aos 02 de fevereiro de 1976, profissão estudante, domiciliada em nesta cidade e residente em nesta cidade filha de Antonio Laranjeira Sobrinho, nascido em falecido, domiciliado em falecido, e residente em falecido e de D. Espedita Bezerra de Lacerda, nascida em nesta cidade, domiciliada em nesta cidade, e residente em nesta cidade.

A contraente passa a assinar-se Maria do Socorro Laranjeira Bezerra Oliveira. Foram apresentados os documentos exigidos pelo art. 180 N.ºs I à IV do Código Civil. — Observações: casados pelo regime de comunhão parcial de bens em data de 16.02.93.

O referido é verdade e dou fé.

Conceição - Pb. 03

de março de 1993

OFICIAL

Nº DO CLIENTE
2195352-0

Para agendar seu atendimento, utilize o nº acima informado em nosso site ou telefone 0800-000000

Rua Padre Valdevino, 150
CEP 60135-040 Foz de Iguaçu - PR
CNPJ 07.047.251/0001-70 CGF 12.105.848-3
A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

coelce

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA | GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº 396306780

Rota 03 15040 01 312500 - 9 Data de Emissão 05/08/2015

Nome JOSE CARDOSO OLIVEIRA FILHO

End Postal RJ INTENDENTE LOURENCO GOMES 00186

SÃO FRANCISCO - BREJO SANTO - 63260000

Medidor 1510721

Poste 0000 0000

Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO

Fator de Potência 0,00

RG / CPF / CNPJ 313011933-72

CGF

Nome do Responsável

DATAS			INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO		
Mês de Referência	Data da Apresentação	Próxima Leitura	Conjunto	Mês	Valor
Ago/2015	05/08/2015	03/09/2015	0000 0000	Jun 2015	0,00 00,00
ICMS			Padrão Individual		
Base de Cálculo (R\$)	Aliquota	Valor do Imposto	Mensal	Trim.	Anual
173,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL			Apuração Individual		
			Mensal	Trim.	Anual
			0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO							
Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Const. Incl.	Const. Excl.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
60014	60005	1,00	249	0,00	0,00	0,00	173,31
05/08/15	03/07/15		30 01-0		249		

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VALOR CONSUMO DO MES	173,31
MULTA MORATORIA REF 07/2015	2,81
CORRECAO MONETARIA DO MES	0,98
JUROS DO MES	1,84
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL	31,91
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 20,15)	

VENCIMENTO 12/08/2015 **TOTAL A PAGAR (R\$)** 210,85

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO	HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)
Energia 173,31	
Transmissão 2,81	
Distribuição 0,98	
Proteção 1,84	
Iluminação 31,91	

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO ₂ (Kg/kWh)		
Emitido kg(CO ₂)	Compensado kg(CO ₂)	Consciência Ecológica (% CO ₂)
107,62	0,00	0

informações
CONTAS EM ATRASO
Notificação de suspensão do fornecimento de energia elétrica.
Devido ao cliente, constando em processo contábil em atraso, devido o não pagamento da dívida, a possibilidade de suspensão do fornecimento de energia em 15 dias após a emissão desta, conforme avaliação da Res. ANEEL 414/10, Art. 172 e 179, bem como, a divulgação das informações nos órgãos de proteção ao crédito e cartório de protesto, caso não seja efetuado o pagamento, favor desconsiderar o aviso.

**ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA
COMUNIDADE DE BREJO SANTO**

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ.
CNPJ 01.917.206/0001-43

Presidente	IVANILDA PEREIRA		
Endereço	RUA CASA PEREIRA POP 00095		
Bairro	Capilé		
Cidade	Brejo Santo	Est.	CE
Data de Nasc.	25/12/1970	Idade	44 Anos
Nacionalidade	BRASILEIRA	CPF	414579003-00
Profissão	Aux. Escritorio	RG	1897411-89
Título de Eleitor	340408307/87	Seção	0010
Cep	63.260-000	Estado Civil	Casado
Pai	José Pereira		
Mãe	Maria Josefa Pereira		

Documentos Pessoais

01	CPF	X
02	RG	X
03	Certidão de Casamento/ Nascimento	X
04	Certificado de Reservista	
05	Título de Eleitor	X
06	Comprovante de Endereço.	X
07	Comprovante de que é Brasileiro	
08	Certidão de Quitação Eleitoral.	

09	Certidão da Justiça Federal.	
10	Certidão da Justiça Estadual	
11	Certidão da Receita Federal	
12	Declaração que não estar em Mandato Eletivo	
13	OUTROS DOCUMENTOS.	

BREJO SANTO, SETEMBRO DE 2015

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR: **IVANILDA PEREIRA**

DATA DE NASCIMENTO: **25/12/70**

MUNICÍPIO / UF: **BREJO SANTO/CE**

INSCRIÇÃO: **340408307/87**

SEÇÃO: **070**

DATA DE EMISSÃO: **05/09/89**

VALIDO JOINTAMENTE COM MINHA CARTÃO DE VOTO

340408307/87

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Ivanilda Pereira

ASSINATURA DO IMPRESSO: TÍTULO DO ELEITOR

Nº DO CLIENTE

1530433-7

Endereço: Rua Padre Valdevino, 150
CEP: 60735-040 - Fortaleza - CE

CEPJ 07.047.251/0001-70 CGF 06.105.848-3
A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada
pela Lei nº 10.430, de 26 de abril de 2002.

coelce

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA | GRUPO B | SÉRIE B4 | Nº 395541889

Rota 19 15040 01 079600 - 3 Data de Emissão 27/07/2015

Nome LEONARDO BARBOSA DE SOUSA

End. Postal RU CASA PEREIRA POP 00095
CAPILE - BREJO SANTO - 63260000

Medidor 7587758

Poste 0000 0000

Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA de Potência 0,00

RG / CPF / CNPJ 472842183-04

CGF

Nome do Responsável

DATAS

Data da Referência Jul/2015
Data da Apresentação 27/07/2015
Previsão Próxima Leitura 26/08/2015

ÍNDICE DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjuntivo
Mês: Jul/2015
Eixo: 20.30

ICMS

Base de Cálculo (R\$) 124,41
Alíquota 27,00%
Valor do Imposto 33,59

	Padrão Individual			Apuração Individual		
	Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
DIC	5,31	10,62	31,25	0,62	0,62	0,62
FIC	0,06	0,72	10,45	1,00	1,00	1,00
DMIC	0,00			0,62		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

NUM. CONT. ATRIB. 5006.0001.0405.0000.0000

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (KWh)	Cons. Incl.	Cons. Excl.	Tarifa (R\$/KWh)	Valor (R\$)
24960	24790	1,00	170	0,00	0,00	0,51	85,76
27/07/15	26/06/15		01 1046				

DESCRIÇÃO

VALOR CONSUMO DO MES	VALOR (R\$)
ICMS COMPLEMENTAR BAIXA RENDA-CONV CONFAZ 079	10,44
MULTA MORATORIA REF 06/2015	1,74
CORRECAO MONETARIA DO MES	0,56
JUROS DO MES	0,84
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL	27,35
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA	2,34
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 10,07)	

VENCIMENTO 03/08/2015

TOTAL A PAGAR (R\$)

129,03

COMPOSIÇÃO DO VALOR DO CONSUMO

Energia	85,76
Transmissão	10,44
Distribuição	1,74
Encargos Setoriais	0,56
Tributos (PIS/COFINS)	0,84
TOTAL	99,34

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

Mês	Consumo (KWh)
Jul/15	170
Jun/15	178
Mai/15	164
Abr/15	146
Mar/15	157
Fev/15	155
Jan/15	176
Dez/14	186
Nov/14	161
Out/14	184
Sep/14	149
Ago/14	139

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO₂ (Kg/KWh)

Emissão kg(CO ₂)	Compensação kg(CO ₂)	Compensação Ecológica (% CO ₂)
76,93	0,00	0

informações

CONTAS EM ATRASO

Prezado Cliente,
NOTIFICAÇÃO DE SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA
Prezado Cliente, constatamos em nossos controles contábeis em atraso.
Segue o detalhamento do débito. O não pagamento por período igualita
na possibilidade de suspensão do fornecimento de energia em 15 dias
após a emissão desta, conforme previsto na Res. ANEEL 414/10, Arts.
172 e/ou 173, bem como o envio das informações aos órgãos de FISCALIZAÇÃO
AO CREDITO E CARTÓRIO DE PROTESTOS. Caso não tenha efetuado o pagamento,
favor desconsiderar o envio.

DÉBITOS ANTERIORES

Mês/Ano	Valor R\$
Jul/2015	116,75
Total	116,75

Bandeira Tarifária: VERMELHA

Correta desta fatura R\$ 7,50 referente a PIS e COFINS.

Fonte: ANEEL (2010) - ANEEL (2010) - ANEEL (2010) - ANEEL (2010)

Em 2015 entrou em vigor o sistema de bandeiras tarifárias. A bandeira verde não implicará
cobrança adicional. As bandeiras amarela e vermelha, quando adotadas, implicarão tarifas
de maior valor, devido ao maior custo de geração. Mais informações em www.aneel.gov.br.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL
CAIXA AQUI

COMPROVANTE DE PAGAMENTO
ARRECADACAO DE CONVENIO

09/09/2015 10:23:32
DATA DE EFETIVACAO: 09/09/2015
CONVENIO: 000475696
OPERADOR: 000475669

REPRESENTACAO NUMERICA

803200000010 290300310003
000153043300 049139312504

CONVENIO: COMPANHIA ENERGETICA
PAGTO.EFETUADO EM 09/09/2015
VALOR: 129,03

COD OPERACAO 000133105
OPERACAO REALIZADA COM SUCESSO
CAIXA AQUI

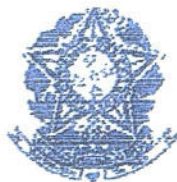
É A CAIXA EM TODO O BRASIL

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações,
reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou
de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOMES

LEONARDO BARBOSA DE SOUSA e IVANILDA PEREIRA

MATRICULA

<u>Cód.Serv</u>	<u>servo</u>	<u>serventia</u>	<u>ano</u>	<u>Tipo Livro</u>	<u>Livro</u>	<u>Folha</u>	<u>Nº ordem</u>	<u>Verificador Matrícula</u>
017442	01	55	2010	2	00011	252	0002961	41

NOME COMPLETO DE SOLTEIRO: LEONARDO BARBOSA DE SOUSA

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 06 de dezembro de 1974 – Brejo Santo/Ceará.

NACIONALIDADE: brasileira

FILIAÇÃO: PEDRO ROCHA DE SOUSA e MARIA FRANCILDA BARBOSA.

NOME COMPLETO DE SOLTEIRA: IVANILDA PEREIRA

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 25 de dezembro de 1970 – Brejo Santo/Ceará.

NACIONALIDADE: brasileira

FILIAÇÃO: JOSÉ PEREIRA e MARIA JOSEFA PEREIRA

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO: oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dez (08.04.2010)

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: Comunhão Parcial de Bens.

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES: O contraente é Técnico em contabilidade, a contraente é auxiliar de contabilidade, ambos continuam assinando com os mesmos nomes de solteiros

NOME DO OFÍCIO: CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Oficial Registrador: Bel.Fco Bezerra de Souza Feitosa

Município: Brejo Santo/CE

Endereço: Rua José Matias Sampaio, 39

Centro - CEP-63.260-000 - Fone-(88) 3531-1550

O conteúdo da Certidão é verdadeiro. Dou fé

Brejo Santo/Ce., 08 de abril de 2.010

Bel. Fco. Bezerra de Souza Feitosa.
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL



CARTÓRIO NICODEMOS FEITOSA

Bel. Francisco Bezerra de Souza Feitosa
1º Oficial do Registro Civil
Francisca Anacleto de Lucena Feitosa
Escritor de Cartório Feitosa
— SUBSTITUTO —
Erivaldo Alves da Silva
Escritor Compromissado
Brejo Santo — Ceará

FIRMA EM FORTALEZA
- CARTÓRIO ARAPIPE -

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ.
CNPJ 01.917.206/0001-43

Presidente	Maria Claudia Barbosa		
Endereço	Rua Manoel Leite C Popular, 211		
Bairro	Capilé		
Cidade	Brejo Santo	Est.	CE
Data de Nasc.	14/04/1973	Idade	42 Anos
Nacionalidade	BRASILEIRA	CPF	902.164.403-78
Profissão	Zeladeira	RG	3208476-97
Título de Eleitor	033750970710	Seção	0219
Cep	63.260-000	Estado Civil	Solteira
Pai	João Antonio Francisco		
Mãe	Geracina Barbosa Dantas		

Documentos Pessoais

01	CPF	X
02	RG	X
03	Certidão de Casamento/ Nascimento	X
04	Certificado de Reservista	
05	Título de Eleitor	X
06	Comprovante de Endereço.	X
07	Comprovante de que é Brasileiro	
08	Certidão de Quitação Eleitoral.	

09	Certidão da Justiça Federal.	
10	Certidão da Justiça Estadual	
11	Certidão da Receita Federal	
12	Declaração que não estar em Mandato Eletivo	
13	OUTROS DOCUMENTOS.	

BREJO SANTO, SETEMBRO DE 2015

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3208476- 97 DATA DE EXPEDIÇÃO 28.05.97

NOME MARIA CLÁUDIA BARBOSA

FILIAÇÃO João Antonio Francisco Geracina Barbosa Dantas

Missão Velha= CE 14.04.1973
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM Cert. Nas. Nº11 152, Lv. A-37, Fls. 214v
Cart. de Missão Velha= CE

CPF

PORTALESSA ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

MOD. 1 FORMULÁRIO 1/704

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MOD. 1 FORMULÁRIO 1/704

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome MARIA CLAUDIA BARBOSA

Nº de Inscrição 902164403-78

Data do Nascimento 14/04/73

v

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
MARIA CLAUDIA BARBOSA

DATA DE NASCIMENTO 14/04/1973	Nº INSCRIÇÃO 0337 5097 0710	D.V. 070	SEÇÃO 0219
MUNICÍPIO / UF BREJO SANTO/CE		DATA DE EMISSÃO 10/12/2008	

JUIZ ELEITORAL

Luis Sávio de Azevedo Bringel

Juiz Eleitoral

VALIDO SOMENTE COM APLICAÇÃO DA JUSTICA ELEITORAL

Nº DO CLIENTE
907546-1

coelco

Para regular a sua prestação de serviço, utilize o cartão de crédito ou o boleto bancário.

Endereço: Rua Manoel Leite C. Popular, 00211, Capile - Brejo Santo - 63260000

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA | GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº **402920694**

Período: 19 150 0 01 245600 - 5 Data de Emissão: 25/09/2015

Nome: VERA MARIA BARBOSA DANTAS

End. Postal: RU MANOEL LEITE C POPULAR 00211
CAPILE - BREJO SANTO - 63260000

Módioc: 5329623

Classe: 01-RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA Tarifa: 0,00

RG / CPF / CNPJ: 325677233-15

CGI

Nome do Responsável

DATAS	Período	Data de Emissão	Data de Vencimento
Set/2015	25/09/2015	27/10/2015	

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO	Valor
BREJO SANTO	
Jul/2015	100,00
Out/2015	100,00

ICMS	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do ICMS
ISENÇÃO			

Padrão Individual	Valor
Consumo	100,00
Perda	100,00

ÁREA DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

INFORMAÇÕES SOBRE O PAGAMENTO DO CONSUMO	Valor
Consumo (kWh)	100,00
Tarifa (R\$/kWh)	0,00
Valor Total	0,00

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VR. CONSUMO DO MES PREÇO NORMAL	45,51
DESCONTO TARIFA SOCIAL-BAIXA RENDA	-21,84
MULTA MORATORIA REF 08/2015	0,42
DEV. PGTO DUPLICIDADE	-41,51
CORRECAO MONETARIA DO MES	0,09
JUROS DO MES	0,62
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL	9,11
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA	1,11
TAXA DE RELIGACAO	6,49
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 2,39)	

VENCIMENTO **02/10/2015** TOTAL A PAGAR (R\$) **0,00**

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO	Valor
Energia	45,51
Transmissão	-21,84
Distribuição	0,42
Encargos Setoriais	-41,51
Tributos (PIS-COFINS)	0,09
TOTAL	0,00

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)	Valor
102	100,00
94	100,00
81	100,00
105	100,00
107	100,00
106	100,00
108	100,00
96	100,00
101	100,00
105	100,00
103	100,00
105	100,00
112	100,00

CONSUMO CONSCIENTE: EMISSÕES DE CO ₂ (kg/kWh)	Valor
Consumo (kWh)	40,63
Emissões (kg)	0,00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

JACOME

JACOME

ESTADO

DO CEARÁ

COMARCA DE

MISSÃO VELHA

CARTÓRIO

JACOME

Pr

Ofício

Sei. José Acelino Jácome Carvalho
Oficial Substituto do Registro Civil

Joselino
Agenor Tavares Jácome
— Escreventes —

REGISTRO CIVIL

CERTIDÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO

Certifico que, às folhas 278 do livro Nº A 1 sob
o Nº. de ordem 1, foi lavado o registro de nascimento de
JOSE ACELINO JACOME CARVALHO nascido a
10 de maio de mil e novecentos e 54
1914, às 10 hor e 10 minutos, em

natural de MISSÃO VELHA
e de Dona JOSEFA JACOME CARVALHO
natural de MISSÃO VELHA
São os avós paternos JOSE ACELINO JACOME CARVALHO
e Dona JOSEFA JACOME CARVALHO
e avós maternos JOSE ACELINO JACOME CARVALHO
e Dona JOSEFA JACOME CARVALHO

Foi declarante JOSE ACELINO JACOME CARVALHO
e serviram de testemunhas: JOSE ACELINO JACOME CARVALHO

Assento feito em 10 de maio de 1914
OBSERVAÇÕES: JOSE ACELINO JACOME CARVALHO

O referido é verdade e dou fé.

Missão Velha, 10 de maio de 1914

Oficial Substituto do Registro Civil

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ.
CNPJ 01.917.206/0001-43

Presidente	Francisco Farias da Penha Filho		
Endereço	Rua Domingos Gomes da Silva, 265		
Bairro	Centro		
Cidade	Brejo Santo	Est.	CE
Data de Nasc.	06/06/1972	Idade	43 Anos
Nacionalidade	BRASILEIRA	CPF	477.743.473-72
Profissão	Pequeno Empresario	RG	94003030472
Título de Eleitor	033007710736	Seção	231
Cep	63.260-000	Estado Civil	Casado
Pai	Francisco Farias da Penha		
Mãe	Maria Linhares da Penha		

Documentos Pessoais

01	CPF	X
02	RG	X
03	Certidão de Casamento/ Nascimento	X
04	Certificado de Reservista	X
05	Título de Eleitor	X
06	Comprovante de Endereço.	X
07	Comprovante de que é Brasileiro	
08	Certidão de Quitação Eleitoral.	

09	Certidão da Justiça Federal.	
10	Certidão da Justiça Estadual	
11	Certidão da Receita Federal	
12	Declaração que não estar em Mandato Eletivo	
13	OUTROS DOCUMENTOS.	

BREJO SANTO, SETEMBRO DE 2015

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 94003030472 DATA DE EXPEDIÇÃO 31/12/2014

NOME FRANCISCO FARIAS DA PENHA FILHO

FILIAÇÃO FRANCISCO FARIAS DA PENHA MARIA LINHARES DA PENHA

NATURALIDADE NOVA RUSSAS - CE DATA DE NASCIMENTO 06/06/1972

DOC. ORIGEM CERT. CASAMENTO CARTÓRIO: 1 OFÍCIO TERMO: 0001954 FOLHA: 141 LIVRO: B-0008 FORTALEZA - CE

CPF 47774347372

2 VIA

Arurina Santiago Dantas
ASSINATURA DO DIRETOR

P.: 1

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GREG & SONS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PERÍCIAS BIOMÉTRICAS

POLEGAR DIREITO

Francisco Farias da Penha Filho
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GREG & SONS

RECÍBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - OPÇÃO PELO DESCONTO SIMPLIFICADO
DECLARAÇÃO ORIGINAL

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

CPF do declarante	Nome do declarante	Telefone
477.743.473-72	FRANCISCO FARIAS DA PENHA FILHO	
Endereço	Número	Complemento
RUA DOMINGOS GOMES DA SILVA	265	
Bairro/Distrito	CEP	Município
	63260-000	BREJO SANTO
		UF
		CE

	(Valores em Reais)
TOTAL RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	43.166,67
IMPOSTO DEVIDO	1.656,99
IMPOSTO A RESTITUIR	514,21
SALDO DO IMPOSTO A PAGAR	0,00
IMPOSTO A PAGAR	
GANHO DE CAPITAL - MOEDA EM ESPÉCIE	0,00
RESTITUIÇÃO	
CÓDIGO DO BANCO	001
AGÊNCIA BANCÁRIA	0640
CONTA PARA CRÉDITO	12629-2

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL

Cartório Nicodemos Feitosa - 1º. Ofício

Ed. Pekim, S/A - Térreo - - Rua José Matias Sampaio, 39

63.260-000 - BREJO SANTO - CEARÁ - TELEFAX (088) 534-1550

Ed. Feo. Bezerra de Souza Feitosa
Oficial de Registro Civil

Fca. Juanelle de Lucena Feitosa
Substituta

Erivaldo Alves da Silva
Esc. Compromissado

Herlon de Lucena Feitosa
Cícero Póicles de Lucena Feitosa
Maria Goretti dos Santos
Escs. Autorizados

CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIFICO que, sob nº. 1.954, às fls. 141 e v, do Livro-B/ 8
de Registro de Casamentos, verifiquei constar que no dia 04 de setembro
de 2.003, foi feito o casamento de FRANCISCO FARIAS DA PENHA FILHO e
WALDENIA ASSUNÇÃO TAVARES DE OLIVEIRA /=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=

contraído perante o(a) Juiz(a) Especial de Casamento - Cristiana Oliveira
Lima /=/=/=/ e as testemunhas Sebastião Tavares de Moraes, '
Maria do Socorro Tavares de Moraes, Francisco Wiler Lucena Lan-
din e Elaine Bringel Landin. /=/=/=/=/

Ela, nascido em Nova Russas, Estado do Ceará /=/=/=/=/=/=/=/=/=/
aos 06 de junho de 1.972
profissão radialista /=/=/=/=/, domiciliado
e residente nesta cidade /=/=/=/=/; filho de
Francisco Farias da Penha e Maria Linhares da Penha /=/=/=/=/
/=/=/=/=/=/=/=/=/=/

Ela, nascida em Caxias, Estado do Maranhão /=/=/=/=/=/=/=/=/=/
aos 12 de julho de 1.975
profissão professora /=/=/=/=/, domiciliada
e residente nesta cidade /=/=/=/=/; filha de
Valdemar Tavares de Oliveira e Francisca Hermelina Assunção '
Oliveira /=/=/=/=/=/=/=/=/=/

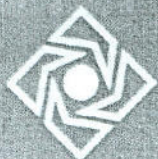
a qual passou assinar-se WALDENIA ASSUNÇÃO TAVARES FARIAS /=/=/=/=/=/
Foram apresentados os documentos a que se refere o art.1525º. I, II e IV /=/
do Código Civil Brasileiro. O casamento foi celebrado sob o regime de Comunhão Par-
cial de Bens. /=/=/=/

Observações:

fcs O referido é verdadeiro e dou fé

Brejo Santo/Ce., 04 de setembro de 2.003

Ed. Feo. Bezerra de Souza Feitosa
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

477 743.473-72

Nome

FRANCISCO FARIAS DA PENHA FILHO

Nascimento

16/05/1972



12.000.000

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
FRANCISCO FARIAS DA PENHA FILHO

DATA DE NASCIMENTO 06/06/1972 Nº INSCRIÇÃO 033007710736 ZONA 70 SEÇÃO 231

MUNICÍPIO / UF BREJO SANTO/CE DATA DE EMISSÃO 03/05/2006

JUIZ ELEITORAL

Wmgs Borges

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

Francisco Farias da Penha Filho

POLEGAR DIREITO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ.
CNPJ 01.917.206/0001-43

Presidente	Maria Welineuda de Moraes Alves		
Endereço	Rua Manoel Leite de Moura, 1280		
Bairro	Centro		
Cidade	BREJO SANTO	Est.	CEARÁ
Data de Nasc.	25/12/1967	Idade	47 Anos
Nacionalidade	BRASILEIRA	CPF	545.691.413-15
Profissão	Domestica	RG	2454502-92
Título de Eleitor	009988620795	Seção	29
Cep	63.260-000	Estado Civil	Casada
Pai	João Evandro de Moraes		
Mãe	Maria Maroli de Moraes		

Documentos Pessoais

01	CPF	X
02	RG	X
03	Certidão de Casamento/ Nascimento	X
04	Certificado de Reservista	
05	Título de Eleitor	X
06	Comprovante de Endereço.	X
07	Comprovante de que é Brasileiro	
08	Certidão de Quitação Eleitoral.	

09	Certidão da Justiça Federal.	
10	Certidão da Justiça Estadual	
11	Certidão da Receita Federal	
12	Declaração que não estar em Mandato Eletivo	
13	OUTROS DOCUMENTOS.	

BREJO SANTO, SETEMBRO DE 2015

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2454502-92 DATA DE EXPEDIÇÃO 07-08-1992

NOME MARIA WELINEUDA DE MORAIS ALVES

FILIAÇÃO João Evandro de Moraes e Maria Maroli de Moraes

Brejo Santo-CE 25-12-1967

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. Cas. N.º 1134, Lv. B-5, Fls. 220

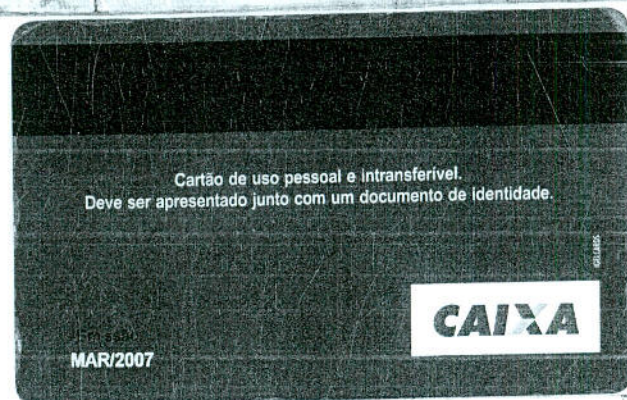
DOC. ORIGEM Cart. Reg. Civil de Brejo Santo-CE.

CPF *** **

PORTA-LETRA-CE

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.446 DE 28.02.1983



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Maria Welineuda de Moraes

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

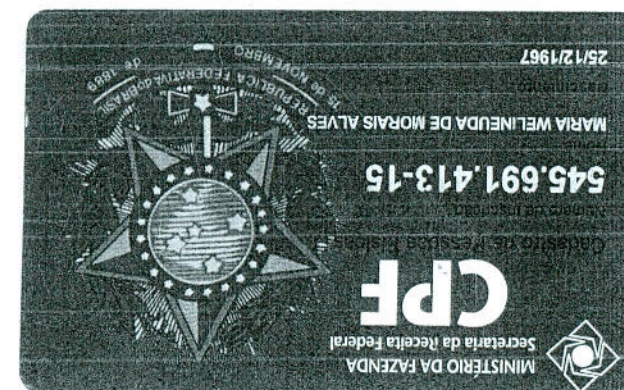
SECRETARIA DA DEFESA PÚBLICA

2-I

Maria Welineuda de Moraes Alves

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

AmBorges

JUIZ ELEITORAL

BREJO SANTO/CE

MUNICÍPIO / UF

24/04/2002

DATA DE EMISSÃO

25/12/1967

009988620795

Nº INSCRIÇÃO

70

ZONA

29

SEÇÃO

MARIA WELINEUDA DE MORAIS

NOME DO ELEITOR

2ª VIA

TÍTULO ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



**FUBA EM PORTALEZA
- GASTÓO ARARPE -**

RECONHECER O N.º 1616
TABELIONATO
1.º de Maio de 1916

REGISTRO CIVIL

ESTADO DE Ceará
COMARCA DE Brejo Santo
~~MUNICIPIO DE Brejo Santo~~
DISTRITO DE Sede

Bel. Francisco Bezerra de Souza Feitosa

Oficial _____ do Registro Civil

CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIFICO que, sob o nº 1.134 --, à fls. 220 --, do livro nº B/5 -- de Registro de Casamentos, verifiquei constar que no dia 01 de setembro -- de 1988 -- foi feito o casamento de MANUEL DE JESUS ALVES DA SILVA E MARIA WELITEUDE DE MORAIS --

contraído perante o Juiz Dra. Francisca Adelinoide Viana
e as testemunhas José Alves da Silva e Maria Ivanilde Figueiredo
do Alves Francisco Nicodemos Sobrinho e Rita de Cássia Araújo
Nicodemos

Ele, nascido em Brejo Santo, Estado do Ceará
profissão de comerciante aos 01 de setembro de 1.946
nesta cidade, domiciliado
João Horaício Alves e Maria Carmelita da Silva, filho de

Ela, nascida em Brejo Santo, Estado do Ceará, aos 25 de dezembro de 1.967, estudante, nesta cidade de João Evaristo de Moraes e Maria Marolinda de Moraes; filha de

a qual passou
Foram apresent
do Código Civ
PARCIAL D

assinar-se MARIA WELINEUDA DE MORAES ALVES
tados os documentos a que se refere o art. 180
Brasileiro. — Observações: regime adotado
BENS

Nos I a IV
o no casamento COMUNHÃO

O referido
Brejo San é verdade e dou fé.
D. B. e S. o Ceará 01 de setembro de 1988

FIXO

CNPJ: 33.000.118/0015-74 - INSC. ESTADUAL: 06.106.205-7
AV. SANTOS DUMONT, 6355 - FORTALEZA - CE CEP: 60175-053
MATRIZ CNPJ: 33.000.118/0001-79

PAG.: 1/4

85915933



0418 - CTCE FORTALEZA CE PL5
MARIA WELINEUDA DE MORAIS ALVES
RUA MANOEL LEITE MOURA, 1280
CENTRO
63260-000 BREJO SANTO-CE



7213512820062890000003724530030715

EM FRENTE PANIFICADORA PAO QUENTI

Referência

JUNHO /2015

Telefone

(88) 3531-2076

Vencimento

12/07/2015

Total a pagar

R\$ 123,08

Resumo da sua fatura



OI FIXO.....

R\$ 45,29

OI FIXO

PACOTE DE MINUTOS FIXO-FIXO LOCAL

SERVICOS DIGITAIS

OUTROS PACOTES E SERVICOS MENSAIS

24,30

20,99



OI VELOX.....

R\$ 69,89

OFERTA VELOX E SERVICOS DE BANDA LARGA

ASSINATURA VELOX

ANTIVIRUS + BACKUP + EDUCA

69,89



+



EXCEDENTES, OUTROS SERVICOS E TAXAS

R\$ 7,90

SERVICOS OUTRAS PRESTADORAS E DE TERCEIROS

7,90

A partir de 31 de maio de 2015, os números celulares dos DDDs 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88 e 89 passarão a ter 9 dígitos. Será acrescentado o dígito "9" antes do número atual, passando ao formato: (DDD)9xxx-xxxx.

Mais informações em www.oi.com.br/9digito.

DESTINATÁRIO

Ministério Das Comunicações

Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

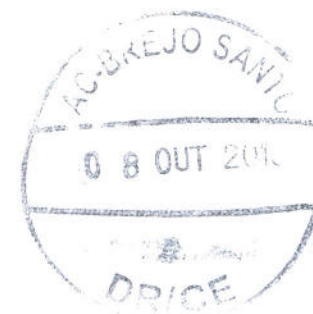
Senhor Samir Amando Granja Nobre Maia

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, Anexo, Ala Oeste – 70044-900 – Brasília - DF

Telefone (61) 2027-6464



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

REMETENTE:

**SOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE
BREJO SANTO
RUA HERÁCLITO ALVES DE MOURA, 199 – 1º ANDAR.
63.260.000 – Brejo Santo - Ceará
CNPJ. 01.917.206/0001-43 – FONES: 3531-1040/1326, CEL: 99965-8657**

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.002998/2014 Localidade / UF: BREJO SANTO/CE
Entidade: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO
Aviso: 5 Publicação: 09/09/1999 Prazo: 30 Canal: 285

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Maria Alves dos Santos	051.710.843-78	Outros	28/09/2015 28/09/2017	
Pedro Alan Barbosa	042.275.643-10	Outros	28/09/2015 28/09/2017	
Juarez Marcos da Silva Novais	836.084.273-68	Outros	28/09/2015 28/09/2017	
Maria Aelinalda Nunes da Silva	763.861.043-15	2º Secretário	28/09/2015 28/09/2017	
Maria Deusilene dos Santos	902.253.333-68	Outros	28/09/2015 28/09/2017	
Erinaldo Feitosa Araújo	233.611.313-91	1º Secretário	28/09/2015 28/09/2017	
Francisca Figueiredo Lopes	830.587.023-53	1º Tesoureiro	28/09/2015 28/09/2017	
Aldenio Leite Moreira Neto	032.925.303-42	2º Tesoureiro	28/09/2015 28/09/2017	
Francisca Maria do Nascimento	545.724.873-91	Vice-Presidente	28/09/2015 28/09/2017	
Ana Furtado de Andrade	025.568.853-94	Outros	28/09/2015 28/09/2017	
PAULO RENATO ALVES PEREIRA	625.464.573-49	Presidente	28/09/2015 28/09/2017	(88) 98105302 (88) 35311040

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: fl. 1 (Requerimento SEI 0016790).
 - 2) Estatuto Social: fls. 2 a 13 (Outros SEI 0767563).
 - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3º;
 - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 5º;
 - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 6º;
 - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 6º;
 - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 7º;
 - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: arts. 8º a 15;
 - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 21 c/c art. 7º;
 - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: Não previsto.
 - 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 15 a 19 (Outros SEI 0767563).
- Presidente: Paulo Renato Alves Pereira;
Vice-Presidente: Francisca Maria do Nascimento;
1º Secretário(a): Erinaldo Feitosa Araújo;
2º Secretário(a): Maria Aelinalda Nunes da Silva;
1º Tesoureiro(a): Francisca Figueiredo Lopes;
2º Tesoureiro(a): Aldenio Leite Moreira Neto;
Coordenador(a): Juarez Marcos da Silva Novais;
Coordenador(a): Pedro Alan Barbosa;

Coordenador(a): Ana Furtado de Andrade;

Suplente: Maria Deusilene dos Santos;

Suplente: Maria Alves dos Santos.

4) Comprovantes de maioridade e nacionalidade: fls. 47, 52/53, 60, 68, 71, 77, 81, 89, 95, 100 e 104 (Outros SEI 0767563).

5) CNPJ: fl. 2 (Requerimento SEI 0016790).

6) Certidão Negativa da Anatel: fl. 27 (Requerimento SEI 0016790).

7) Declaração de conformidade: fl. 15 (Requerimento SEI 0016790).

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 16 a 26 (Requerimento SEI 0016790).

*****PENDÊNCIAS ENCONTRADAS:**

- No estatuto social não há previsão do Conselho Comunitário e do modo de funcionamento.

*****CONCLUSÕES:**

- Foi realizada pesquisa de vínculo político em relação aos dirigentes e não foi verificada irregularidade.

- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 25696/2015/SEI-MC

Processo nº: **53900.002998/2014-11.**
Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento da **ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO** para renovação da autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Brejo Santo**, estado do **Ceará**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21.9.2015 (Norma nº. 1/2015)	Artigo 131, inciso II	Estatuto social adequado ao art. 40.	<p>Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina a Norma 1/2015, conforme o que se expõe abaixo:</p> <p>a. Não há previsão do Conselho Comunitário e do modo de funcionamento, conforme disposição do art. 40, V da Norma 1/2015.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Norma.</p> <p>Observação 1: Eventuais alterações estatutárias deverão ser averbadas junto ao registro inicial do Estatuto, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.</p> <p>Observação 2: Uma vez que esta é a segunda exigência referente à mesma inconsistência, caso não seja corretamente atendida,</p>

		acarretará no indeferimento da renovação da outorga, conforme previsão do art. 132, II da Norma.
--	--	--

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, **intima-se** a entidade para que se manifeste sobre o que acima exposto, apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

4. Informa-se que a entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da entidade interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Chefe de Serviço**, em 17/11/2015, às 10:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 18/11/2015, às 14:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0826263** e o código CRC **838231D0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 37839/2015/SEI-MC

Brasília, 17 de novembro de 2015

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da **ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO**

Rua Heráclito Alves de Moura, nº 199 - 1º andar

63.260-000 - Brejo Santo - CE

CNPJ nº 01.917.206/0001-43

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.002998/2014-11.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 25696/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 18/11/2015, às 14:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0826305** e o código CRC **8F94526C**.

Data de Envio:

23/11/2015 10:31:08

De:

MC/SEARC (SEI-MC) <searc.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

padrepedrofm@hotmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.002998/2014-11

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_0826305.html

Nota_Tecnica_0826263.html

**ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO**

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ – CNPJ 01.917.206/0001-43

Em 23 de Novembro de 2015.

Ofício Nº 078/2015.

Excelentíssimo Senhora Doutora

Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele.

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: 53900.002998/2014-11.

Ref: **NOTA TÉCNICA Nº 25696/2015/SEI-MC**

Assunto: **Constatação de pendências.**

Excelentíssima Coordenadora:

Venho através desde, em atendimento a solicitação feita por Vossa Excelência no Ofício de Nº Ofício nº 37839/2015/SEI-MC, do qual consta o seguinte:

Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina a Norma 1/2015, conforme o que se expõe abaixo:

a. Não há previsão do Conselho Comunitário e do modo de funcionamento, conforme disposição do art. 40, V da Norma 1/2015.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Norma.

Observação 1: Eventuais alterações estatutárias deverão ser averbadas junto ao registro inicial do Estatuto, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Observação 2: Uma vez que esta é a segunda exigência referente à mesma inconsistência, caso não seja corretamente atendida, acarretará no indeferimento da renovação da outorga, conforme previsão do art. 132, II da Norma.

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 01/12/15 às 16:30 horas

Assinatura: Conceição

Diante do exposto acima, passamos, a esclarecer o seguinte:

a)-O CONSELHO COMUNITÁRIO DE COMUNICAÇÃO da Rádio Comunitária PADRE PEDRO FM 104.9 , foi criado pela Resolução Complementar Nº 004 de 10 de Dezembro de 2008; com base no **artigo 25 do Estatuto desta Associação, e averbado ao referido Estatuto; conforme registro em Cartório; vejamos o que diz:**

Art.25º)-Os casos omissos neste Estatuto, serão resolvidos através de Resolução Complementar, aprovada por 2/3 (dois terço) dos Membros da Diretoria.

Pronto a outros esclarecimentos, antecipamos desde já, nossos melhores agradecimentos.

Cordialmente



Paulo Renato A. Pereira -Presidente

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 25696/2015/SEI-MC

Processo nº: **53900.002998/2014-11.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento da **ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO** para renovação da autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Brejo Santo**, estado do **Ceará**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21.9.2015 (Norma nº. 1/2015)	Artigo 131, inciso II	Estatuto social adequado ao art. 40.	<p>Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina a Norma 1/2015, conforme o que se expõe abaixo:</p> <p>a. Não há previsão do Conselho Comunitário e do modo de funcionamento, conforme disposição do art. 40, V da Norma 1/2015.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Norma.</p> <p>Observação 1: Eventuais alterações estatutárias deverão ser averbadas junto ao registro inicial do Estatuto, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.</p> <p>Observação 2: Uma vez que esta é a segunda exigência referente à mesma inconsistência, caso não seja corretamente atendida, acarretará no indeferimento da renovação da outorga, conforme previsão do art. 132, II da Norma.</p>

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, **intima-se** a entidade para que se manifeste sobre o que acima exposto, apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.
4. Informa-se que a entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da entidade interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele**, **Chefe de Serviço**, em 17/11/2015, às 10:39, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 18/11/2015, às 14:53, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0826263** e o código CRC **838231D0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ – CNPJ 01.917.206/0001-43

Resolução Complementar Nº 004 de 10 de Dezembro de 2008.

Cria o CONSELHO COMUNITÁRIO DE COMUNICAÇÃO da Rádio Comunitária PADRE PEDRO FM 104.9, e da outras providências.



2011/085
05.455.288/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Rua de Lacerda 188
63.260-000
CE - CE

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO – CEARÁ – CNPJ 01.917.206/0001-43

Resolução Complementar Nº 004 de 10 de Dezembro de 2008.

Cria o CONSELHO COMUNITÁRIO DE COMUNICAÇÃO da Rádio Comunitária PADRE PEDRO FM 104.9, e da outras providências.

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, usando das atribuições que lhe são conserferidas pelo Artigo 25 deste Estatuto,

RESOLVE:

CAPÍTULO I **DA DURAÇÃO E DOS OBJETIVOS**

Art.1º)-Criar o Conselho Comunitário de Comunicação, da Rádio Comunitária PADRE PEDRO FM, com sede a Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000, nesta cidade de BREJO SANTO, Estado do Ceará, é uma entidade civil, de caráter privado, sem fins lucrativos, instrutiva, e terá duração por tempo indeterminado.

Art.2º)-Conselho Comunitário de Comunicação tem por finalidade primordial será o de acompanhar a programação da Rádio Comunitária PADRE PEDRO FM, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no artigo 4º da Lei 9.612/98, que regulamentou o Serviço de Radiodifusão Comunitária;

Parágrafo Único-Para todos os efeitos, as denominações: **Conselho Comunitário de Comunicação e CC** equivalem-se no texto do presente Estatuto.

Art.3º)-Para ser considerada Entidade Associada ao Conselho Comunitário de Comunicação será necessário a entidade possuir sede e representatividade no Município.

Parágrafo Único-Somente serão aceitas como filiadas as Entidades da Sociedade Civil sem fins lucrativos.

05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Rocha de Lucena 163

Está Conforme o Original, com
feri autentico de acordo com o
Art. 7º, V. Lei 8935/94. Dou 16
Brejo Santo, 28/11/11

Erivaldo Pereira Silva
Escritor

Escritor

Cartório de Fezesa
- OFICINA -
BREJO SANTO - CE



Art.4º)-O Conselho Comunitário reunir-se-á a cada 03 (três) meses para analisar a dinâmica das atividades desenvolvidas na programação da Rádio Comunitária FM, verificando a adequada programação para divulgação de planos e realizações da Associação, para o desenvolvimento da comunidade.

Art.5º)-O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.

Art.6º)-A Rádio Comunitária PADRE PEDRO FM manterá sempre disponível o ato que constituiu e estabeleceu a composição do Conselho Comunitário, bem como atualizado todos os dados pessoais dos seus membros, tendo em vista qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações.

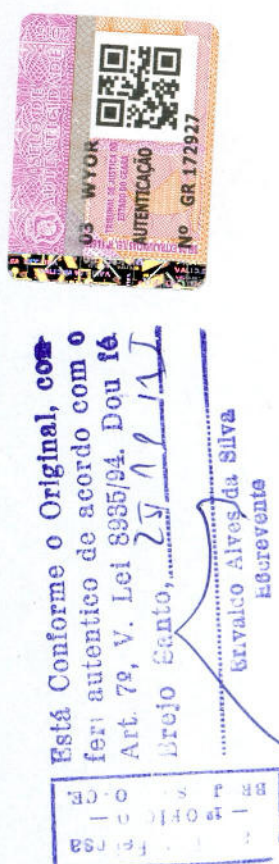
CAPITULO II **DOS MEMBROS ASSOCIADOS**

Art.7º)-São direitos dos associados:

- a)-Ter voz e voto nas assembléias;
- b)-Ter acesso a qualquer documento oficial da entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito à Diretoria, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião de Diretoria;
- c)-Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade ou através de convênios.
- d)-Participar de todas as reuniões desde Conselho e de todas as atividades da Radio Comunitária PADRE PEDRO FM;
- e)-Encaminhar Moções, observações e sugestões ao Conselho Editorial.

Art.8º)-São deveres dos Associados:

- a)-Comparecer às Assembléias Gerais Ordinárias-AGO;
- b)-Comparecer às Assembleias Gerais Extra-Ordinária-AGEo;
- c)-Comparecer às Assembléias Gerais Eleitorais-AGE;
- d)-Zelar pelo cumprimento do presente Regimento Interno; e
- e)-Votar e ser votado;



05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
R. do Luceaa 162

f)-Informar a este Conselho qualquer violação à dignidade humana, cometida pela emissora de Radio Comunitária PADRE PEDRO FM.

CAPITULO III **DAS PENALIDADES**

Art.09º)-Em qualquer um dos Atos de Suspensão ou Destituição de Função, será assegurado e garantido o direito de defesa ao acusado;

Parágrafo Primeiro- A entidade que faltar a duas Assembleia Gerais Ordinárias sem justificativa ou não se fizerem presentes nas Assembleia Geral Eleitoral, ocorridas neste período, serão convocados pela Coordenação Administrativa para justificar sua ausência. Caberá a AGO, por maioria absoluta, decidir ou não a continuidade dos faltosos no seu Quadro Social.



CAPITULO IV **ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE**

Art.10º)-São órgãos do Conselho Comunitário de Comunicação:


- a)-Assembléia Geral, e
- b)-Diretoria Adminstrativa.

Art.11º)- A Assembléia Geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez por ano, sempre no primeiro trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas do exercício anterior pela Diretoria Administrativa, aprovação do plano ação anual e discussão de assuntos gerais da Entidade e/ou das comunidades desenvolvidas.

Parágrafo Primeiro-A convocação deverá ser feita com antecedência de, no mínimo, oito dias, através de edital afixado na sede e estúdios da entidade e correspondência, com divulgação de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, onde constarão o dia, o local, o horário e pauta da reunião.

Parágrafo Segundo-A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria Administrativa, ou por pelo menos 1/3 dos associados em dia com suas obrigações estatutárias, através de abaixo-assinado encaminhado à Diretoria no prazo mínimo de 10 dias do recebimento para convocação da AG.

Está Conforme o Original, com
 fei autêntico de acordo com o
 Art 7º, V. Lei 8935/94. Dou 16.
 Brejo Santo, 27/11/25
 Ezequiel Alves da Silva
 Escrevente


 05.455.266/0001-42
 CARTÓRIO MATIAS

Rua. Dionísio Rocha de Lucena 163

Centro - CEP 63.260-000

Parágrafo Terceiro-A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados e, em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número de presentes.

CAPITULO V **DAS ENTIDADES ASSOCIADAS**

Art.12º)- A representação das entidades associadas no Conselho Comunitário de Comunicação se dará da seguinte forma:

I-Até 500 (quinhentos) associados ou filiados na entidade, esta terá 01(um) representante Titular e 01 (um) Suplente;

II-Acima de 501 (quinhentos e um) associados ou filiados na entidade, esta terá 02(dois) representantes Titulares e 02(dois) Suplentes;

III-Entidades de representação que não têm filiados ou associados, com sede neste município, esta terá 01 (um) representante Titular e 01(um) suplente.

Art.13º)-ODiretoria Administrativa do Conselho Comunitário, reunir-se-á mensalmente, em data, hora e local por ela determinada e, extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente desta Assopciação, Diretor Geral deste Conselho, ou por 1/3 dos membros do ConselhoEditorial.

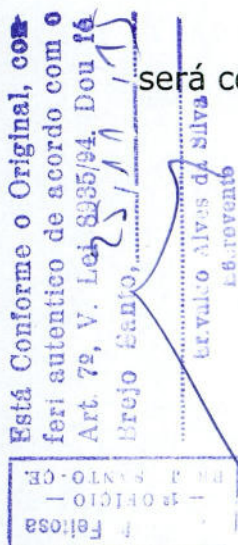
Art.14º)-A Diretoria do Conselho Comunitário de Comunicação, será composta de 02(dois) cargos, a saber:

- a)-Presidente
- b)-Secretário Geral

Parágrafo Primeiro-Havendo vacância no cargo de Presidente assume imediatamente o Secretário Geral.

Parágrafo Segundo-A vacância será caracterizada pela ausência do diretor a duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternadas sem justificativa aceita pelo coletivo, ou por motivos pessoais, o que deverá ser comunicado por escrito.

Art.15º)- A Diretoria deste Conselho poderá ser substituída no todo ou em parte pela AGE convocada com este fim específico, nos casos de incúria ou nos casos comprovados de atitude, ato ou omissão que comprometa os objetivos da entidade, ou desvirtue suas finalidades estatutárias. No caso de substituição total da DiretoriaAdministrativa, será eleita uma Comissão Coordenadora Provisória, composta por três representantes associados que administrará a Entidade até a eleição de nova diretoria.



05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS

Parágrafo Primeiro- Os pareceres e as deliberações do Diretoria deste Conselho serão registrados em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos.

Parágrafo Segundo- Os membros suplentes poderão, obedecida a ordem de súplica, substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos faltosos.

CAPITULO VI **DAS ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA**

Art.16º)- Caberá à Diretoria Administrativa, coletivamente:

a)-traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em AG;

b)-convocar as Assembleias Gerais;

c) indicar um de seus membros ou um de seus associados para representar a Entidade em atos públicos ou em outros eventos no caso do impedimento do Diretor Geral ou nos casos que julgar conveniente;

d)-elaborar relatórios trimestrais das atividades, realizações e atos administrativos;

e)-apresentar relatório de avaliação trimestralmente sobre a Programação da emissora de rádio à Associação Comunitária;

f)-aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que venham a ser implementados e/ou administrados pela Emissora de Rádio.

g)-aprovar modificações feitas na grade de programação da Emissora.

Art.17º)- Caberá a cada a cada Membro da Diretoria individualmente:

a)-executar com zelo e pontualmente as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;

b)-manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;

c)-representar a Entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria;

05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS

d)-assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções.

Art.18º)-Caberá ao Diretor Geral:

- a)-coordenar as reuniões de Diretoria e Assembléia Geral;
- b)-representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
- c)-assinar juntamente com o Secretário Geral, as atas e demais documentos de circulação interna e externa;

Art.19º)- Caberá ao Secretário Geral:

- a)-secretariar as reuniões de Diretoria e as sessões de AG, lavrar e assinar com o Diretor Geral as respectivas atas;
- b)-preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, juntamente com o Diretor Geral;
- c)-manter o cadastro de associados atualizado;
- d)-manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários deste Conselho.

Art.20º)- O quorum mínimo para decisão nas reuniões da Diretoria é de quatro membros (50% mais 01 - um). Em caso de empate nos processos de votação o assunto deverá ser remetido à próxima reunião ordinária ou extraordinária - onde tentar-se-á a solução do impasse.

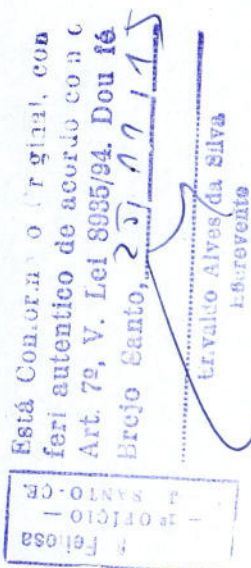
CAPITULO VII **DAS ELEIÇÕES**

Art.21º)-O Conselho Comunitário de Comunicação será constituído por no mínimo 05 (cinco) e no máximo por 15 (quinze) Membros Titulares e Suplentes, de ilibada reputação, representantes de entidades legalmente constituídas no município, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas, rurais ou de moradores, eleitos em Assembleia Geral para mandato de 03(três) anos.

Parágrafo Primeiro-Para concorrer as Eleições do Conselho Comunitário de Comunicação, as Chapas estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral Eleitoral, por requerimento a Comissão Eleitoral, acompanhada de nominata

05.455.26610001-42
CARTÓRIO MATIAS

Fça. Dionísio Rocha de Lucena 163



completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros.

Parágrafo Segundo- Será permitido a re-eleição uma única vez.

Parágrafo Terceiro- É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

Parágrafo Quarto- A Diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral.

Parágrafo Quinto- A Associação deverá editar Resolução Complementar com Normal Gerais e Calendário para a realização das Eleições.



CAPITULO VIII

DAS ENTIDADES ASSOCIADAS

Art.22º)- Neste primeiro momento de criação do Conselho Comunitário de Comunicação, apenas 05(cinco) Entidades enviaram Representantes, a saber:

- I-Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejo Santo.
02 (dois) representantes Titulares e 02(dois) Suplentes;
- II-Igreja Evangelica Assembleia de Deus.
01 (um) representante Titular e 01 (um) Suplente;
- III-Loja Maçônica Cavalheiros da Harmonia Nº 59
01 (um) representante Titular e 01 (um) Suplente;
- IV-Igreja Apostólica Vitória
01(um) representante Titular e 01 (um) Suplente;
- V-Igreja Santuário do São Francisco
01(um) representante Titular e 01 (um) Suplente;

Parágrafo Único- As Entidades de que trata este Artigo, deverá num prazo de 30(trinta) dias, escolherem seus Representantes, cabendo, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejo Santo, a indicação de 02(dois) Membros, sendo 02(dois) Titulares e 02(dois) Suplentes, e as demais entidades apenas a indicação de 01(um) Titular e 01(um) Suplente.

05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS

Pça. Dionísio Rocha de Lucena 162

Está Conforme o Original, com
feri autêntico de acordo com o
Art 7º, V. Lei 8935/94. Dou 14
Brejo Santo, 27/11/11
Clevaio Alves da Silva
Legislação

CAPITULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art.23º)-O Conselho Comunitário, não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art.24º)-Os Associados não respondem subsidiamente pelas obrigações contraídas pela diretoria deste Conselho Comunitário.

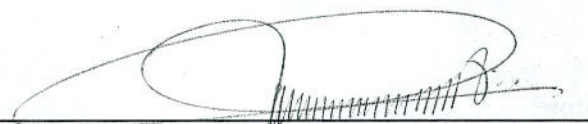
Art.25º)-Esta Resolução poderá ser alterado em reunião plenária convocadaespecialmente para este fim, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro-As propostas de alterações somente serão acolhidas desde que sejam aprovadas por 2/3 (dois terços) dos Conselheiros membros.

Parágrafo Segundo-Os casos omissos nesta Resolução deverão ser objeto de deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo.

Art.26º)-Esta Resolução entra em vigor na data de publicação e aprovação em assembleia Geral Extraordinária.

Brejo Santo-Ce;10 de Dezembro de 2008.



Francisco José Pereira.
Presidente



ANA FURTADO DE ANDRADE
Secretária

Está Conforme o Original, com
fer autentico de acordo com o
Art 7º, V, Lei 835/94. Dou fé
Brejo Santo, 28/12/15

Elivaldo Alves da Silva
Escrivento

ARTÓRIO SILVABRITO CPF 068.008.233-68 Rua Manoel Lins, 162 Jati - Ceará	Reconheço verdadeira (s) a (s) firma (s)
	De: Francisco José Pereira e Ana Furtado de Andrade - 1-
	Em testº <u>Am</u> da Verdade.
	Jati-Ceará 08 de 10 de 2015
<input type="checkbox"/> BEL WILVAN DA SILVA BRITO - 2º Tabelião Público <input checked="" type="checkbox"/> MARIA VILMA SILVA BRITO - Esc. Substituta	

CARTÓRIO SILVABRITO
 RUA MANOEL LUIS, 03
 JATI - CEARÁ
 BOC/MF Nº 05455266/0001-42
 CENTRO - CEP 83.164
 Del Wilvan da Silva Brito
 TABELIAO PÚBLICO

Firma no Cartório Atipico
FORTALEZA - CEARÁ



05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS

CARTÓRIO SILVA

Largo Luiz Bezerra, 135

(88) 3575 1153 - Jati - CE

Wilton da Silva Brito

Oficial do Registro Civil

Maria da Silva Brito

Wilton da Silva Brito

S9EZ 11

REGISTRAR

Registro de Títulos, Documentos

Civil e de Pessoas Jurídicas

Nº AG 133.722



CERTIDÃO
CERTIFICO que o(s) presente Resolução
Complementar nº 004 de 10 de De-
zembro de 2008
foi registrado(a) no Livro A101
de Reg. de Pessoas Jurídicas
deste Cartório do 2º Ofício, às fls. 99V/99, sob
o nº de ordem 055, nesta data e foram feitas
as devidas anotações. Protocolo nº 3673
O Certificado é verdadeiro. Dou fé.
Jati CE, 08 de Outubro de 2015

Wilton da Silva Brito
Tabelião Oficial e Notário do
1º Ofício da Comarca Jati - CE

05.455.357/0001-88
CARTÓRIO SILVA
Largo Luiz Bezerra, 135
CENTRO - CEP 63.275-000
JATI - CE

CERTIDÃO

CERTIFICO que o(s) presente Resolução
Complementar nº 004 de 10 de
12/2008 retirado por Averbado

(foi registrado(a) no Livro A-09
de Registro de Pessoas Jurídicas
deste Cartório do 2º Ofício, às fls. 114/118, sob
o nº de ordem AV-03/297, nesta data e foram feitas
as devidas anotações.

O certificado é verdadeiro. Dou fé.
Brejo Santo - CE, 24 de 11 de 2015

Engracia Leite Brasil Sampaio de Lucena

Substituta

05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS

Pça. Dionísio Rocha de Lucena 162
Centro - CEP 63.260-000

CERTIFICO que foram
devidas anotações à margem nº 297 do
Registro dos Estatutos, no Livro A-3 de
Registro de Pessoas Jurídicas deste Cartório.
Dou fé. Eu, Engracia Leite Brasil Sampaio de Lucena

Engracia Leite Brasil Sampaio de Lucena
- Substituta -

12 de Fevereiro de 2015
1º Ofício - JATI - CE

Está Conforme o Original
feri autentico de acordo com o
Art 72, V, Lei 8935/94. Dou fé
Brejo Santo, 25/11/15

Erivaldo Alves da Silva
Escritor



ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO - CEARÁ - CNPJ 01.917.206/0001-43

**RESOLUÇÃO COMPLEMENTAR Nº 005 de 30
de DEZEMBRO de 2008.**

**Institui o Conselho Editorial da RADIO
COMUNITÁRIA PADRE PEDRO FM104.9
e da outras providencias.**



ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE **BREJO SANTO**

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000

RESOLUÇÃO COMPLEMENTAR Nº 005 de 30 de DEZEMBRO de 2008.

Institui o **Conselho Editorial da RADIO COMUNITÁRIA
PADRE PEDRO FM** e da outras providencias.

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 25º do seu Estatuto, e com objetivo de Regular a Resolução Nº 002/08,

RESOLVE:

CAPITULO I **DA NATUREZA E DA ESTRUTURA**

Art.1º)-A RADIO COMUNITÁRIA PADRE PEDRO FM, criada pela Resolução Complementar Nº 001 de 19 de Abril de 1997, desta Associação de Desenvolvimento Comunitário, terá seu funcionamento, administração e operacionalização regida por esta Resolução.

Art.2º)-A Rádio COMUNITÁRIA PADRE PEDRO FM será administrada pelo um Conselho, denominado de Conselho Editorial, e será o órgão de deliberação desta emissora.

SEÇÃO I **DO CONSELHO EDITORIAL**

Art.3º) Consciente do papel que este Conselho Editorial poderá desempenhar, ao assumir, integralmente essas funções e objetivos, é necessário acentuar que cabe a este Conselho:

I-PRODUIR e veicular programas sócio-educativos e culturais;

05.455.288/0001.42
CARTÓRIO MATIAS

II-DIVULGAR e promover, junto à comunidade, as diversas manifestações da cultura, no sentido de enriquecê-las e preservá-las;

III-DESPERTAR através da informação e do debate sobre os principais problemas da comunidade, atitudes de reflexão que proporcionem a descoberta de soluções criativas;

IV-OFERECER à comunidade entretenimento e informações que proporcionem elevação do nível de qualidade de vida da população;

V-CONTRIBUIR para a formação de profissionais de Comunicação Social, através da oferta de estágio e de incentivo à capacidade criadora dos estudantes;

VI-POSSIBILITAR aos diversos segmentos da população o acesso à livre expressão da sua subjetividade, das suas opiniões e de sua identidade cultural;

VII-GARANTIR que a produção cultural de grupos, regionais e locais seja difundida e garantindo ainda que, a imensa diversidade cultural, inclusive pelas dimensões de etnia, gênero, opção sexual, política, religião etc., esteja devidamente contemplada;

Art.4º)–O Conselho Editorial, será composto por 05(Cinco)

Membros:

- I- um Diretor Geral
- II- um Diretor Administrativo
- III-um um Diretor de Operações
- IV-um Diretor Financeiro.
- V-um Diretor de Cultura, Esportes e Eventos

Art.5º)–Compete a cada Diretor:

I-Ao Diretor Geral, compete:

a)-elaborar a programação da emissora juntamente com os membros e apresenta-las ao Conselho Comunitário

b)-representar a emissora de Radio Comunitária FM, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria;

c)-assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis;

d)-praticar todos os atos necessários à administração da emissora de radio, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;



05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS

e)-apreciar os planos de ação administrativa da Rádio COMUNITÁRIA PADRE PEDRO FM, aprovado em Assembleia Geral desta Associação;

f)-fixar normas disciplinadoras de funcionamento interno da emissora;

g)- elaborar planos e projetos relativos à programação e atividades da Rádio;

h)-apresentar relatórios mensais e anuais ao Conselho Comunitário;

i)-planejar, coordenar, acompanhar e realizar as atividades de programas jornalísticos, flashes ao vivo, cobertura de eventos e boletins, compatíveis com a finalidade e os objetivos da Rádio, atendendo aos interesses da comunidade;

j)-realizar pesquisas nas fontes adequadas para a produção de notícias e produzir programas jornalísticos enfatizando a análise e a interpretação dos fatos na comunidade de Brejo Santo;

l)-realizar intercâmbio e cooperação técnica com outras emissoras que contribuam para melhoria das atividades de jornalismo

II-Ao Diretor Administrativo compete:

a)-gerir as atividades administrativas da Rádio Comunitária FM, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a Contratos e outras correspondencia;

b)-coordenar o horario de trabalho de cada colaborador na emissora de radio e cuidar da manutenção dos equipamentos da emissora;

c)-outras atividades determinadas pelo Diretor Geral.

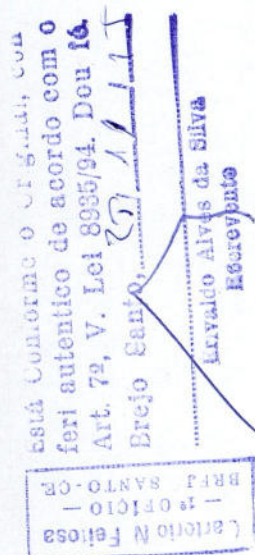
III-Ao Diretor de Operações compete:

a)- implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos,

b)- fixar normas disciplinadoras de funcionamento interno da emissora;

c)- aprovar planos, programas e projetos relativos à programação e atividades da Rádio Comunitária FM;

d)- outras atividades determinadas pelo Diretor Geral.



05.455.266/0001-42
 CARTÓRIO MATIAS
 Pça. Dionísio Rocha de Lucena 162
 pg. 202 - CEP 63.260-000

IV-Ao Diretor Financeiro Compete:

- a)-gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão;
- b)-promover a integração da comunidade com o serviço prestado;
- c)-assinar juntamente com o Diretor Geral, os cheques, contratos financeiros e convenios;
- d)- divulgar mensalmente a prestação de contas da emissora, enviando cópias Conselho Comunitário;
- e)-Outras atividades determinada e autorizada pelo Diretor Geral.

V-Compete ao Diretor de Cultura, Esportes e Eventos:

- a)-Atualizar o site da radio na Internet;
- b)-buscar parcerias com associações, sindicatos, visando um melhor funcionamento da emissora;
- c)-elaboração de cartazes; adesivos, murais; promover encontros; cursos de extensão cultural, etc;
- d)-estabelecer parcerias com escolas, clube esportivos, pontos de cultura e outros órgão de esporte,cultura e lazer;
- e)-executar o cerimonial de eventos promovidos pela Rádio;
- f)-promover o atendimento ao ouvinte e o agendamento de visitas à emissora; e articular a criação do Conselho de Comunitário.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho Editorial serão nomeados ou demitidos pelo Presidente desta Associação, através de Portarias.

Art.6º)- O Conselho Editorial se reunirá mensalmente ou em caráter extraordinariamente, mediante convocação do Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário ou quando convocado pelo Diretor Geral ou pela maioria simples dos seus membros.

Art.7º)- O Conselho Editorial, somente deliberará com a presença de no mínimo metade mais um de seus membros e as decisões serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, cabendo ao Diretor Geral o voto de qualidade, em caso de empate.

§1º)- O Diretor Geral, será o Presidente do Conselho Editorial da Radio COMUNITÁRIA PADRE PEDRO FM .

05.455.26610001-42
CARTÓRIO MATIAS

§2º)- As atribuições dos demais membros da Diretoria do Conselho Editorial, que não conste nesta Resolução, serão determinadas pelo Diretor Geral através de Portaria.

Art.8º)-As reuniões do Conselho Editorial serão lavradas Atas em livro próprio.

SEÇÃO II **DO CONSELHO COMUNITÁRIO**

Art.9º)- O Conselho Comunitário, será eleito em Assembléia Geral para mandato de 03 (três), será composto por, no mínimo, cinco pessoas (Titulares) e 05 (cinco) Membros Suplentes, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.



§1º)- O Conselho Comunitário cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação;

§2º)- O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei;

§3º)- A Rádio Comunitária Padre Pedro FM manterá sempre disponível o ato que constituiu e estabeleceu a composição do Conselho Comunitário, bem como atualizado todos os dados pessoais dos seus membros, tendo em vista qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações.

§4º)-Cada titular terá um suplente exclusivo e este somente exercerá o direito de voto quando no exercício de titularidade.

CAPITULO II **DAS ELEIÇÕES**

Art.10º)-Para concorrer as Eleições do Conselho Comunitário de Comunicação, as Chapas estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão Eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros.

§1º)- É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.



05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
R. R. Rocha de Lucena 162

§2º)- A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral.

§3º)- A Associação deverá editar Resolução Complementar com Normal Gerais para a realização das Eleições.

CAPITULO III **DA PROGRAMAÇÃO MINIMA**

Art.23º)- Minimamente a programação deverá constar de:

- a)-espaço garantido aos segmentos organizados da sociedade civil para divulgação de seus trabalhos e reivindicações, observada apenas a adequação de horário na programação;
- b)-reserva de espaço semanal para programação rotativa de programas produzidos por pessoas das comunidades, dentro das especificações técnicas definidas pelo Diretor de Programação da Emissora de Rádio, esse espaço deverá funcionar como laboratório de radiodifusão;

CAPITULO IV **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art.15º)- A programação produzida pela Rádio Comunitária, deverá ser gravada e mantida em arquivo por no máximo 90 (noventa) dias.

Art.16º)- A Rádio COMUNITÁRIA PADRE PEDRO FM , será regida por esta Resolução, e pela legislação em vigor.

Art.17º) - Os casos omissos serão solucionados pelo Conselho Editorial ou pela Diretoria Administrativo da Associação de Desenvolvimento Comunitário , conforme cada caso específico.

Art.18º)-A presente Resolução entra em vigor nada de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Brejo Santo-CE, 30 de Dezembro de 2008.

João José Pereira.
Presidente

Ana Furtado de Andrade
Secretária.



CARTÓRIO SILVABRITO CPF: 068.008.233-68 Rua Manoel Lins, 162 Jati - Ceará	Reconheço verdadeira (s) a (s) firma (s) De <u>Francisco José Pereira e</u> <u>Ana Furtado de Andrade - 1 -</u> - 2 - 1 - 2 - 2 - 1 - Em testº <u>Amv</u> da Verdade. Jati-Ceará 08 de 201 de 2015 <u>Maria Vilma Silva Brito</u> <input type="checkbox"/> BEL WILVAN DA SILVA BRITO - 2º Tabelião Público <input checked="" type="checkbox"/> MARIA VILMA SILVA BRITO - Esc. Substituta
	Primeiro do Cartório Atual ORIALEZA-CEAR

CARTÓRIO SILVABRITO
 RUA MANOEL LUIS, 08
 JATI - CEARÁ
 08 CAME Nº 06455282/0001-08
 CENTRO - CEP 63.190
 Bel Wilvan da Silva Brito
 TABELIAO PUBLICO

05.455.266/0001-42

CARTÓRIO MATIAS

Rua Dionísio Rocha de F. 404

CARTÓRIO SILVA

Largo Luiz Bezerra, 135
(88) 3575 1163 - Jati - CE

Wilton da Silva Brito

Oficial do Registro Civil

Maria da Silva Brito

Wilton da Silva Brito

REGISTRAR

REGISTRAR
Registro de Títulos, Documentos
Civil e de Pessoas Jurídicas
Nº AG 133.723



CERTIDÃO
CERTIFICADO que o(s) presente Resolução com-
plementar nº 005 de 30 de De-
zembro de 2008

foi registrada no Livro A101
do Reg de Pessoas Jurídicas

deste Cartório do 1º Ofício, às fls. 99/100, sob

o nº de ordem 056, nesta data e foram feitas

as devidas anotações. Protocolo nº 2674

O Certificado é verdadeiro. Dou fé.

Jati - CE, 29 de Outubro de 2015

Wilton da Silva Brito

Tableião Oficial e Notário do
1º Ofício da Comarca Jati - CE

05.455.357/0001-88

CARTÓRIO SILVA

Largo Luiz Bezerra, 135

CENTRO - CEP 63.275-000

JATI - CE

CERTIDÃO

CERTIFICADO que o(s) presente Resolução
complementar nº 005 de
30/12/2008, for Aumentado

(foi registrada) no Livro A-09

do Registro de Pessoas Jurídicas

deste Cartório do 2º Ofício, às fls. 119/122, sob

o nº de ordem 04/2007, nesta data e foram feitas

as devidas anotações.

O Certificado é verdadeiro. Dou fé.

Brejo Santo - CE, 24 de 11 de 2015

Engracia Leite Brasil Sampaio de Lucena
- Substituta -

05.455.266/0001-42

CARTÓRIO MATIAS

Pça. Dionísio Rocha de Lucena 162

Centro - CEP 63.260-000

Brejo Santo - CE.

PROTOCOLADO

Em 24/11/2015, Livro

A02 às Fls. 99, sob

o nº 16.250

000183

CERTIFICADO mais que foram feitas

as devidas anotações a margem nº 297 do

Registro dos Estatutos, no Livro A-3 de

Registro de Pessoas Jurídicas deste Cartório.

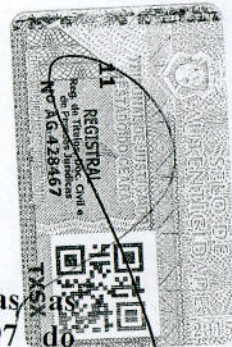
Dou fé. Eu, Engracia Leite Brasil Sampaio de Lucena

Engracia Leite Brasil Sampaio de Lucena

- Substituta -

Está Conforme o Original, com
fer autentico de acordo com o
Art 72, V. Lei 8935/94. Dou fé.
Brejo Santo, 24/11/15

Erivaldo Alves da Silva
Escrivento



**ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA
COMUNIDADE DE BREJO SANTO**

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000
BREJO SANTO - CEARÁ - CNPJ 01.917.206/0001-43

EMENTA Nº 001 de 28 de SETEMBRO de 2015.

Modifica os arts.5º; 21º; e 26ºdo Estatuto desta Associação e dá outras Providencias.



Sicere Wilson de Melo
"ESCREVENTE"

05.455.266/0001-42

CARTÓRIO MATIAS

Rua Dionísio Rocha de Lucena 162

Centro - CEP 63.263-000

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, 199, 1º Andar- Centro- 63.260-000

EMENTA Nº 001 de 28 de SETEMBRO de 2015.

Modifica os arts.5º; 21º; e 26º do Estatuto desta Associação e dá outras Providencias.

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, usando das atribuições que lhe conferidas pelo Estatuto desta Associação, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do Estatuto desta Associação, haja visto o mesmo ser de 21 de Abril de 1997, a Legislação de Radiodifusão Comunitária;

RESOLVE:

Art.5º...

Art.1º)-O artigo 5º do Estatuto desta Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.5º)-DA ADMISSÃO-Serão admitidos como associados, gratuitamente, as pessoas físicas e jurídicas irrestritamente e livre de qualquer empecilho ou condicionamento, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto, com direito de voz e voto, os quais poderão, a qualquer momento e uma vez estando quites com a entidade, deixar de fazer parte de seu quadro de associados.

I-DA DEMISSÃO-É direito do associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Secretaria da Associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

II-DA EXCLUSÃO-A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:

Faltá Conforme o Original, com
feri autentico de acordo com o
Art. 7º, V. Lei 8955/94. Dou fé
Brejo Santo, 27/09/15. Dou fé
Envaldo Alves da Silva
Escrevente



Cícero Wilson de Melo
-ESCREVENTE-

05.455.266/0001-42

CARTÓRIO MATIAS

Pça. Dionísio Rocha de Lucena 162

a)- Violação do estatuto social;

b)-Difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;

c)-Atividades contrárias às decisões das assembleias gerais;

d)-Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;

e)-Falta de pagamento, por parte dos "associados contribuintes", de três parcelas consecutivas das contribuições associativas.

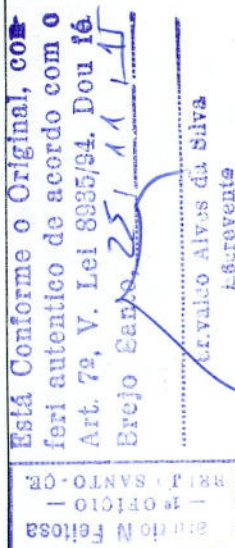
§1º)-Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;

§2º)-Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva, por maioria simples de votos dos diretores presentes;

§3º)-Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembléia Geral, o qual deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria Executiva ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembléia Geral;

§4º)- Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

§5º) -O associado excluído por falta de pagamento, poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.



Está Conforme o Original, com o ferri autentico de acordo com o Art. 7º, V. Lei 8935/94. Dou 16 Brejo Santo 25/11/14

C. Valco Alves da Silva
Escrevente

III-DA APLICAÇÃO DAS PENAS-As penas serão aplicadas pela Diretoria e poderão constituir-se em:

- I. Advertência por escrito;
- II. Suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano;
- III. Eliminação do quadro social.

IV-São passíveis de punição temporária ou de exclusão

05.455.266/0001-42

CARTÓRIO MATIAS

definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

Art.21º letra b...

Art.2º)-O artigo 21º letra b passa a vigorar com a seguinte redação:

b-EXTRAORDINÁRIAS- A Assembléia Extraordinária, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais, e somente poderá funcionar com a presença de no mínimo 2/3 (dois terço) dos Associados efetivos, convocados por EDITAIS, dando-se ampla divulgação, convocada para os fins:

I-ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS OU MOVEIS-Será convocada para apreciar propostas de empréstimos bancários, venda de bens moveis, após análise dos balanços e inventários, dos últimos dois anos.

II-REFORMA NO SEU ESTATUTO- Convocada para reformar este ESTATUTO, no todo ou em parte,o Presidente da Assembleia Geral deverá proclamar o término do mandato da atual Diretoria desta associação, ressaltando o brilhante trabalho dos mesmos e Declarará vagos os cargos suspendendo os trabalhos por até 01 (uma) hora quando deverá dá início ao processo Eleitoral e Posse dos Eleitos.

III-EXTINÇÃO DA ENTIDADE- A dissolução desta ASSOCIAÇÃO ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia,observando rigorosamente, o quorum previsto no estatuto social, aprovada no mínimo por 2/3 (dois terços) dos votos da totalidade de seus integrantesquando se verificar, alternativamente a impossibilidade de sua manutenção; ea ilicitude ou a inutilidade dos seus fins.

Art.3º)-Esta EMENTA entra em vigor na data de sua publicação e aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, ficando revogadas as disposições em contrária, passando esta Ementa a fazer parte deste Estatuto.

Brejo do Santo -Ce; em 28 de Setembro de 2015.

PAULO REANTO A. PEREIRA.
Presidente

ERINALDO FEITOSA ARAUJO
Secretário

05.455.266/0001-42

CARTÓRIO MATIAS

Rça. Dionísio Rocha de Lucena 162

Centro - CEP 63.260-000

CERTIDÃO

CERTIFICO que a presente EMENTA nº 001/15 de 28 de setembro de 2015, que modifica os artigos 5º, 21º e 26º do Estatuto da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo, **retro foi averbada no Livro A-09**, de Registro de Pessoas Jurídicas, deste Cartório, às **folhas 82/85**, sob o número de ordem **AV.02/297** e protocolado no Livro A-02, às folhas 97, sob o número de ordem 15.998, nesta data e foram feitas as devidas e necessárias anotações, **inclusive a margem do Registro 297 do Livro A-03 de Registro de Pessoas Jurídicas**, deste Cartório. "O certificado é verdade". Dou fé. Eu, Cícero Wilson de Melo, Cícero Wilson de Melo, Escrevente, no impedimento eventual da Oficiala e sua Substituta, a digitei, subscrevo, dato e assino.

Brejo Santo-CE, 07 de outubro de 2015.

Cícero Wilson de Melo
CICERO WILSON DE MELO

Escrevente

Cícero Wilson de Melo
- ESCRIVENIE -



05.455.266/0001-42 7
CARTÓRIO MATIAS

Pça. Dionísio Rocha do Lucena 162
Centro - CEP 63.260-000
Brejo Santo - CE

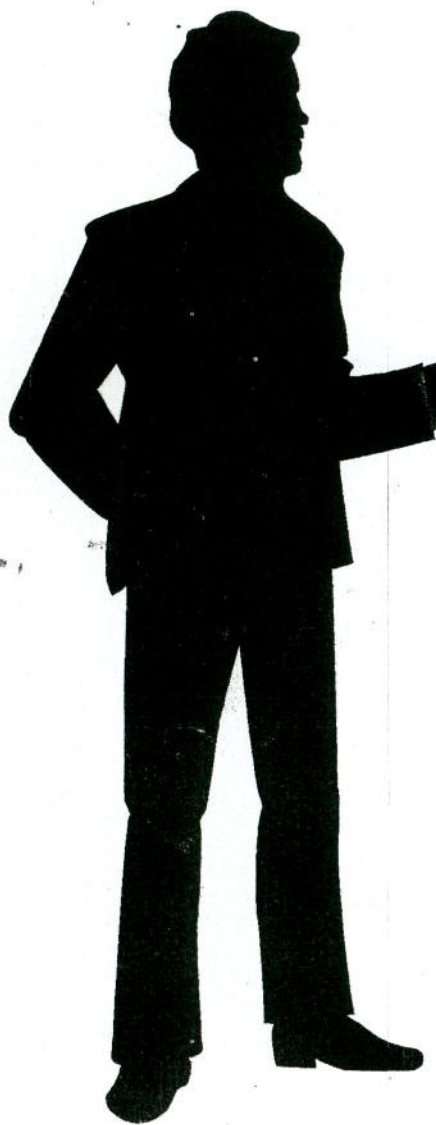
Está Conforme o Original, com
feiti autentico de acordo com o
Art 7º, V, Lei 8.935/94. Dou fé
Brejo Santo 25/10/15
Cavalo Alves da Silva
Escrevente



MAIO 2015
RECONHECIMENTO DE FIRMA
Reconheço a(s) Firma(s) de Paulo Rêgo
João Pereira
Emílio de Jesus
Marcelo
Por Autenticação, Dou fé
Brejo Santo, 07 de 10 de 2015
Cícero Wilson de Melo
1. Mario Brasil Gonçalves - 2ª Tabelião Público
2. Eneacio Leite Brasil Tabelião de Lucena - Subst.
3. Mariana Maria Vidal de Melo - Escrevente
4. Cícero Wilson de Melo - Escrevente
5. Mariana Siqueira - Escrevente



Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo - Ceará



Estatuto



*Luiz Domingos da Silva
233.654.633-72*

Está conforme o original, con-
feri autentico de acordo com o
Art. 7º V, Lei 8935/94. Dou fé.
Brejo Santo, 25/04/2015

[Signature]

Bel. Fco. Bezerra S. Feitosa - Tabelião
Cristiana Oliveira Lima - Substituta
Erivaldo Alves da Silva - Escrevente
Francildo Cláudio de Sousa - Escrevente

Criada em 21 de Abril de 1997 Brejo Santo - Ce.

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO.

Capítulo I DA ASSOCIAÇÃO E SEUS FINS



Art.1-A Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo, criada em 21 de abril de 1997, nesta cidade de Brejo Santo - Ceará é uma Associação civil, de caráter privado, instrutiva, educativa, cultural, agrícola, e social constituída de ilimitado número de associados, pessoas físicas ou jurídicas e, terá duração por tempo indeterminado.

Art.2-A Associação Comunitária, não possui qualquer ligação de ordem político-partidária, religiosa e filosófica; é uma entidade filantrópica, não podendo portanto, renumerar membros de sua Diretoria, auferir lucros ou distribuir dividendos entre seus participantes.

Art.3-Constituem objetivos fundamentais da Associação:

- a)-dar as camadas mais carentes da comunidade condições de acesso à educação, através da criação e manutenção de Núcleos de Educação para Cidadania;
- b)-publicações de estudos e pesquisas sociais, bem como, análise da realidade local, regional e nacional;
- c)-promover cursos de extensão cultural, de atualização e aperfeiçoamento para alunos e professores;
- d)-implantação e manutenção de hortas comunitárias, acompanhada de uma orientação alimentar e nutricional em caráter dietoterápico;
- e)-propugnar pela igualdade de direitos e deveres para todos, sem distinção de raça, cor, sexo, posição social, convicção política ou religiosa;
- f)-distribuição de bolsas de estudos, medicamentos e outros com a população carente do município;
- g)-criar e manter veículos de comunicação comunitária.

Capítulo II DOS SÓCIOS, SEUS DEVERES E DIREITOS

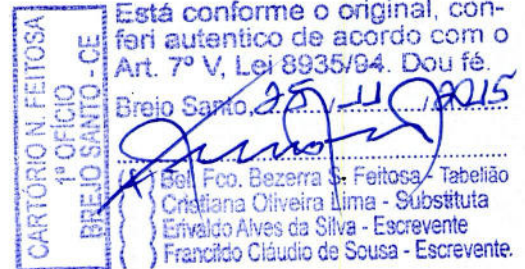
Art.4-A Associação Comunitária, compor-se-á das seguintes categorias de sócios:

Capítulo III DA DIRETORIA



Art. 7- A Diretoria da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo, será formada pelos seguintes cargos, num total de 11 (onze) membros:

- a)-Um Presidente
- b)-Um Vice-Presidente
- c)-Um 1o. Secretário
- d)-Um 2o. Secretário
- e)-Um 1o. Tesoureiro
- f)-Um 2o. Tesoureiro
- g)-Três Coordenadores
- h)-Dois Suplentes



Parágrafo Primeiro- Todos os membros da Diretoria, poderão re-
e-ler-se uma única vez;

Parágrafo Segundo- A Diretoria, somente poderá deliberar com a
presença de no mínimo 2/3 (dois terço) de seus membros.

Art. 8- Compete ao Presidente :

- a)-abrir, presidir e encerrar as reuniões da Diretoria e das Assem-
bléias Gerais;
- b)-visar a competencia dos livros sociais da Diretoria e da Associa-
ção Comunitária ;
- c)-autorizar as despesas necessárias ao bom funcionamento da
Associação, ficando-lhe vetado contrair e conceder empréstimos, avalizar em nome da Associa-
ção, sob pena de destituição do cargo e outras sanções previstas em Lei ;
- d)-representar a Associação em juízo ;
- e)-contratar técnicos, quando autorizado pela Diretoria, para
um melhor desenvolvimento do projeto/programa ; e
- f)-visar juntamente com o Tesoureiro, os cheques e documentos
financeiros de interesse da Associação.

Art. 9- Compete ao Vice-Presidente :

- a)-substituir temporariamente o presidente, em faltas ou impedi-
mentos e definitivamente em caso de desistência, abandono de cargo, demissão ou morte do
mesmo ; e
- b)-ajudar o presidente em suas funções.

Obtenção

Art.10- Compete ao 1o.Secretário :

a)-substituir em ordem o vice-presidente , o presidente ,nas faltas ou impedimento temporários dos mesmos ;

b)-redigir as correspondências da Associação ; e

c)-Secretariar as sessões e as Assembleias Gerais.

Art.11- Compete ao 2o.Secretário :

a)-substituir o 1o.Secretário , em suas faltas ;

b)-organizar o livro de inscrição dos sócios e manter em perfeito serviço de informação entre eles ; e

c)-organizar e manter o arquivo da Associação

Art.12- Compete ao 1o.Tesoureiro :

a)-arrecadar a renda da Associação , e depositá-la em estabelecimento bancário ,designado pela Diretoria ,quando o valor do saldo for superior a um salário mínimo;

b)-efetuar os pagamentos autorizados pela Presidente e pela Diretoria da Associação;

c)-assinar , juntamente com o Presidente , os cheques da Associação e outros documentos financeiros de interesse da Associação;

d)-apresentar o balancete mensal até o decimo dia útil do mês seguinte , o balancete geral , no mês de janeiro ,em Assembléia Geral Anual.

Art.13- Compete ao 2o.Tesoureiro :

a)-auxiliar o 1o. de Tesoureiro , no desempenho das funções ;

b)-organizar o controle de pagamento dos sócios ;

c)-promover campanhas de arrecadação de verbas ; e

d)-efetuar a cobrança dos sócios em atraso;

Art.14- São atribuições dos Coordenadores :

a)-coordenar os projetos desenvolvidos pela Associação ;

b)-elaborar convênio com entidades existentes no município , no estado , no país e no exterior .

Art.15-Compete aos Suplentes :

a)-Substituir temporariamente ou definitivamente os cargos vagos obedecendo a sequencia de substituição;

b)-coordenar projetos/programas ,quando convocados pelo Presidente da Associação.



Verificado a autenticidade com o selo

Capítulo IV
DO CONSELHO FISCAL



Está conforme o original, conferi autêntico de acordo com o Art. 7º V, Lei 8935/94. Dou fé.
Brejo Santo, 25 de 11 de 2015
Fco. Bezerra S. Feitosa - Tabelião
Cristiana Oliveira Lima - Substituta
Erivaldo Alves da Silva - Escrevente
Francildo Cláudio de Sousa - Escrevente.

Art.16-Compete ao Conselho Fiscal da Associação :
a)-examinar em qualquer tempo os documentos contabeis desta Associação Comunitária ;
b)-emitir parecer sobre o balanço contabil ,anualmente apresentado em Assembléia Geral ;
c)-emitir parecer sobre a aceitação de doações e legados que criem obrigações financeiras para a Associação ;
d)-emitir parecer sobre projetos da Diretoria ,que envolvam a utilização dos Fundos Patrimônias .

Art.17- O Conselho Fiscal , será composto por 03(Três) Conselheiros eleitos em Assembleia Geral , com mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro -Alem dos 03(três) membros ,serão eleitos 02 (dois) suplentes ,que assumirão o mandato no caso de impedimento definitivo dos membros efetivos .

Parágrafo Segundo-Em caso de renuncia da maioria dos Conselheiros ou da totalidade deles , a Assembléia Geral ,especialmente convocada para tal fim , elegerá os novos membros ou a totalidade do Conselho.

Parágrafo Terceiro-Os Conselheiros elegerão entre si , na primeira reunião convocada pelo Presidente da Associação para tal fim , um Presidente e um Secretário.

Art.18- Compete ao Presidente do Conselho Fiscal:
a)-convocar e presidir as reuniões do Conselho Fiscal ;
b)-assinar juntamente com o Secretário a documentação e a correspondência do Conselho Fiscal .

Art.19- Compete ao Secretário do Conselho :

a)-secretariar as reuniões do Conselho ;
b)-preparar e assinar com o Presidente as reuniões do Conselho.

Art.20-As decisões do Conselho Fiscal ,serão sempre por maioria simples de seus membros.

Capitulo V DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Art.21- As Assembléias Gerais ,serão de três espécies :

a)-ORDINÁRIAS-realizadas ,obrigatoriamente ,no mês de janeiro de cada ano , para promover o Relatório da Diretoria da Associação , apresentado pelo Presidente e , o Balancete Anual ,apresentado pelo 1o.Tesoureiro ;

b)-EXTRAORDINÁRIAS-As que se realizarão com uma Convocação de no minimo 24(vinte e quatro)horas de antecedencia ,e neste caso ,ocorrerão em qualquer época para o que poderão ser convocada pela Diretoria ,ou pela metade dos sócios efetivos ; e



CARTÓRIO N. FEITOSA
1º OFÍCIO
BREJO SANTO - CE

Está conforme o original, con-
feri autentico de acordo com o
Art. 7º V, Lei 8935/94. Dou fé.
Brejo Santo, 25/04/2015
[Signature]
Bel. Fco. Bezerra S. Feitosa - Tabelião
Cristiana Oliveira Lima - Substituta
Erivaldo Alves da Silva - Escrevente
Francildo Cláudio de Sousa - Escrevente.

c)-ELEITORAIS-realizadas de 02(dois) em 02 (dois) anos no mês de Dezembro, no segundo domingo, com fim especial de proceder a eleição para a renovação dos quadros dirigentes da Associação.

Parágrafo Primeiro-As Assembléias, sómente poderão funcionar com a presença de no minimo 2/3 (dois terço) dos sócios efetivos, devidamente quites com a Associação;

Parágrafo Segundo-Se não houver número suficiente para a Assembléia funcionar em primeira convocação, o Presidente, convocará outra reunião com um prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a qual funcionará com qualquer número de sócios;

Parágrafo Terceiro-As Convocações das Assembléias Gerais, serão feitas por EDITAIS, de iniciativa do Presidente, da Diretoria em conjunto, ou de metade dos sócios efetivos dando-se ampla divulgação; e

Parágrafo Quarto-As Assembléias Gerais, representam o mais alto poder de decisão da Associação.

Capítulo VI DOS RECURSOS DA ASSOCIAÇÃO

Art.22-Os Recursos Financeiros da Associação, serão provenientes de :

- a)-Dotação que a qualquer título lhe sejam destinados nos Orçamento da União, Estado ou Municípios;
- b)-Doações ou contribuições de qualquer pessoa física ou jurídica;
- c)-Contribuição de seus associados;
- d)-Convênios;
- e)-Promoções socio-culturais;
- f)-Renda de aplicações de bens.

Capítulo VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITORIAS

Art.23- A posse dos Membros da Diretoria, realizar-se no primeiro domingo, após as eleições.

Art.24-Os sócios não responderão solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Associação.

Art.25-Os casos omissos neste Estatuto, serão resolvidos através de Resoluções Complementares, aprovada por 2/3(dois terço) dos membros da Diretoria.



Está conforme o original, conferi autêntico de acordo com o Art. 7º V, Lei 8935/94. Dou fé.
Brejo Santo, 25 de Janeiro de 2015
Bel. Fco. Bezerra S. Feitosa - Tabelião
Cristiana Oliveira Lima - Substituta
Enivaldo Alves da Silva - Escrevente
Francisco Cláudio de Sousa - Escrevente

Art.26- A Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo-Ceará, funcionará a rua Heraclito Alves de Moura, 199, 1o. Andar, nesta cidade de Brejo Santo-Ce.

Art.27- Este Estatuto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrárias.

Brejo Santo-Ceará, em 21 de Abril de 1997

Leonardo Barbosa de Sousa
Presidente

Francisco Pereira
Secretário

Obtupado

Para uso em Cartório.

CARTORIO MATIAS
2º Ofício - Brejo Santo - Ceará
Fone: 531-0144

Reconheço verdadeira(s) a(s) firma(s)

supra de Leonardo Barbosa de Sousa e Francisco Pereira

Em testemunho Ant da verdade.

Brejo Santo, 23 de junho de 1997

Cláudio Brasil Sampaio

- (x) Maria Brasil Sampaio - 2ª Tabeliã Pública
- () João Bosco Brasil Sampaio - Substituto
- () Rita Félix de Moura Esc. Compromissada

VÁLIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE



Está conforme o original, con-
feri autêntico de acordo com o
Art. 7º V, Lei 8935/94. Dou fé.
Brejo Santo, 23 de junho de 1997
Bel. Fco. Bezerra S. Feitosa - Tabelião
Cristina Oliveira Lima - Substituta
Enivaldo Alves da Silva - Escrevente
Francisco Cláudio de Sousa - Escrevente

CARTORIO N. FEITOSA
1º OFÍCIO
BREJO SANTO - CE



03 SKOB
AUTENTICAÇÃO
Nº GR 172968

Este documento é autêntico
de acordo com o selo
de autenticação

CERTIDÃO

CERTIFICO que o(a) presente Estatuto da Associação

de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo

foi registrado (a) no Livro 4-3

de Registro de Pessoas Jurídicas

deste Cartório do 2º Ofício, às fls. 294/401, sob o nº de

ordem 397, nesta data e foram feitas as devidas anotações.

O Certificado é verdade. Dou fé.

Brejo Santo - Ce, 23 de junho de 1997

Cláudio Brasil Sampaio

VÁLIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE



Maria Brasil Sampaio
Of. do Registro de Títulos e
Documentos e Pessoa Jurídica

CARTORIO MATIAS
2º OFÍCIO -
BREJO SANTO - CEARÁ
Tabeliã -
MARIA BRASIL SAMPAIO
Substituto -
JOÃO BOSCO BRASIL SAMPAIO
Escreventes -
RITA FÉLIX DE MOURA
Mª AUXILIADORA BRASIL SAMPAIO
ISABEL CRISTINA BRASIL SAMPAIO

DESTINATÁRIO

Ministério Das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Senhor Samir Amando Granja Nobre Maia

Senhora Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, Anexo, Ala Oeste – 70044-900 – Brasília - DF

Telefone (61) 2027-6464



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

**ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE
BREJO SANTO
RUA HERÁCLITO ALVES DE MOURA, 199 – 1º ANDAR.
63.260.000 – Brejo Santo - Ceará
CNPJ. 01.917.206/0001-43 – FONES: 3531-1040/1326, CEL: 99965-8657**

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.002998/2014 Localidade / UF: BREJO SANTO/CE
Entidade: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO
Aviso: 5 Publicação: 09/09/1999 Prazo: 30 Canal: 285

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Maria Alves dos Santos	051.710.843-78	Outros	28/09/2015 28/09/2017	
Pedro Alan Barbosa	042.275.643-10	Outros	28/09/2015 28/09/2017	
Juarez Marcos da Silva Novais	836.084.273-68	Outros	28/09/2015 28/09/2017	
Maria Aelinalda Nunes da Silva	763.861.043-15	2º Secretário	28/09/2015 28/09/2017	
Maria Deusilene dos Santos	902.253.333-68	Outros	28/09/2015 28/09/2017	
Erinaldo Feitosa Araújo	233.611.313-91	1º Secretário	28/09/2015 28/09/2017	
Francisca Figueiredo Lopes	830.587.023-53	1º Tesoureiro	28/09/2015 28/09/2017	
Aldenio Leite Moreira Neto	032.925.303-42	2º Tesoureiro	28/09/2015 28/09/2017	
Francisca Maria do Nascimento	545.724.873-91	Vice-Presidente	28/09/2015 28/09/2017	
Ana Furtado de Andrade	025.568.853-94	Outros	28/09/2015 28/09/2017	
PAULO RENATO ALVES PEREIRA	625.464.573-49	Presidente	28/09/2015 28/09/2017	(88) 98105302 (88) 35311040

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: fl. 1 (Requerimento SEI 0016790).
 - 2) Estatuto Social: fls. 2 a 13 (Outros SEI 0767563).
 - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3º;
 - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 5º;
 - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 6º;
 - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 6º;
 - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 7º;
 - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: arts. 8º a 15;
 - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 21 c/c art. 7º;
 - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: Resolução Complementar nº 004, de 10.12.2008 (fls. 6 a 14 - Requerimento SEI 0858483).
 - 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 15 a 19 (Outros SEI 0767563).
- Presidente: Paulo Renato Alves Pereira;
Vice-Presidente: Francisca Maria do Nascimento;
1º Secretário(a): Erinaldo Feitosa Araújo;
2º Secretário(a): Maria Aelinalda Nunes da Silva;
1º Tesoureiro(a): Francisca Figueiredo Lopes;
2º Tesoureiro(a): Aldenio Leite Moreira Neto;
Coordenador(a): Juarez Marcos da Silva Novais;

Coordenador(a): Pedro Alan Barbosa;
Coordenador(a): Ana Furtado de Andrade;
Suplente: Maria Deusilene dos Santos;
Suplente: Maria Alves dos Santos.

4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 47, 52/53, 60, 68, 71, 77, 81, 89, 95, 100 e 104 (Outros SEI 0767563).

5) CNPJ: fl. 2 (Requerimento SEI 0016790).

6) Certidão Negativa da Anatel: fl. 27 (Requerimento SEI 0016790).

7) Declaração de conformidade: fl. 15 (Requerimento SEI 0016790).

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 16 a 26 (Requerimento SEI 0016790).

*****CONCLUSÕES:**

- O Processo foi corretamente instruído.
- Será elaborado Memorando solicitando informações à Coordenação de Análise de Denúncias acerca de processos de apuração de infração em andamento ou já concluídos que resultaram em sanção à Radiodifusora.

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Memorando nº 4624/2015/SEI-MC

À COORDENADORA DE ANÁLISE DE DENÚNCIAS.

Assunto: **Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga.**

Processo nº: **53900.002998/2014-11.**

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da **ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO**, autorizada para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Brejo Santo, estado do Ceará, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta**, em 17/12/2015, às 18:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0881835** e o código CRC **1BF1CC8C**.



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: CE
Município: Brejo Santo
Canal: 285
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIACAO DE DESENV.COMUNIT.DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO
Nome Fantasia: 'RADIO COMUNITARIA PADRE PEDRO FM'
Logradouro: RUA HERACLITO ALVES DE MOURA
Telefone: (88) 5311635
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 01.917.206/0001-43
Bairro: CENTRO
Número: 199
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 01917206000143 ◀

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIACAO DE DESENV.COMUNIT.DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 63260000
Número: 199
Município: Brejo Santo
Telefone: 88 5311635
Logradouro: RUA HERACLITO ALVES DE MOURA
Complemento: 1º ANDAR
Distrito:
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Estado: CE
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 63260000
Número: .
Município: Brejo Santo
Logradouro: RUA HERACLITO ALVES DE MOURA, 199 - 1 ANDAR - CENTRO
Complemento:
Distrito:
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Estado: CE
Telefone:
Fax:
E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 23/08/2004
Data Limite Instalação:
Número do Processo: 536500008481999 ◀
Fistel: 50012567477
Caixa:
Sequência:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza					
<input type="text"/>	1690	◀	<div>Portaria</div>	◀	<div>MC</div>	◀	<div>28/08/2002</div>	◀	<div>04/09/2002</div>	Autoriza Executar Serviço	◀	<div>Jur.</div>	◀
<input type="text"/>	36840	◀	<div>ATO</div>	◀	<div>SCM</div>	◀	<div>10/06/2003</div>	◀	<div>12/06/2003</div>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	◀	<div>Téc.</div>	◀
<input type="text"/>	632	◀	<div>Decreto Legislativo</div>	◀	<div>CN</div>	◀	<div>20/08/2004</div>	◀	<div>23/08/2004</div>	Deliber. do C. Nacional	◀	<div>Jur.</div>	◀
<input type="text"/>	46605	◀	<div>ATO</div>	◀	<div>SCM</div>	◀	<div>15/09/2004</div>	◀	<div>16/09/2004</div>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	◀	<div>Téc.</div>	◀

Característica da Estação Instalada

Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIACAO DE DESENV.COMUNIT.DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO -
CNPJ/CPF(01.917.206/0001-43)
Município/UF: BREJO SANTO/CE
Indicativo: ZYS781

Situação: Entidade não possui débitos
Canal: 285

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

Domingo ▼

Sábado ▼

04:00 ▼

23:00 ▼

X



Tela Inicial



Imprimir

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHO

À Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRC

Processo nº: **53900.002998/2014-11**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA
COMUNIDADE DEBREJO SANTO**

Em atenção ao Memorando nº 4624/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	-	NADA CONSTA
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.018713/2013	<ul style="list-style-type: none">• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD• (0943481);• Portaria nº 2153, de 20/07/2015, publicada no Diário Oficial da União de 30/07/2015- MULTA;• Irregularidade apurada: art. 40 incisos XV e XXIX do Decreto 2.615/98.• Infração: (data de ocorrência: 19/05/2013).

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 01/02/2016, às 13:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0944387** e o código CRC **AD6A7CE2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Considerando a Portaria SAS/MS nº 460, de 12 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial de 15 de julho de 2002, que trata da alteração do nível de hierarquia e tipo de prestador;

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza, e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Especializada/DSRA/SAS, resolve:

Art. 1º - Habilitar as unidades hospitalares abaixo, para a realização do procedimento de Facemulsificação com implante de lente intra-ocular dobrável com a realização de exames de tonometria e biometria ultrassônica:

CGC	Hospital
07.859.531/0001-83	INSTITUTO DE OFTALMOLOGIA DE PARANGABA S/C LTDA.
12.209.664/0001-44	CLÍNICA DR. JOSÉ NILSON S/C LTDA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a contar da competência Setembro/2002.

RENILSON REHEM DE SOUZA

(Of. El. nº 220)

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 740, DE 10 DE MAIO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, resolve:

Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 19 de maio de 1996, a permissão outorgada à Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. A permissão ora renovada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo nº 53710.000197/96).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(878-X - 10.06.2002 - 97,92)

PORTARIA Nº 919, DE 5 DE JUNHO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, resolve:

Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 9 de março de 1997, a permissão outorgada à Rádio Jornal de João Pessoa Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. A permissão ora renovada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo nº 53730.000014/97).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(255-5 - 12.07.2002 - 97,92)

PORTARIA Nº 1.193, DE 5 DE JULHO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53504.000086/02, resolve:

Autorizar a RÁDIO ESTEREOSOM DE LIMEIRA LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, a executar o Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas, na referida cidade, observadas as condições constantes da portaria de aprovação de locais e equipamentos.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(6.076-9 14/08/02 95,23)

PORTARIA Nº 1.242, DE 11 DE JULHO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.001261/98, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 18 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.965, de 10 de outubro de 2001, a INTERVISÃO - EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 4 (quatro), na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, a executar os Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais, através do canal 44+ (quarenta e quatro decalado para mais), visando a retransmitir os seus próprios sinais.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(4.378-3 12/08/02 97,92)

PORTARIA Nº 1.425, DE 29 DE JULHO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, resolve:

Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 31 de agosto de 1998, a permissão outorgada à Rádio Difusora FM de Paragominas Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Paragominas, Estado do Pará. A permissão ora renovada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo nº 53720.0000246/98).

MAURÍCIO DE ALMEIDA ABREU

(519-0 - 14.08.2002 - 97,92)

PORTARIA Nº 1.475, DE 2 DE AGOSTO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no artigo 101 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, resolve:

Autorizar a Rádio Difusora de Nova Russas Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Nova Russas, Estado do Ceará, a efetuar alteração de seu contrato social, com o objetivo de nomear Daniel Tavares Vale Alencar procurador da entidade, com poderes de administração e gerência. (Processo nº 53650.000806/01).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(418-6 - 12.08.2002 - 97,92)

PORTARIA Nº 1.551, DE 8 DE AGOSTO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.003437/02, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 18 do Decreto nº 3.965, de 10 de outubro de 2001, a SHOP TOUR TV LTDA, a executar os Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo, através do canal 49 (quarenta e nove), utilizando estação terrena receptora de sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmitir os sinais gerados pela TELEVISÃO CACHOEIRA DO SUL LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 11 (onze), na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(5.844-6 15/08/02 95,23)

PORTARIA Nº 1.552, DE 8 DE AGOSTO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.003454/02, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 18 do Decreto nº 3.965, de 10 de outubro de 2001, a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 13 (treze decalado para menos), na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, a executar os Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, na cidade de Dionísio, Estado de Minas Gerais, através do canal 56 (cinquenta e seis), utilizando estação terrena receptora de sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmitir os seus próprios sinais.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(5.843-8 12/08/02 95,23)

PORTARIAS DE 28 DE AGOSTO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve autorizar as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de autorização somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
1690	53650.000848/99	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo	Brejo Santo/CE
1706	53103.000811/98	Associação da Rádio Comunitária Ipojuicana	Ipojuca/PE
1707	53710.001011/99	Associação Comunitária Amigos Unidos de Delta	Delta/MG
1708	53630.000404/98	Associação Cultural Educacional e Ambiental de Coari	Coari/AM

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
1709	53830.000390/99	Singão Associação Cultural de Santa Isabel	Santa Isabel/SP
1710	53710.000867/98	Associação Comunitária Restauração e Vida	Uberlândia/MG
1711	53710.000755/99	Projeto Avançar	João Pinheiro/MG

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 1.553, DE 8 DE AGOSTO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.002965/02, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 18 do Decreto nº 3.965, de 10 de outubro de 2001, a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 13 (treze decalado para menos), na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, a executar os Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais, através do canal 15 (quinze), utilizando estação terrena receptora de sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmitir os seus próprios sinais.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(5.842-X 12/08/02 95,23)

PORTARIA Nº 1.554, DE 8 DE AGOSTO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.003457/02, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 18 do Decreto nº 3.965, de 10 de outubro de 2001, a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 13 (treze decalado para menos), na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, a executar os Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, na cidade de Crucilândia, Estado de Minas Gerais, através do canal 24 (vinte e quatro), utilizando estação terrena receptora de sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmitir os seus próprios sinais.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(5.841-1 12/08/02 95,23)

PORTARIA Nº 1.555, DE 8 DE AGOSTO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.003308/02, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 18 do Decreto nº 3.965, de 10 de outubro de 2001, a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 13 (treze decalado para menos), na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, a executar os Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, na cidade de Coração de Jesus, Estado de Minas Gerais, através do canal 49 (quarenta e nove), utilizando estação terrena receptora de sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmitir os seus próprios sinais.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(5.840-3 12/08/02 95,23)

PORTARIA Nº 1.650, DE 26 DE AGOSTO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.003413/02, resolve:

Autorizar a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em Ondas Médias, na cidade de Palmas, Estado do Tocantins, a executar o Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas, no Município de Palmas, Estado do Tocantins, observadas as condições constantes da portaria de aprovação de locais e equipamentos.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(5.768-7 29/08/02 95,23)



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE DESENV.COMUNIT.DA COMUNIDADE DE BREJO
SANTO
CNPJ: 01.917.206/0001-43

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:45:33 do dia 22/02/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 23/03/2016.

Certidão expedida gratuitamente.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo

nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a

entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das

Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.
19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a

ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS			
--	-------------------	--	--	--

		SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta

Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 3529/2016/SEI-MC

Processo nº: **53900.002998/2014-11.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Brejo Santo**, estado do **Ceará**, por meio da Portaria nº 1690, publicada no DOU de 4/9/2002, e Decreto Legislativo nº 632, publicado no DOU de 23/8/2004.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 23/8/2014. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, protocolou, tempestivamente, pedido de renovação de outorga em 28/5/2014, à fl. 1 (Requerimento SEI 0016790), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do art. 131 Norma nº 01/2015, aprovada pela Portaria nº 4334/2015.

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

QUADRO DIRETIVO
Presidente: Paulo Renato Alves Pereira;
Vice-Presidente: Francisca Maria do Nascimento;
1º Secretário(a): Erinaldo Feitosa Araújo;
2º Secretário(a): Maria Aelinalda Nunes da Silva;
1º Tesoureiro(a): Francisca Figueiredo Lopes;
2º Tesoureiro(a): Aldenio Leite Moreira Neto;
Coordenador(a): Juarez Marcos da Silva Novais;
Coordenador(a): Pedro Alan Barbosa;
Coordenador(a): Ana Furtado de Andrade;
Suplente: Maria Deusilene dos Santos;
Suplente: Maria Alves dos Santos.

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2015.	Ok, fls. 2 a 13 (Outros SEI 0767563)
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, fls. 15 a 19 (Outros SEI 0767563)
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, fls. 47, 52/53, 60, 68, 71, 77, 81, 89, 95, 100 e 104 (Outros SEI 0767563)
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, fl. 15 (Requerimento SEI 0016790)
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, Certidões SIGEC SEI 0981252
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual.	Ok, fl. 2 (Requerimento SEI 0016790)
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do art. 116 da Norma nº 01/2015, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, fls. 16 a 26 (Requerimento SEI 0016790)

4. Ressalta-se que, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, Despacho Interno SEI 0944387, não existem Processos de Apuração de Infração atribuídos para a entidade que impliquem em reincidência em intervalo menor que um ano para mesma infração, o que poderia ensejar revogação de outorga, nos termos do art. 38, III do Decreto nº 2.615/98.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do

À consideração superior.

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.002998/2014-11, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Brejo Santo/CE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2016.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.002998/2014-11, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo

Santo/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Chefe de Serviço**, em 22/02/2016, às 16:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/02/2016, às 13:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 03/03/2016, às 08:45, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 03/03/2016, às 11:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0981268** e o código CRC **4D1FBEF3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53900.002998/2014-11**

Entidade: **Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo**

Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Diante da instrução do processo nº 53900.002998/2014-11 (ver documento 0981268), no qual a **Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Brejo Santo / CE**, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 18/05/2016, às 14:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1008542** e o código CRC **BDAF8801**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.002998/2014-11, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, para

executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Brejo Santo/CE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2016.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.002998/2014-11, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.002998/2014-11**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA
COMUNIDADE DE BREJO SANTO**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 30/03/2017, às 11:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1753203** e o código CRC **1A96C2B7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.002998/2014-11

SEI nº 1753203

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.002998/2014-11**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 31/03/2017, às 10:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1753204** e o código CRC **497F0295**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.002998/2014-11

SEI nº 1753204

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.002998/2014-11**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA
COMUNIDADE DE BREJO SANTO**

Assunto: **Minutas de Portaria e Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 3529/2016/SEI-MC (0981268) e do Parecer Conjur nº 475/2015/SEI-MC (0981258), encaminho a Portaria e a Exposição de Motivos anexas, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 31/03/2017, às 19:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1753205** e o código CRC **597EDD19**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo

Administrativo nº 53900.002998/2014-11, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de agosto de 2014, a autorização outorgada à **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Brejo Santo/CE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53650.000848/1999 e nº 53900.002998/2014-11, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de agosto de 2014, a autorização outorgada à **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO**, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 1869/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53650.000848/1999 e nº 53900.002998/2014-11, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/06/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1791282** e o código CRC **F536CB17**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.002998/2014-11, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Brejo Santo/CE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/06/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1791301** e o código CRC **6CAFF6E3**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53900.002998/2014-11

**Entidade: ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA
COMUNIDADE DE BREJO SANTO**

Assunto: Minutas de Portaria e Exposição de Motivos

Á: CODIN

Publique-se.Tendo em vista a assinatura da Portaria nº 1869/2017/SEI-MCTIC.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 23/06/2017, às 17:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1982948** e o código CRC **04237FD5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.002998/2014-11

SEI nº 1982948

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 27/06/2017 14:12:32
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 4398081
Data prevista de publicação: 28/06/2017
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
9958760	ATO PORTARIA Nº 1107 MIN.rtf	95cf3ea8fe43d8dc e5e3c9f3bc44ffa0	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958782	ATO PORTARIA Nº 1823 MIN .rtf	c287e1ad41ece606 197bb6047baf84d2	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958783	ATO PORTARIA Nº 1824 MIN.rtf	770ac537fb34d5d5 0b091761cf104a5b	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
9958784	ATO PORTARIA Nº 1826 MIN.rtf	199864d40913b32e 0058a90fbd7a25a8	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
9958785	ATO PORTARIA Nº 1827 MIN .rtf	396f92458762c911 64395a0c975deed3	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958786	ATO PORTARIA Nº 1829 MIN .rtf	f32871f67521a858 07a7adb5eb3bb4e	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958787	ATO PORTARIA Nº 1833 MIN .rtf	b01d37454701f47a 549fd9ce37c7db0f	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958788	ATO PORTARIA Nº 1834 MIN .rtf	1e66f393a3987523 d1f1b4d6d7f510bd	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
9958789	ATO PORTARIA Nº 1836 MIN .rtf	feb881ead9057c4c 7db8bb8f55e7d019	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958790	ATO PORTARIA Nº 1837 MIN .rtf	b64b1b1265b65f42 87c8637b9542cfa0	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24

9958791	ATO PORTARIA Nº 1838 MIN .rtf	51721f2583316db3 e3381c170a514ad6	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958792	ATO PORTARIA Nº 1839 MIN.rtf	b65350ff4d8d8523 630770274e6644a0	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958793	ATO PORTARIA Nº 1840 MIN .rtf	07a3fac0aca48aeb 00138a162bb6fef1	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958794	ATO PORTARIA Nº 1841 MIN .rtf	05623b774b868a8f b11c53126d1dbc4f	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
9958795	ATO PORTARIA Nº 1842 MIN .rtf	5da1f1e173098731 fde197c9424c5daf	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958796	ATO PORTARIA Nº 1844 MIN .rtf	c5db4025e30f1bb8 0390a6125d2fb9e8	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958797	ATO PORTARIA Nº 1845 MIN .rtf	4e5d5d79346d6f5d 04f9d4ec919742c1	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958798	ATO PORTARIA Nº 1869 MIN .rtf	4323a08131ae9c5a 8f88050288753058	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
9958799	ATO PORTARIA Nº 1873 MIN.rtf	5f138f9f446734a7 53a14f61f1c757c9	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958800	ATO PORTARIA Nº 1874 MIN .rtf	ee4c7c882ff03b70 2db462554fccd853	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			125,00	R\$ 4.130,00



Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.837-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006879/2013-92 e nº 53780.000076/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Felipe Guerra/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.838-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.025604/2012-77 e nº 53640.001780/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Angical/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.839-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.061897/2013-37 e nº 53710.000235/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de outubro de 2013, a autorização outorgada à Associação Bocaiuvense Pela Cidadania ABC, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Bocaiuva/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.840-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.011242/2014-55 e nº 53710.000704/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Mercedesana de Integração e Cultura, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mercês/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.841-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.005543/2014-40 e nº 53830.000402/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ARTÍSTICA DESPORTIVA E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NOVA CAMPINA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Nova Campina/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.842-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.036553/2012-17 e nº 53830.000160/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de agosto de 2012, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mocóca/ SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.844-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.065280/2012-18 e nº 53830.001862/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de outubro de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tabapuã / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.845-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000304/1999 e nº 53900.039515/2015-15, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de outubro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BOM SAMARITANO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Angelândia / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.869-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53650.000848/1999 e nº 53900.002998/2014-11, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.873-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.001705/1998 e nº 53900.021662/2014-40, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente de Salto do Lontra- ADEMA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Salto do Lontra/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.874-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.070695/2013-86 e nº 53710.000787/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de outubro de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Serviços Radiofônicos Coqueiral, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Coqueiral/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.875-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.062116/2013-21 e nº 53790.001161/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de Junho de 2013, a autorização outorgada à União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Lajeado/RS.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 07/06/2017, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1940329** e o código CRC **F181E9A9**.

Referência: Processo nº 53900.002998/2014-11

SEI nº 1940329



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 31072/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO

Rua Heráclito Alves de Moura, nº 199, 1º andar
63.260-000 / Brejo Santo - CE
CNPJ nº 01.917.206/0001-43

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53900.002998/2014-11.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO**, sediada em **Brejo Santo /CE**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **23/08/2014**, conforme Portaria nº 1869, de 07/06/2017, publicada no DOU de 28/06/2017 (cópia anexa).
2. Comunicamos ainda que a entidade deverá aguardar a emissão da nova Licença, que somente poderá ser emitida após a deliberação do Congresso Nacional acerca do ato de renovação, por meio de publicação do Decreto Legislativo no Diário Oficial da União.
3. Aproveitamos para solicitar que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 19/07/2017, às 10:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2036235** e o código CRC **3691DD8C**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 31072/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.002998/2014-11 - Nº SEI: 2036235

Data de Envio:

27/07/2017 11:02:38

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

padrepedrofm@hotmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: @processo@

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor confirmar recebimento.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente
via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_2036235.html

Brasília, 30 de agosto de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.002998/2014-11, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Brejo Santo/CE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E

CEP: 70067-900 Brasília-DF

Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 38583/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYs
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
782/2017	53000.006879/2013-92	Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense
783/2017	53000.025604/2012-7	Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical
784/2017	53900.039515/2015-15	Associação Beneficente Bom Samaritano
786/2017	53900.041528/2015-46	Associação E Movimento Comunitário Aliança
787/2017	53900.034331/2015-51	Associação da Rádio Comunitária de Cotriguaçu
788/2017	53000.062554/2013-90	Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste
789/2017	53000.007329/2014-71	Associação de Moradores do Bravo
790/2017	53000.017052/2013-12	Associação Palmares de Radiodifusão
791/2017	53000.061897/2013-37	Associação Bocaiuvense Pela Cidadania ABC
792/2017	53900.005543/2014-40	Associação Comunitária Cultural, Artística, Desportiva E de Comunicação Social
799/2017	53000.052747/2012-51	Associação Movimento Comunitário Com Rádio Local
800/2017	53000.056227/2011-37	Associação Comunitária de Radiodifusão de Salinas
802/2017	53900.047630/2015-55	Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá - CEARÁ
804/2017	53900.046763/2015-12	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROJETO VIDA
805/2017	53900.041608/2015-00	Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã
806/2017	53900.039579/2015-16	ASCOCAVE - Associação Comunitária de Comunicação
807/2017	53900.029926/2015-94	Associação Comunitária de Comunicação E Cultura de Pompeia
808/2017	53900.017336/2015-19	Associação de Rádio Difusão Comunitária de Itapuranga
809/2017	53900.020946/2014-19	Associação Comunitária Rádio Golfinho FM
810/2017	53000.057303/2012-11	Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Radiodifusão do Bairro da Assembleia de Incentivo À Cultura, Arte, Esporte E Lazer
811/2017	53900.002998/2014-11	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo
812/2017	53000.065280/2012-18	Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã
813/2017	53000.036553/2012-17	Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida
814/2017	53900.021662/2014-40	Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente de Salto do Lontra - ADEMA
815/2017	53000.070695/2013-86	Associação Comunitária de Serviços Radiofônicos Coqueiral
816/2017	53000.069238/2013-49	Associação Educativa São Simão
817/2017	53000.062116/2013-21	União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado
822/2017	53900.050647/2015-90	Associação Cultural Comunitária
823/2017	53000.007031/2013-81	Associação Cultural Comunitária de Itainópolis - ACCI
824/2017	53900.008608/2014-17	ACOVERMA - Associação Comunitária Verdes Matas
825/2017	53000.059284/2011-78	Associação Metropolitana Cultural e Artística Dom Aloiso Roque Opperman
826/2017	53000.058113/2011-21	Associação Comunitária de Radiodifusão
827/2017	53000.056222/2011-12	Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes
828/2017	53000.059330/2011-39	Associação de Difusão Comunitária de Nisia Floresta
829/2017	53900.049087/2015-21	Associação Comunitária Rosa de Saron - ACRS
830/2017	53900.048244/2015-81	Associação Comunitária Agenda - FM
831/2017	53900.047617/2015-04	Associação Comunitária dos Menores Carentes de Ibiapina
832/2017	53900.047345/2015-34	Associação Cultural de Integração Comunitária
833/2017	53900.046496/2015-75	Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira Dourada - Go E Distritos
834/2017	53000.064515/2012-46	Associação Comunitária Radiovida de Botuporã (ACRB)
835/2017	53900.022015/2014-55	Associação dos Movimentos Populares de Córrego Danta
836/2017	53900.003004/2014-76	Associação Cultural Comunitária de Itapagipe

837/2017	53900.048009/2015-17	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural E Artístico
838/2017	53900.047727/2015-68	Associação de Cultura de Brasília de Minas
839/2017	53900.041793/2015-24	Fundação Cultural Comunitária 'Educar'
841/2017	53900.034546/2015-71	Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão
843/2017	53900.029948/2015-54	Associação de Radiodifusão Comunitária de Taiúva - ARCT
845/2017	53900.025954/2015-32	Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro II - ACORP
847/2017	53000.062334/2013-66	Fundação Manoel Paes
850/2017	53900.008250/2015-03	Associação Comunitária Rádio Perdigão Eventos Comunitários E Culturais

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria N° 1.317/2017, em 05/09/2017, às 19:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2189442** e o código CRC **46A27A1D**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício n° 38583/2017/SEI-MCTIC - Processo n° 01250.000256/2016-11 - N° SEI: 2189442

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53900.002998/2014-11
Referência: Ofício nº 38583/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 38583/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado**, **Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 27/09/2017, às 15:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2253332** e o código CRC **1A38087D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.002998/2014-11

SEI nº 2253332

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquierlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC
53000.057831/2011-81- Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)
53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)
53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)
53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)
01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)
53000.047461/2011-73 -Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)
53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)
53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)
53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)
53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)
53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)
53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)
53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)
53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)
53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)
53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)
53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)
53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)
53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)
53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)
53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)
53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)
53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)
53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)
53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)
53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)
53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)
53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)
53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)
53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)
53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)
53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)
53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)
53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)
53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)
53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)
53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)
53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)
53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)
53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)
53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)
53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)
53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)
53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)
53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)
53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)
53500.002411/2000-73 -Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)
53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)
53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)
53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 - Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 - Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 - Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 - Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 - Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 - Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 - Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 - Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 - Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 - Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 - Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 - Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 - Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 - Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 - Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 - Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 - Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 - Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 - Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 - Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 - Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 - Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 - Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 - Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 - Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 - Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 - Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 - Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 - Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 - Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 - Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
 53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
 53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
 53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
 53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
 53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
 53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
 53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
 53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
 53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
 53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
 53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
 53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
 53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
 53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
 53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
 53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
 53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
 53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
 53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
 53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
 53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
 53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
 53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
 53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
 53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
 53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
 53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
 53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
 53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
 53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
 53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
 53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
 53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
 53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
 53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
 53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

 53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

 53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

 00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

 53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

 53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

 53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12 - Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)	
53000.057439/2011-31 - Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)	

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
 53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
 53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
 53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
 53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
 53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
 53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
 53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
 53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
 53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
 53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
 53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
 53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
 53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
 53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
 53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
 53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
 53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
 53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
 53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
 53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
 53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
 53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
 53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
 53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
 53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
 53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
 53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
 53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
 53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
 53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
 53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
 53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
 53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
 53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
 53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
 53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
 53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
 53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
 53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
 53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
 53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
 53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
 53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
 53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
 53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
 53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
 53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
 53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
 53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
 53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
 53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
 53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
 53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
 53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
 53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
 53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
 53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
 53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
 53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
 53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
 53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
 53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
 53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
 53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
 53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
 53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
 53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
 53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
 53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
 53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
 53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
 53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
 53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
 53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
 53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
 53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
 53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
 53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
 53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
 53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
 53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
 53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
 53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
 53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
 53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
 53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
 53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
 53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
 53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
 53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
 53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
 53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
 53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
 53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
 53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
 53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
 53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
 53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.002998/2014-11.**

Entidade: **Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 11/07/2019, às 18:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 12/07/2019, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 15/07/2019, às 17:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4360687** e o código CRC **0003F523**.

Minutas e Anexos

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.002998/2014-11, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo, inscrita no CNPJ nº 01.917.206/0001-43, explore pelo prazo de dez anos a partir de 23 de agosto de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo, estado do Ceará, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3529/2016/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1869, de 07 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2017.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53900.002998/2014-11

SEI nº 4360687

Brasília, 27 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.002998/2014-11, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo, inscrita no CNPJ nº 01.917.206/0001-43, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 23 de agosto de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo, estado do Ceará, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3529/2016/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1869, de 07 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2017.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36053/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.002998/2014-11.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 30/09/2019, às 17:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4684780** e o código CRC **9CD3EF77**.